

ATA DETALHADA DA 192ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos dezoito do mês de julho de dois mil e quatorze às nove horas no plenário da
3 Casa de Direitos Humanos – Sede do CEAS/ MG realizou-se a Centésima
4 nonagésima segunda Plenária do CEAS, coordenada pela presidenta Maria Albanita
5 Roberta de Lima, representante da SEDESE e os seguintes Conselheiros titulares:
6 Júlio Cesar de Oliveira Brum IMSNS; Volney Araújo, do PISING; Rodrigo dos Santos
7 França, ASSPROM; Ronaldo Gonçalves de Oliveira CMAS Juiz de Fora; Mila
8 Magalhaes Ribeiro, SEPLAG; Hermellis Messias Tirado de Campos, CMAS de São
9 Francisco de Paula; Fernanda R. Maia Mendes – SES; Vinicius Queiroga Mendoza,
10 CMAS de Belo Horizonte; Maria Geralda Vilela Cupertino, SEE; Adriana Rocha,
11 SEAPA; Lucia Elena Santos J. Rodrigues, COGEMAS. Conselheiros Suplentes:
12 Adriane C. Domiciani Resende Rosa, CRED; Tereza D. Gusmão, SEDESE; Robson
13 Marcos Pereira, CMAS Bueno Brandão; Erika Andrade Rocha, CRP; Odette Pereira
14 de Souza Santos, CMAS Três Marias. Membros da Secretaria Executiva do CEAS:
15 Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Maria de Paula, Vera Lúcia, Maria
16 Luiza, Maria Regina Caldeira, Rosângela, Nilce Araújo, Adelmira, Max, Raquel,
17 Rafaela. A Presidenta Maria Albanita Roberta de Lima inicia a plenária: **ROBERTA:**
18 vamos dar início a nossa centésima nonagésima segunda plenária ordinária do
19 CEAS. Nós vamos começar com a justificativa as ausência. Nós temos quatro
20 justificativas de ausência. São elas: Gesiane, Cáritas, Denise do CRESS, Shirley do
21 CMAS Sarzedo, por motivo de férias e Clodoália, SELAG, por ter outra reunião no
22 mesmo horário da plenária. Hoje nós vamos dar posse aos conselheiros e eu queria
23 informar aos conselheiros que aos poucos nós estamos conseguindo de fato cumprir
24 todas as cadeiras do conselho, eu acho até quase que inédito. Consolação a gente
25 dando posse a este grupo de conselheiros ainda vão ficar duas cadeiras, ainda eu
26 queria pedir o apoio da Comissão de Apoio do conselho, porque vão ficar duas
27 cadeiras ainda de suplência, uma do conselho, todas as duas de conselho. Então é
28 preciso que a comissão de apoio a conselhos faça uma estratégica pra ver qual
29 união de conselho pode articular pra ver se a gente completa as cadeiras do
30 conselho, ok? Nós vamos dar posse, a Adriana Rocha, não chegou ainda. Magda
31 Cristiana, não chegou também. Maria Raimunda Nunes, também não. Fernando
32 Almeida Alves, também não chegou. Renata dos Santos Vieira, também não. Então
33 eu não estou entendendo, fiquei nesta alegria toda. A Erika seja bem vinda. A Erica está
34 assumindo suplência do Volney do conselho de psicologia e hoje você está na
35 condição de suplência. Odete é suplente do Robson, aliás, suplente do Hermellis. É
36 muito importante que a gente conheça porque na medida que o titular não possa vir a
37 gente convoca o suplente Vocês fazem uma articulação em relação as questões que
38 vão ser debatidas e os encaminhamentos, principalmente em relação a processos de
39 usinas e estas coisas. Por isto que é importante conhecer o seu suplente. O Robson
40 que também é suplente da Shirley e o hoje você está na condição de titular porque a
41 Shirley não virá. Então de fato iremos dar posse agora neste momento para Odette e
42 o Robson. Sejam bem-vindos e ao conselho e eu queria dizer que a secretaria vai
43 passar todo o material e todas as orientações para vocês. Principalmente quem é
44 conselheiro de fora que tem todo este tramite para estar presente aqui, bom vocês
45 buscarem informação aqui para não serem prejudicados e isto não tem nenhum
46 problema Consolação e você pede Alguém da equipe técnica e apresenta a equipe
47 técnica pra eles poderem, inclusive, buscar informação e dar a eles condições de
48 trabalho. Sejam bem-vindos. Algum colocar algum informe, trocar alguma posição da
49 pauta aqui? Eu tenho dois informes. A Comissão de Orçamento nós vamos colocar
50 ela para agora de manhã porque nós temos que deliberar questões importantes que

51 foram discutidas ontem pelas comissões e a gente vai aproveitar o coro, pode ser?
52 Para a comissão de orçamento está tranquilo da gente apesentar pela manhã, está
53 tranquilo? Mais algum informe para acrescentar na pauta? Volney tem informe. E eu
54 queria também dizer aos conselheiros que não só estamos com a plenária cheia,
55 graça a Deus, como também estamos com visitantes. Temos gente do Salto da
56 Divisa, Conselho Municipal de Salto da Divisa está aqui. Temos Munhoz, município
57 ou representante de conselho, ele é secretário municipal. Tem mais alguém que não
58 frequenta a plenária que está presente? Temos uma suplente mas ainda não foi
59 publicado: a Isabel, espero que na próxima plenária a gente dê posse. Seguindo a
60 nossa pauta, distribuição do processo de PCH e que o próximo da fila é José
61 Henrique da Fazenda. Como ele não está presente onde está o suplente que está
62 em condição de titular, não chegou também? JULIO: Há duas plenária atrás ficou
63 decidido que mesmo o conselheiro não estando presente ele seria responsável pelo
64 o processo. ROBERTA: Isto mesmo? Consolação você por favor passe para ele os
65 informes e o processo em questão e lembrar que vocês me pautaram desses
66 processos que tem aquela diferença então informe a ele para ver se na próxima
67 plenária ele tem condições de ser debatido aqui. Se não tiver ele peça a diligencia
68 que ele achar que deve, Ok? Então nós vamos chamar a comissão de normas que
69 começa pelo critério de partilha, vai começar pelo orçamento? São duas coisa
70 distintas, uma coisa é orçamento que nós vamos ter que trabalhar, de 2005; outro é o
71 critério de partilha, recurso de 2014. A pergunta minha para comissão vai começar
72 pelo critério de partilha ou pelo orçamento? começa pelo critério de partilha pelo fato
73 que nós estamos este ano, encerra e a gente vai para 2015. **CONSOLAÇÃO:** Só
74 que eu não sei como ficou, né Mila é só uma sugestão, ontem nós tratamos de todo
75 o critério talvez na sumula é indicação. A não ser que algum conselheiro queira ver,
76 como foi trabalhado ontem todas as comissões juntas temáticas, nós trabalhamos
77 todo conteúdo de critério de partilha é a resolução. A resolução do CEAS de
78 aprovação ela é igual a resolução da CIB pactuada só difere em cima que a gente vai
79 colocar a questão dos considerando e que não é pactuação a aprovação, eu só
80 consulto a necessidade de a gente estar lendo a resolução como um todo
81 ROBERTA: Eu não tenho dúvida nenhuma que tem que ler a resolução, é para
82 deliberar, como vai deliberar sem ler a resolução gente? Entendeu? Então a minha
83 sugestão faça o preâmbulo, porque tem conselheiro que não sabe como é o
84 processo, isto é recurso, explica o que é o, de que ano que é o recurso. Veio da CIB
85 e que agora vocês discutiram lá e agora está ai. E o encaminhamento da comissão é
86 a resolução. **MILA:** Bom, este recurso que veio para regionalização foi proveniente
87 de emenda parlamentar no final do ano passado para entrar no orçamento deste ano
88 e foi disponibilizado, se eu não me engano, um milhão e seiscentos mil par que fosse
89 redistribuído de acordo com os critérios que a SEDESE estabeleceu. A SEDESE fez
90 uma proposta de para CIB que foi apresentada e com os critérios de partilha, ontem
91 a gente debateu este critérios de partilha. Podemos passar para resolução? Isto deu
92 origem a resolução 419. ROBERTA: Só pra gente encaminhar aqui Mila, nós vamos
93 ler a resolução os conselheiros que tiveram destaque em relação a resolução, que
94 na hora que ela ler pede o destaque e depois a gente volta trabalhando o destaque,
95 pode ser. **MILA:** Pode ser. Então a resolução 491 de 2014. Dispõe sobre aprovação
96 dos critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento estadual
97 para os serviços socioassistenciais de proteção social especial, consignados no
98 fundo estadual de assistência social- FEAS, para o exercício de 2014. O Conselho
99 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais no uso de suas atribuições
100 conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pela
101 Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social de 2012 –

102 NOB/SUAS/2012 e considerando, a Lei Orçamentária de 2014 do Estado a
103 pactuação da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, disposta na Resolução n.º
104 05/2014, ocorrida em reunião ordinária realizada em 25 de junho de 2014;- a
105 apresentação dos critérios pela Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de
106 Estado de Desenvolvimento Social – SUBAS/SEDESE; e - a deliberação da 192ª
107 Plenária Ordinária do CEAS, ocorrida no dia 18 de julho de 2014, **RESOLVE:**Art.1º
108 Aprovar os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento
109 estadual do ano de 2014 para a Expansão qualificada do cofinanciamento estadual
110 para Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial de média e de alta
111 complexidade. Art.2º O cofinanciamento dos serviços da proteção social especial de
112 média e alta complexidade tem como objetivo garantir a universalização do acesso
113 da população aos serviços especializados do SUAS. Parágrafo único. A expansão
114 qualificada do cofinanciamento de serviços da proteção social especial de média e
115 alta complexidade visa ampliar a cobertura desses serviços para a população em
116 situação de risco e vulnerabilidade social que vivencia situações de ameaça ou
117 violação de direitos, a fim de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e
118 comunitários fragilizados, atuando no fortalecimento das potencialidades e
119 aquisições das famílias e na proteção contra situações de violação de direitos. Art.3º
120 O município poderá utilizar o recurso para cofinanciar serviços da proteção social
121 especial de média e/ou alta complexidade, conforme Resolução CNAS nº 109/2009 –
122 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de acordo com as demandas
123 identificadas e diretrizes definidas no seu Plano Municipal de Assistencial Social,
124 indicando-o no Plano de Serviços a ser preenchido pelo órgão gestor municipal e
125 aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. **ROBERTA:** Destaque. **Dos**
126 **Critérios do Cofinanciamento** Art.4º Os recursos orçamentários e financeiros
127 disponíveis para Expansão qualificada do cofinanciamento estadual para Serviços
128 Socioassistenciais de Proteção Social Especial serão destinados aos municípios que
129 - apresentem maior vulnerabilidade social de acordo com o Índice de Vulnerabilidade
130 Social construído pela SEDESE , aqui a gente tem uma nota de rodapé, que seria
131 índice de vulnerabilidade social foi construído pela SEDESE ,a partir de variáveis
132 indicadoras provenientes do Censo 2010 (IBGE), com base no estudo realizado pelo
133 Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Política de Assistência Social da Fundação
134 de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP da Universidade Federal de Minas
135 Gerais – UFMG, intitulado “PROJETO CREAS-MG”. **ROBERTA:** Destaque. II -
136 recebem o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no cofinanciamento estadual do
137 Piso Mineiro de Assistência Social, conforme base de cálculo definida na Resolução
138 SEDESE nº 459/2010; III - não possuam CREAS – Centro de Referência
139 Especializado de Assistência Social, municipal ou regional. Art.5º O cofinanciamento
140 estadual para a expansão qualificada do cofinanciamento de serviços da proteção
141 social especial de média e alta complexidade corresponderá ao valor mensal de R\$
142 4.000,00 (quatro mil reais) por município. **Das Atribuições**Art.6º Caberá ao Estado 1
143 - prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios na estruturação, implantação e
144 organização do Serviço; II - monitorar a implantação/implementação do serviço nos
145 municípios elegíveis; III - cofinanciar, monitorando a implantação / implementação
146 dos serviços. Art.7º Caberá aos Municípios: I - implantar o serviço de proteção social
147 especial de média e/ou alta complexidade, de acordo com a Resolução CNAS nº
148 109/2009 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e com as diretrizes
149 desta Resolução; II - cofinanciar o serviço implantado; III - monitorar a execução do
150 serviço ofertado em seu território. Dos Prazos e Procedimentos Art.8º O município
151 elegível deverá assinar Plano de Serviço, aprovado pelo Conselho Municipal de
152 Assistência Social, para receber o cofinanciamento.Art.9º - O início do repasse de

153 recursos da expansão do cofinanciamento estadual dar-se-á após o preenchimento
154 do Plano de Serviço.Art.10. O município terá o período de até seis meses para
155 demonstrar a implantação do serviço. **ROBERTA:** Destaque. Art.11. A continuidade
156 do repasse de recursos estaduais para o cofinanciamento dos serviços descritos no
157 Art. 1º observará a demonstração da implantação dos serviços.Art.12. Os municípios
158 que aderirem ao cofinanciamento dos serviços descritos na presente Resolução
159 deverão registrar as informações no Sistema de Informação e Monitoramento SIM
160 SUAS MG.Art.13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
161 Podemos dar os destaques. **ROBERTA:** Pode, eu tenho uma dúvida, que segundo o
162 pessoal está dizendo que é normal, neste destaque que eu pedi, quando fala
163 considerando 192º plenária, a deliberação da plenária. Isto é dúvida minha, se toda
164 resolução ele é consequência de uma plenária porque que eu preciso registrar este
165 considerando? esta é minha pergunta sim, entendeu? Se nós só podemos pautar a
166 resolução advinda de uma discursão de uma plenária, porquê tem que registrar em
167 qual plenária foi discutida? **CONSOLAÇÃO:** Existe resolução que as vezes que
168 decisão do conselho como regimento interno fala pode ser aprovado via a mesa
169 diretora em caráter de urgência com a própria presidência, então a gente tem esta
170 diferencia. Primeira questão foi deliberado em plenária e registre qual plenária e data
171 daquela plenária e qualquer dúvida pode acessar inclusive a ata daquela decisão.
172 **ROBERTA:** Está claro pode tirar. A segunda. MILA: Próximo destaque foi no artigo
173 terceiro, falando o município poderá utilizar recurso para cofinanciar serviço de média
174 ou alta complexidade conforme resolução do CNAS. **ROBERTA:** Eu só queria
175 acrescentar, cofinanciar serviço de proteção especial de média e alta complexidade,
176 porque só pôs serviço de média e alta, entendeu? só uma correção, serviço de
177 proteção especial de média ou alta Complexidade. **MILA:** Próximo destaque foi na
178 nota de que seria índice de vulnerabilidade social foi construído pela SEDESE.
179 **ROBERTA:** A minha sugestão é para retirar, eu acho que não tem resolução com
180 nota de rodapé, você está entendendo, porque sim, resolução pressupõe discussão,
181 debate e você tem que pôr rodapé para explicar, entendeu? se a CIB pôs rodapé
182 errou. Não existe esta questão de colocar rodapé. Ponham todos os considerandos
183 no marco legal que você quer lá em cima naquilo que você quer explicar, então está
184 bom! ou melhora a redação ou então tira o rodapé. Rodapé é para explicar alguma
185 coisa não é isto. **ROBERTA:** A minha sugestão é ou você inclui o que você está
186 explicando no rodapé, no texto do artigo, mais você tem que tirar o rodapé. **MILA:**
187 Mais você acha que é relevante esta informação do índice de vulnerabilidade pra
188 entrar no texto da resolução? **ROBERTA:** Se foi como critério ela tem que entrar.
189 **MILA:** Então tem que colocar lá em cima **RONALDO:** Poderia fazer constar nos
190 “considerandos” também já que é um estudo efetuado, houve um debruçar.
191 **ROBERTA:** Um indicativo de algum marco, então você põe considerando o índice de
192 vulnerabilidade etc., etc., etc., entendeu? e sugiro que tire construído pela SEDESE.
193 O que é índice de vulnerabilidade? o índice de vulnerabilidade e isto e isto, não
194 precisa falar que é construído pela SEDESE. **MILA:** OK, Próximo destaque, artigo
195 décimo, o município terá o período de até seis meses para demonstrar. **ROBERTA:**
196 Eu queria sugerir que a gente colocasse um ano inclusive pela experiência do que
197 tem sido trabalhado nos critérios de partilha do governo federal e proteção especial e
198 entendo que proteção é um grande desafio para implantar serviço, próprio governo
199 federal na CIT anterior nós prorrogamos para um ano, ai nós estamos fazendo uma
200 resolução de serviço de proteção especial para seis meses eu acredito que os
201 municípios vão ter dificuldade. Então a minha sugestão que a gente passe para um
202 ano, para ele trabalhar todo processo todo processo seu, porque senão vamos ter
203 que renovar. O governo federal acabou de renovar agora prorrogação implantação

204 de 2012, aceite 2012, ai nós estamos fazendo para seis meses. A minha sugestão
205 de passar de um ano, de acordo gente. MILA: De acordo. **VOLNEY:** Em nível de
206 redação, até doze meses, ou um ano a partir da publicação. **ROBERTA:** Ali já fala,
207 nos procedimentos fala que a partir do momento que ele recebe o recurso ele faz o
208 plano de serviço e recebe o recurso ele tem um ano para implantar, entendeu já está
209 implícito ali, só estou mudando o período. De acordo gente? **MILA:** De acordo, o
210 indicativo ontem das comissões é para aprovação. A gente tem que deliberar. OK!
211 **ROBERTA:** vamos pra votação. Os conselheiros que são a favor da aprovação da
212 liberação de critério de partilha levantem a mão, somente o titular. Abstenção,
213 contrário. Aprovado. Antes da gente passar para o próximo ponto eu queria dar
214 posse a nossa conselheira da fazenda, Magda, porque mais cedo a gente deu posse
215 a outros. Magda é suplente do José Henrique da Fazenda e hoje você está em
216 condição de titularidade, uma vez que ele está de férias. Seja bem-vinda e a
217 secretária executiva vai passar depois toda as informações em relação a plenária,
218 tudo direitinho e também da comissão técnica. E para os conselheiros que estão
219 tomando posse hoje como suplente e titular depois a gente aloca vocês nas
220 comissões. Existem quatro comissões de trabalho e depois a gente ver qual é o perfil
221 para melhor vocês trabalharem nas comissões e então seja bem-vinda. MILA: O
222 segundo ponto que foi pauta ontem para as comissões foi orçamento de 2015 e foi
223 apresentado o orçamento 2014 e foi feita a proposta para 2015. Melhor, nós
224 mostramos a proposta orçamentaria antes da resolução. A primeira ação é a do
225 cofinanciamento do Piso Mineiro de Assistência Social, com repasse para os 853
226 municípios. **ROBERTA:** Só um minutinho, só para os conselheiros novos
227 entenderem, esta proposta ela é acoplada a proposta da SEDESE que é
228 encaminhada a SEPLAG e da sua vez a SEPLAG acopla ao orçamento e encaminha
229 a Assembleia Legislativa e este percurso a gente tem até 30 de setembro para estar
230 na Assembleia Legislativa. A SEDESE já recebeu o prazo limite temos até 30 de
231 agosto para enviar isto para SEPLAG e lembrando que a discussão da proposta do
232 orçamento era para gente ter feito em março e nós não fizemos. Nós comemos
233 mosca no nosso planejamento e agora nós estamos fazendo hoje e toda a discussão
234 que culminou ontem e inclusive a Isabela falou que a discussão ontem foi muito rica.
235 Toda esta proposta que foi apresentada foi discussão da comissão que foi
236 apresentada ontem para chegar nesta questão. Então esta proposta tem o desenho
237 das ações vem o detalhamento e depois vem a rubrica, vem o valor e vem a meta
238 física, só para os conselheiros entenderem isto é para 2015 e porque que está 2016
239 lá em cima? estou achando ótimo. **MILA:** É 2015 mesmo é porque está pequeno. A
240 primeira ação do Piso Mineiro de Assistência Social. O detalhamento é o repasse do
241 piso repasse do Piso Mineiro aos 853 municípios, a fonte do estado a fonte 71 que é
242 a fonte da erradicação da miséria e proposta de valor para LOAS, vai manter o valor
243 de 2014 que é de 53.160.515,00 mantendo a meta de 853 municípios dos
244 cofinanciados. O segundo do cofinanciamento de serviços e benefícios para
245 municípios na execução de proteção básica, que são serviço de série histórica,
246 também com recurso da fonte 71, a proposta também é manter o recuso do ano
247 passado R\$ 2.991.000,00 para 97 unidades que realizam o Serviço de Convivência
248 e Fortalecimento de Vínculos. No cofinanciamento de serviços e benefícios para
249 municípios na execução de proteção especial série histórica repasse para
250 cofinanciamento de serviços da proteção básica especial repasse para
251 cofinanciamento serviços de acolhimento de execução direta casas lares. O
252 cofinanciamento serviço expansões Regionalização de serviços da PSE, a proposta
253 também na fonte 71, de R\$14.419.358,00 também série histórica mantendo o valor
254 do ano passado para manutenção de 129 unidades de proteção social especial

255 cofinanciadas, dentro desta mesma ação Cofinanciamento CREAS Regional e o
256 Cofinanciamento Residência Inclusiva na fonte 56, que é recurso do governo federal
257 a proposta seria de R\$744.000,00. Operacionalização do conselho estadual de
258 assistência social, seria manutenção do conselho Manutenção do Conselho.
259 Realização de Conferência Estadual de Assistência Social que é realizada a cada
260 anos. Na fonte 10, R\$ 400.000,00 na fonte 29, R\$110.000,00 e na fonte 56 R\$
261 640.000,00. A meta é um conselho mantido mais a realização da conferência
262 estadual de assistência social. Na qualificação de recursos humanos da Assistência
263 Social. E realização de capacitação trabalhadores do SUAS, a proposta é na fonte 10
264 R\$451.367,00, fonte 56 de R\$ 3.200.000,00 com a meta de 10.000 trabalhadores
265 qualificados. Só complementando este seria para realização do modulo dois capacita
266 SUAS. **ROBERTA:** No conselho. **MILA:** Não está qualificação de recursos.
267 **ROBERTA:** Não estou entendendo esta proposta não é da SUBAS é do conselho, do
268 orçamento do conselho, não sei porque esta ai. **MILA:** Na próximo ação
269 monitoramento avaliação do SUAS Assessoramento aos municípios;
270 acompanhamento e monitoramento; gestão estadual do SUAS. R\$ 50.000,00 do
271 valor veio por emenda parlamentar, manutenção deste valor. Na fonte está sendo
272 proposto R\$80.000,00, para 838 municípios habilitados em gestão básica ou
273 plena. Na fonte 56, R\$ 700.000,00 e na fonte 4 de investimento R\$ 200.000,00, na
274 fonte 4 não, no grupo quatro de investimento, fonte 56, R\$200.000,00. Na última
275 ação, cofinanciamento de serviços e benefícios para municípios na execução de
276 proteção especial Ação oriunda de emenda parlamentar para 2014 para
277 cofinanciamento da proteção social especial. Corresponde aos critérios
278 cofinanciamento do critério de partilha. A gente está propondo aumentar para
279 160 municípios cofinanciado durante todo ano no orçamento de R\$ 7.680.000,00
280 na fonte 71, e para dez CREAS regionais R\$ 1.000.000,00. Só um detalhe
281 Consolação eu acho que este aqui é grupo quatro, não? Este R\$ 1.000.000,00 é
282 grupo quatro, pra investimento. Próximo estruturação da rede de assistência social
283 de MINAS GERAIS, ação oriunda de emenda parlamentar para 2014. Grupo quatro,
284 71, R\$500.000,00 para 15 municípios apoiados. Total então seria de R\$
285 86.276.240,00. **ROBERTA:** Agora vamos para os destaques **MILA:** primeiro
286 destaque da Lucia, da ação do cofinanciamento do piso mineiro. **LUCIA:** O Mila
287 ontem quando nós discutimos aqui tinham várias comissões reunidas, não era só a
288 comissão de orçamento, nós tínhamos entendido, que eu até te perguntei e perguntei
289 pra Isabela, qual era o índice que SEPLAG tinha deliberado, tinha fornecido, vocês
290 para fazer o reajuste daquilo que está em custo. E isto para os conselheiros que não
291 estavam ontem, este valor que está sendo repassado nós temos que ter um mínimo
292 de correção porque este aqui a Secretaria de Planejamento vai definir de ponto de
293 vista da arrecadação porque todos estes repasses, na sua grande maioria, isto inclui
294 recursos humanos e todo ano, tem dissídio, ajuste de salário dos servidores. Então
295 se nós não fizermos este reajuste, você quer fazer alguma parte. Se a gente não
296 garantir este reajuste vai perdendo, vai precarizando aquilo cada vez mais que está
297 sendo mantido com repasse deste recuso. Então isto se aplica a um só a este
298 primeiro, mas a todos os outros que nós não deliberamos por ampliação,
299 manutenção do cofinanciamento mas com reajuste pela SEPLAG por todos eles e
300 vocês não estavam sabendo e era dois ponto alguma coisa, 3.0. **MILA:** É como te
301 falei ontem como nós não iniciamos este processo Lúcia eu não sei qual é o índice
302 de reajuste que vai ser utilizado. Por isto que a gente não está propondo aqui
303 também colocar este, depois a gente pode colocar este reajuste, a gente pode
304 colocar uma ressalva, que vamos colocar o índice de reajuste. **LUCIA:** Está ok.
305 Desde que seja colocado, nós não vamos estar deliberando, para este valor , mais

306 por um valor , este valor a ser aplicado a índice de reajuste. **ROBERTA:** Eu queria
307 fazer uma contraproposta, nós nunca aprovamos proposta de orçamento com esta
308 questão de índice. A SEPLAG nunca me deu índice de reajuste, eu não sei de onde,
309 nunca me deu e eu entendo que o seu argumento corretíssimo, subiu isto, subiu
310 tudo. Até porque o governo federal também quando ele aprova alguma coisa dele,
311 não aprova com índice e reajuste na proposta, está dizendo assim esta é a proposta
312 mais um índice de reajuste, absolutamente na proposta que nós estamos
313 deliberando, aqui eu não posso, a minha posição que a gente não coloque nenhuma
314 expectativa de índice de reajuste. Até porque o que sempre se discute no orçamento,
315 é o seguinte aqui nós vamos fazer uma proposta do que o colegiado entende melhor
316 para assistência isto vai para a SEDESE, que entra dentro do limite da SEDESE,
317 dentro do limite de reajuste e que por sua vez a gente vai brigar é na assembleia por
318 esta disputa deste aumento. O que a gente não pode aprovar uma proposta dizendo
319 assim, uma vez aprovando esta proposta e que depois um índice reajuste, não tem
320 condições. Eu particularmente não recebi nenhuma diretriz ao longos deste anos que
321 dizer que tem um índice de reajuste em cima de proposta de orçamento, até porque
322 estas questões elas vão para disputa lá no orçamento. Se for brigar pelo orçamento
323 na assembleia e tudo é que a gente faz as expansões, do ponto de vista do piso o
324 que nós temos e eu, a gente vem construindo e como o piso é calculado em cima do
325 valor da base do CADUNICO, ele obviamente ela acaba aumentando, porque se sua
326 base do CADUNICO aumentou, eu aumento também o valor do repasse do piso, ele
327 sobe alguma coisa, porque ele tem como base, ele pode subir como abaixar
328 também, porque só a base do CADUNICO também está menor o cálculo vai ser esta.
329 Então do ponto de vista e trabalhar aprovação de proposta com índice de reajuste,
330 absolutamente, ao contrário não temos que estabelecer nenhuma perspectiva de
331 índice de reajuste. **LUCIA:** Eu queria discordar Roberta porque eu nunca trabalhei
332 com orçamento do Estado, mas trabalhei com orçamento de Belo Horizonte, é muito
333 difícil você fazer uma projeção para manutenção de uma máquina pública se a
334 SEPLAG não der um mínimo de indicativo que você pode fazer existe um
335 crescimento em todos os aspectos constante. Deste quando a gente faz o PPA,
336 normalmente a uma projeção para os quatros anos seguintes, e ano a ano, a gente
337 ajusta e corrige. O que eu tenho plena clareza de que dado o índice dificilmente a
338 gente consegue em cima do índice. Agora o que a gente discutiu muito ontem aqui,
339 que todas as disputas tem uma vontade política, tem uma definição política, está
340 certo! Então ontem os conselheiros que estavam aqui optaram por fazer uma
341 discussão para que a gente desenhe o tamanho da nossa necessidade, está certo
342 quando a gente está dizendo isto, não está dizendo que nós vamos trabalhar com
343 informação indevida não é isto ,eu acho que a gente precisa demonstrar até pra que a
344 gente tenha , como dizia o pessoal até que a gente tenha bala na agulha para
345 discutir e ontem nós discutimos todos os critérios até por que nós estávamos fazendo
346 aquela proposta para atingir qual cobertura , pra gerar alguém dentro da política ,
347 então acredito que o conselho , que conselho é este , que a SUBA vai fazer
348 discussão partir da visão do gestor , dos compromisso que tem dentro da gestão. Eu
349 acho que é diferente, eu acho que o papel do conselho fazer este tipo de
350 demonstração, olha quando piso mineiro diz para o que ele pode utilizar recurso
351 daquilo que ele precisa utilizar, eu se a gente fazer uma enquete nós vamos
352 descobrir que o piso mineiro está pagando recursos humanos, numa grande medida,
353 isto tem reajuste não tem jeito de manter, eu acho que o argumento é o que nós
354 podemos deliberar aqui. E no sentido de não deixar precarizar aquilo que duras
355 penas já foi construído. O ano que vem é uma nova gestão então nós sabemos,
356 como as coisas vão se dar, eu acho que o papel do conselho é este. **ROBERTA:** Só

357 pra gente lembrar que momento nenhum divergindo desta questão, só lembrando
358 que o conselho é governo e estado, governo e sociedade civil. SUBAS também está
359 aqui dentro do conselho ninguém tem discordância naquilo que você está dizendo, o
360 que particularmente eu não concordo, enquanto conselheira, e de entender que a
361 gente vai estabelecer e de fato vocês fizeram a discussão ontem dentro do que
362 vocês projetaram, do tamanho da necessidade está ali a meta, a única discordância
363 é colocar índice de reajuste, entendeu? eu não posso aprovar uma proposta dizendo
364 assim, seria até colocar na resolução, nós aprovamos com índice de reajuste, porque
365 eu não tenho nenhuma diretriz do governo com índice de reajuste gente, nunca tive.
366 Então assim: como vou aprovar uma proposta aqui se de fato, ela necessita porque
367 paga pessoal, então vamos discutir assim vamos reajustar o valor do piso, pronto, ai
368 é outra coisa, agora eu não posso é colocar um índice reajuste, a proposta é como
369 um todo. Se eu falar assim os conselheiros vão, tivesse debruçado e falado assim 2
370 e 20 no piso mineiro é pouco, nós queremos propor aumento de um índice, eu só
371 estou dando sugestão, claro que obviamente que você ia fazer um cálculo como o
372 governo federal tinha 1,80 e passou para 2,20, ai você está aumentando o valor
373 numa determinada ação e obviamente e conseqüentemente na proposta como todo
374 teria um momento de valor o que nós discutimos que eu vi na proposta que ficou
375 muito boa, ela está aumentando a proposta em relação deste ano para o ano que
376 vem que é na proteção especial, entendeu? Agora eu não tenho discordância
377 nenhuma de dizer assim você quer aumentar e está plenária aqui quer fazer uma
378 discussão de aumentar o valor do piso, ok. Agora eu, não posso é colocar um índice
379 como um todo gente, é isto que eu estou discutindo, se quiser falar vamos discutir
380 um índice para o piso, passa o piso de 2,20 para será o que. Aí é outra discussão
381 que conseqüentemente ela vai alterar ali. Está entendendo não é colocar índice de
382 aumento na proposta como um todo. Porque se porque eu faço ela linear, é
383 discussão que a gente não sabe qual é o impacto disso. **VINICIUS:** Realmente
384 Roberta ontem a discussão não permeou no sentido de fazer um aumento no valor
385 do piso, mais a gente teve um consenso. Ontem inclusive a Isabela falou várias
386 vezes que a gente deixaria o piso, ela usou termo assim, crescimento natural, então
387 era isto que entendi que este valor não seria o mesmo ele teria um acréscimo aqui
388 dentro disso que a Isabela colocou aqui como crescimento natural, que eu acho que
389 a Lucia está colocando e que a gente está entendendo que este reajuste que a SEPLAG
390 iria projetar. Então assim a discussão ela gerou em torno disto, mas não teve um
391 consenso do que o piso deveria aumentar, entende? Então eu acho que no caso, a
392 gente precisaria rediscutir pra poder se é isto mesmo, se valor vai ficar, se a gente
393 concorda que o valor permaneça o mesmo, ou se questão é propor um aumento. Se
394 pra ter um reajuste neste valor, a gente teria que ter um proposta de aumento, então
395 a gente teria de rediscutir se a gente faz a proposta de aumento ou não. **ROBERTA:**
396 Eu queria que a Mila, por exemplo, eu estou sendo muito sincera eu nunca trabalhei
397 com esta questão de índice, que a SEPLAG que me dá índice de aumento, **MILA:**
398 Eu também vou falar também eu não recebi numa diretriz é isto que eu estou
399 falando, eu falei ontem eu não recebi nenhuma diretriz. **VINICIUS:** Ontem a
400 discussão encaminhou para isto e a gente encerrou o debate ontem com este
401 conseqüência que existiria um aumento. Este foi o consenso, não houve o momento
402 de falar assim, não, gente não pode ter essa ideia de falar assim, crescimento
403 natural, ou a gente trabalhar manter o valor ou a gente propõe um aumento.
404 **ROBERTA:** Então é isto que eu quero clarear para os conselheiros, o seguinte: aqui
405 não pode no meu entendimento vago dizer que esta proposta que nós aprovamos
406 com este valor e meta física, daqui deixar muito claro que vai ter um índice de
407 aumento, porque eu não tenho nenhuma garantia deste índice de aumento. Até

408 porque a única naturalidade que tem nesta questão do piso é a base de cálculo, e se
409 a base de cálculo ela varia. Eu disse ela pode diminuir ela pode aumentar. A mais do
410 que isto nós temos que ir para disputa oralmente e dizer assim nós queremos
411 aumentar piso, queremos então vamos fazer toda a discussão conceitual e nós
412 vamos colocar na proposta porque na hora que vou ter que justificar isto, porque tudo
413 que eu aumento no orçamento de um ano para outro tem que ter uma justificativa
414 para ir na disputa para ganhar ou não, você está entendendo? Não tem nenhum
415 problema se este conselho falar assim vamos discuti aqui debater então nós vamos
416 que fazer um justificativa porque nós estamos pedindo aumento, entendeu? A minha
417 ressalva é neste aspecto, não pode dizer assim nós estamos aprovando a proposta e
418 que ela vai ter um índice de reajuste, porque entendeu! Isto é muito vago, porque
419 índice de reajuste que este que eu vou pegar, quando for amanhã lá o ano que vem,
420 quem vai estar cobrando para o próximo conselho, onde está o índice de reajuste a
421 proposta de orçamento que nós aprovamos, isto não existe, eu nunca trabalhei com
422 este tipo de coisa. **Consolação:** Só pra gente lembrar, ontem a gente começou com
423 esta pergunta, até foi levantado será que é dois ou três e depois no discorrer e como
424 a gente viu aplicar um valor aleatório e até na distribuição seria complicado dar
425 justificativa, nós avançamos pra escolher ações que a gente ia fazer proposta. E no
426 final da reunião, por isto que eu estou falando que não veio com nada aqui e foi
427 falado que os valores repetidos dos outros, tanto é que nos nem mexemos, que por
428 sinal nós triamos feito até calculo aqui, eu só estou lembrando da reunião, não estou
429 falando está aberta a discussão, mas ontem na reunião ficou claro e eu anoto tudo
430 do que vai ser mexido e foi falado isto, não vamos mexer vamos repetir os demais
431 valores e escolhemos aonde. A gente inclusive fez aquela memoria da discussão.
432 Então no momento algum, no meu entendimento, a Isabela também, nós duas
433 estávamos anotando, quer dizer eu anotei tudo, e a gente falou deste reajuste no
434 final. Então isto é um fato novo agora porque nós não iniciamos isto, só que nós não
435 finalizamos que teria este aporte tanto é ao final o Ronaldo me perguntou qual o
436 valor a mais no nosso orçamento e eu fiz o cálculo e foi o valor a mais de um ano
437 outro e não consideramos ainda na naquele momento o reajuste. **VINICIUS:** Bom eu
438 gostaria então que fosse explicado o que entende sobre crescimento natural, o que
439 significa natural que a Isabela repetiu aqui não foi uma vez e não foram duas vezes;
440 falou sobre crescimento natural. **ROBERTA:** Se em relação ao piso do CADÚNICO,
441 esta é a explicação. **ISABELA:** em relação ao que foi discutido ontem o Piso sofreu
442 um crescimento natural desde que implantado pelo estado. Ele começou com poucos
443 municípios no valor de 1,80 e do ano passado de 2013 para este ano, teve um
444 aumento de valor 1,80 para 2,20. Entendeu? este foi o crescimento natural do piso.
445 **VINICIUS:** Eu não sei, queria que outros conselheiros que estavam ontem aqui
446 também me ajudassem a esclarecer isto porque no meu entendimento era que o
447 crescimento natural do piso, então que a gente manteria o crescimento natural, bom
448 digo que a proposta de crescimento natural eu entendo que alguma coisa vai
449 aumentar, eu queria que outros conselheiros me ajudassem a entender. **ROBERTA:**
450 Então vamos lá, só para encaminhar o debate para depois prosseguir, porque o que
451 está impactando é quando usou a palavra crescimento natural, estou dizendo
452 crescimento natural, ainda com apresentação dela que a gente aumentou na
453 cobertura, a gente passou de R\$1,80 para R\$2,20. O que está se colocando agora
454 uma perspectiva de aumento do valor do piso, volta a dizer para os senhores o
455 seguinte, eu não tenho nenhum problema em discutir este aumento, a gente precisa
456 da justificativa pra poder ir pra disputa e está justificativa levar matemática, eu não
457 posso de dizer assim e dois ou três aleatoriamente. Quem é o próximo inscrito,
458 **LUCIA:** Eu estava aqui cochichando com a consolação que realmente a partir de um

459 certo momento abandonamos a discussão do valor porque as meninas não sabiam
460 definir e não tinham informação de um índice. Agora volto a dizer acho que o papel
461 do conselho é mostrar o tamanho da necessidade certo? como o piso mineiro a
462 gente sabe que tem sido utilizado sobretudo para os municípios de pequeno porte
463 um e dois para recursos humanos. A gente escuta isto no COGEMAS o tempo inteiro
464 eles colocando a dificuldade de fidelizar o trabalhador no município por causa do
465 nível do salário então eu acredito que seria interessante que nós invertêssemos a
466 lógica de discussão então e víssemos aqui qual poderia ser a proposta de um índice
467 deliberado pelo o conselho. Que fosse deliberado de três por cento, algo assim
468 razoável eu tenho impressão que vai ser este o índice de crescimento do estado para
469 que a gente vá para a disputa entendeu Roberta? um dimensionamento da
470 necessidade em relação ao piso, o que a gente faria, o reajuste então de acordo
471 com a base de cálculo, no valor por , igual do CADSUAS do federal. Então se ele
472 está dois e vinte hoje, o hoje ele vai o que se for três por cento ele vai para dois e
473 vinte e seis. Está certo, então gente trabalharia nesta lógica, a minha justificativa
474 seria isto finalização do recursos humanos na base. **ROBERTA:** Então a sua
475 proposta é a gente aumentar em três por cento o valor do piso, que é dois e vinte,
476 mantendo a mesma base de cálculo que é o CADÚNICO do piso. **RONALDO:** Na
477 verdade iniciou a discussão ontem ela foi bem rica e calorosa no sentido do total do
478 orçamento qual seria o percentual de crescimento de 2013 para 2014 e o que seria
479 proposto para 2015. Então foi colocado aqui que não poderia ser desta forma e que
480 deveríamos sim, discutir as proposta por ações e tendo até o que foi discutido, eu
481 não estou aqui colocando e nós estamos em tempo de deliberação e cada um está a
482 vontade de colocar o que quer, mais eu estou colocando como a metodologia da
483 discussão ontem, então pra mim também não ficou claro, e jamais eu
484 particularmente aceitaria qualquer parecer que fosse colocado e sugerido pela
485 plenária sem estar vendo o valor sugerido ali, ontem nos discutimos sim valores e
486 inclusive as discussões que tomaram mais tempo foi com relação ao
487 cofinanciamento, serviço e benefício pra municípios, execução da proteção especial
488 que nós saímos de oitenta para, proposto pela conselheira Lucia, pra cento e
489 sessenta municípios e então nos nós perdemos sim! A isto trazido discussão do
490 próprio COGEMAS e ela trouxe, esta colaboração e nós nos predemos a isto e
491 jamais poderia trazer para cá uma discussão sem ter valor com uma projeção
492 aleatória de percentual. Deveríamos sim, e houve sugestão da secretaria executiva
493 no aumento aqui com relação pessoal com gasto de conferencia e isto houve valor.
494 Então nós tivemos a oportunidade de ontem de essa discussão e colocar valores ali
495 que seria proposto para deliberação desta plenária. Então deve continuar essa é
496 metodologia e foi muito bem explicado para ser apresentado pelas técnicas que
497 apresentaram ontem. **JÚLIO:** Debatendo sobre, foi aqueles aumentos que tiveram
498 que nós vamos estar conversando mais para a frente, eu entendi que o ajuste seria
499 na medida do CADÚNICO, no Piso Mineiro, então para mim ficou claro que foi isso,
500 porque se a gente teria debatido sobre esses outros temas, sobre esses outros
501 valores, mesmo que não aconteceu, foi o que eu entendi. **ROBERTA:** Tem mais
502 alguém inscrito? Então gente vamos lá, só para gente poder encaminhar aqui, e ai só
503 retificando mais uma vez a gente tomar cuidado quando a gente trabalhar com
504 alguma perspectiva de deliberação de índice, até porque se eu faço linear por
505 exemplo, se me bota 3% ali em capacitação vai ser um dinheiro desnecessário
506 entendeu? então assim, é muito importante pegar ação por ação, ver o quê que é o
507 tamanho da nossa demanda e o que nós estamos propondo, ai é consenso para todo
508 mundo. Bom, do ponto de vista que foi discutido ontem, e que hoje está sendo
509 proposto de forma diferente é de que no Piso teríamos uma perspectiva que é a

510 proposta da Lúcia de um valor de 3%, considerando o índice, ai eu gostaria até Lúcia
511 depois a gente compreender que índice é esse, porque eu tenho que saber que
512 índice é esse para eu poder chegar lá, até porque eu vou fazer uma pergunta, qual o
513 valor do Piso de Federal? É 2,20? Os município gente, qual que é o valor do Piso?
514 **EDMA:** Eu conversei a respeito desse valor essa semana com o Carlos, aquele que
515 trabalha com a Cláudia Falabella da diretoria de Fundo. A gente estava discutindo
516 esse valor essa semana, então está bem fresco na minha cabeça e está igualzinho.
517 **ROBERTA:** Os municípios aqui presente confirmam, diante disso eu queria dizer o
518 seguinte Lúcia, eu até entendo que é louvável a sua defesa, agora, a minha posição
519 contrária é o seguinte, porque tendo o governo federal uma maior arrecadação, ela
520 paga R\$2,20 no Piso, porque que eu vou ousar no governo do Estado com todas as
521 perspectivas, eu compreendo toda a indicativa, agora eu acho que a nossa luta se
522 nós formos mais na proteção especial que é o que tem chegado para gente, do ponto
523 de vista do Estado, a maior dificuldade dos municípios na implantação de serviços é
524 de proteção especial, e que inclusive a proteção social custa mais caro, se a gente
525 talvez reserva as nossas bandeiras para o aumento do nosso cofinanciamento na
526 proteção especial acredito eu que impacta e justifica muito mais os municípios.
527 Portanto compreendendo a sua proposta de que os municípios pagam o pessoal, a
528 minha discussão é se o governo federal paga R\$2,20, eu pago R\$2,20, eu acho até
529 que do ponto de vista dos outros Estados nós estamos muito bem na fita, ele que
530 arrecada dez vezes mais do que eu e eu vou fazer um Piso acima do dele, tenho a
531 impressão que a minha capacidade de disputa disso lá na SEPLAG eu não vou
532 conseguir, então a minha posição é o contrário a sua e eu acho que a gente pode
533 passar para votação para os conselheiros entender. Vou clarear, existe uma
534 proposta da Lúcia que a gente faça um aumento do Piso no valor de R\$2,20 para 3%
535 que seria R\$2,26, a minha proposta é contrária a dela, alegando mesmo que eu
536 compreenda toda a justificativa, agora se o governo federal que é uma grande para
537 nós na assistência do ponto de vista, porque a gente ainda não sabe quanto custa o
538 serviço na assistência social, então toda a justificativa nossa de aumento de recurso
539 a gente se referência pelo governo federal, ai ele está pagando R\$ 2,20, eu vou
540 passar para R\$ 2,26, a minha disputa do orçamento na SEPLAG de fato eu tenho a
541 impressão que vai ser uma queda de braço e chamando os conselheiros para gente
542 defender essa bandeira do ponto de vista do município e no que diz respeito a
543 proteção especial, que é algo que a gente tem ainda que avançar muito, é só nessa
544 linha. Está claro para os conselheiros? Podemos passar para a votação? Proposta
545 um da Lúcia, proposta dois de Roberta. **LÚCIA:** Antes de entrar no regime de
546 votação eu quero só deixar reiterado o papel do conselho, está certo? Quando a
547 gente está votando alguma coisa aqui, deliberando, nós não estamos dizendo, e ai
548 você está colocando que a referência é o financiamento do governo federal, nenhum
549 deles do ponto de vista do municípios ainda é insuficiente considerando a grande
550 carga que fica para o município, e como gestor municipal é ele que está lá na base é
551 na porta do gestor que o usuário bate, é na rádio local que o usuário vai, ele não está
552 sabendo se o Estado mandou ou se o governo federal mandou, então a única coisa
553 que eu acho que assim, no conselho não é sair da realidade não sabe Roberta, mais
554 eu acho que a gente tem um papel no conselho de demonstrar e de colocar na mesa
555 o tempo todo qual é a necessidade dessa política, a minha colocação é nessa
556 direção, qual é a necessidade? Que essa defesa possa ser feita pelo governo federal
557 também, não tem problema nenhum em relação a isso, não estou fazendo nem a
558 defesa do orçamento de Minas nem do orçamento federal não. Eu acho que em
559 qualquer uma das situações existe a necessidade de implantação de financiamento
560 da assistência social, é nessa disputa dentro de um governo que define as suas

561 prioridades é dizer olha a assistência social precisa de mais, é isso tá? **MILA:** Posso
562 só falar uma coisa também? Eu como SEPLAG e também membro do conselho
563 concordo muito com as duas partes, mais eu acho que realmente não é o momento
564 da gente levantar todas as bandeiras, se o foco é a regionalização, vamos focar na
565 regionalização. A situação orçamentária do Estado não está das melhores, eu acho
566 que isso é claro para todo mundo, então assim, eu acho que a gente tem que ter
567 uma posição tentando defender a assistência social, mais tentando também saber
568 que ela tem que ser uma proposta realista, que não vai adiantar a gente atirar para
569 todos os lados, tentar todas as frentes, não vai conseguir. Eu sou favorável a posição
570 da Roberta. **ROBERTA:** Gente veja bem, só para gente entender, é o seguinte, a
571 disputa do orçamento ela começa por aqui mesmo, é isso mesmo, nesse debate, e
572 por isso que o conselho ele é formado paritário, é nesse debate mesmo, agora, nós
573 temos outros caminhos que nós vamos debater, quer dizer, nós vamos para a
574 Assembleia, eu sempre falo isso aqui, o conselho tem que estar na Assembleia,
575 porque a disputa maior está ali dentro, a disputa maior não está aqui não, ela está ali
576 dentro, agora quando a gente está travando essas discussões aqui e as vezes elas
577 são diferentes do ponto de vista na votação de diferenças de valores, não é a
578 diferença da concepção, ninguém tem diferença aqui da concepção da importância
579 do município, da importância da gente está brigando junto para o federal, isso ai tudo
580 nós somos convergentes, agora, nós estamos divergentes é de uma questão de
581 valores ali, porque na disputa que a gente está compreendendo onde é possível uma
582 disputa mais flexível, agora, se este conselho aqui compreender na hora da votação
583 também que é necessário essa mudança, nós vamos, se nós vamos ganhar ou se
584 nós vamos perder... entendeu? por isso que tem o debate e tem a votação. Pergunto
585 aos conselheiros, tem mais alguma dúvida em relação ao encaminhamento desse
586 primeiro item para votação? **VOLNEY:** Eu até concordei Lúcia com o seu raciocínio,
587 o meu raciocínio foi o mesmo, agora gente só voltando um pouquinho, no cenário
588 econômico e eu tenho lido muito os cadernos econômicos, as perspectivas para
589 2015, tanto em nível de crescimento federal como estadual, elas são pífias, isso é o
590 que a economia está mostrando, então eu acho que nós temos que ter os pés muito
591 no chão nesse momento dessa nossa votação, porque o crescimento em nível
592 federal e estadual para o ano que vem é pífio, mais é pífio mesmo. Então eu acho
593 que nós temos que ter essa consciência nesse momento da nossa votação, só
594 queria acrescentar isso, o meu raciocínio foi o mesmo que o seu, ontem quando nós
595 propusemos qual que seria esse índice, e a Isabela até nos informou e a Milla
596 também que a SEPLAG ela trabalha com um índice de projeção para esse dinheiro
597 vir para o caixa do Estado, mas não teria esse índice ainda, isso foi muito claro para
598 gente ontem, porque nós não queríamos acrescentar determinado índice e ai ela
599 trouxe esse dado para gente, e isso ficou muito claro. Então qual que é o índice?
600 Não tem esse índice ainda, só quero acrescentar esse dado também, dessa
601 perspectiva econômica para o ano que vem. **MILA:** Volney só esclarecendo, a gente
602 não teve diretriz nenhuma em relação a isso entendeu? então assim, não é porque
603 não teve ainda, não tivemos, não sabemos se isso vai acontecer também, então
604 assim, não existe isso a princípio, não temos diretrizes. **LÚCIA:** Eu acredito Milla que
605 exista talvez uma comissão dentro da SEPLAG que faça esse ajuste, porque o índice
606 tem que existir, não tem jeito do executivo mandar um orçamento para o legislativo
607 sem ele definir o quê que ele espera arrecadar está certo? Então ele não vai colocar
608 isso necessariamente em valores financeiros, ele vai colocar em termos de índice,
609 não tem jeito. Um orçamento ele não é discutido, ele não é deliberado e ele não é
610 tratado na Assembleia se as duas coisas não são definidas pelo executivo, quanto
611 que ele quer gastar e quanto que ele espera arrecadar, isso é a regrinha primária do

612 orçamento, então eu posso até entender que no caso do Estado nessas últimas
613 gestões a SEPLAG não estejam liberando essa informação para todos, mas para a
614 Assembleia ela vai ter que mandar, está certo? Não tem jeito não fazer isso, você
615 tem que fazer uma estimativa de arrecadação para você pôde justificar a sua
616 proposta orçamentária. Eu quero só reiterar mais uma vez a diferença que eu vejo
617 entre o papel do conselho e o papel do executivo está certo? É só isso. **ROBERTA:**
618 Só para clarear aqui gente, é óbvio que o governo de Estado trabalha nessa linha da
619 gestão pública, é claro que quando ele manda o orçamento para lá ele tem essa
620 estimativa, o que eu estou discordando é trabalhar com índice na proposta aqui
621 gente, se tiver arrecadação lá que eles estão prevendo de 10, 20 % obviamente nós
622 vamos entrar na disputa como a gente entra, inclusive Minas Gerais é muito
623 privilegiado nessa discussão, porque nós temos o monitoramento na Assembleia do
624 PPAG, e que a gente faz todas as revisões e todas as negociações, se tiver um
625 aumento na arrecadação obviamente essa receita ela entra lá na disputa para ser
626 disputado em todas as secretarias, a minha única discordância é de colocar nessa
627 proposta um índice, é isso que eu estou dizendo. **ADRIANA:** Gente desculpa, mais
628 agora vocês confundiram a minha cabeça demais, a sua proposta superou a questão
629 de apresentar o índice? **ROBERTA:** Não filha, superou a discussão do índice.
630 **ADRIANA:** Isso que eu estou falando **ROBERTA:** Eu ainda não pus votação, porque
631 nós estamos clareando. **ADRIANA:** Então está bom. **ROBERTA:** Aproveitar antes da
632 gente colocar para votação, eu vou dar posse para a Adriana, porque a Adriana está
633 tomando posse porque saiu publicado. **ADRIANA:** Eu não posso falar ainda não né
634 gente? **ROBERTA:** Não, falar você pode **ADRIANA:** Eu não posso é votar, é
635 verdade, mais eu só queria pedir esclarecimento **ROBERTA:** Falar você pode minha
636 querida **ADRIANA:** A história é assim, eu estava quietinha acompanhando porque
637 ontem eu sai mais cedo porque estava passando mal, e eu estava entendendo que a
638 proposta que está sendo posta agora pela Lúcia considera a indicação de um índice.
639 **ROBERTA:** Não, já superou **ADRIANA:** Já superou? Então desculpa, clareou.
640 **ROBERTA:** Então vamos lá. Antes da gente passar para a votação nós vamos dar
641 posse a Adriana, que ai ela tem direito a voz e a voto, seja bem-vinda. **APLAUSOS**
642 Veja bem, então vamos voltar lá para encaminhar gente, já superamos qualquer
643 índice, qualquer coisa. Só lembrar isso, concordo plenamente com a Lucia em dizer
644 qual é a diferença do papel do conselho, inclusive para gente acompanhar, se tiver
645 alta arrecadação aqui nós vamos estar propondo ações e uma série de outras coisas
646 entendeu? sem nenhum problema. Então vamos lá, proposta da Lúcia que a gente
647 faça um valor, um aumento de 3% no Piso, que é de 2,20 para 2,26 correto?
648 Proposta da Roberta, que mantenha o mesmo valor do Piso, entendeu? A Lúcia fez a
649 justificativa dela e ei já fiz a minha, estão esclarecidos os conselheiros? Para votação
650 então, os conselheiros que são a favor da proposta número um da Lúcia levante a
651 mão, os conselheiros que são a favor da proposta número dois encaminhada pela
652 Roberta, levante a mão, Tereza você está votando ou está conversando? Aprovado a
653 manutenção do valor do Piso, agora, o que eu quero dizer aos senhores é o
654 seguinte, eu acho que os argumentos que a Lúcia traz são importantes, eles são
655 válidos nos municípios, e que a gente possa fazer inclusive essa disputa lá na
656 Assembleia, que eu acho que é um lugar bom e que a gente possa encarar essa
657 disputa lá por valor do aumento do Piso entendeu? porque de certa forma para os
658 municípios isso é importante, e lá é um lugar que gente possa assentar essa
659 negociação melhor. Segundo destaque da Lúcia que é no item dois lá. Eu queria
660 pedir o pessoal de apoio aqui por favor para apagar gente, tirar esses destaques que
661 já foram aprovados, então para vocês ficarem atentas se não depois a gente não
662 sabe o que foi encaminhado aqui. **MILA:** Ficou então no número sete né Lúcia?

663 **ROBERTA:** Vamos lá para o número sete por favor. **LÚCIA:** Na número sete eu só
664 queria recuperar **ROBERTA:** Então se vai para o número sete, tem um destaque
665 meu ali antes Lúcia na cinco. Então só lembrando para a equipe de apoio, a Lúcia
666 retirou de cinco para cima ela retirou, não é isso Lúcia? **LÚCIA:** Isso **ROBERTA:** Ali
667 no meu eu também estou retirando, porque eu entendi o quê que é, eu ia falar uma
668 tremenda besteira aqui, mais meus colegas me corrigiram, graças a Deus a gente
669 tem amigo, então vamos para o item sete agora. **LÚCIA:** Então, como tem vários
670 conselheiros que estão aqui hoje que não estavam ontem eu queria, representando o
671 COGEMAS, fazer algumas colocações em relação a especial. O quê que ficou
672 deliberado no COGEMAS em reuniões anteriores e na CIB é que vão ser realizados
673 os fóruns regionais para discutir o modelo da regionalização da especial, está certo?
674 Existia esse recurso de R\$ 1.600.000,00 de emenda parlamentar que a CIB
675 deliberou aqueles critérios que nós aprovamos agora pouco, e ontem então eu
676 perguntei, nós aqui perguntamos para a Isabela, dos municípios de Minas quantos
677 municípios seriam elegíveis com aqueles critérios? E ela nos passou ontem um
678 número aproximado de 346 municípios certo? Esse recurso de agora de R\$
679 1.600.000 ele vai pagar cinco meses R\$ 4,000,00 para cada município para que ele
680 tenha pelo menos uma referência da especial, então a gente precisaria de um critério
681 como a Roberta está colocando, para fazer a disputa, porque até terminar essa
682 discussão do modelo provavelmente o orçamento já vai estar lá na Assembleia,
683 então o valor que vai ser encaminhado aqui a gente precisaria ter pelo menos um
684 horizonte do que a gente gostaria de alcançar enquanto impacto, enquanto
685 cobertura, então nós pensamos aqui pelos números fornecidos que a gente poderia
686 ousar propor uma cobertura em 2015 de pelo menos, ou aproximadamente 50% dos
687 municípios elegíveis pelo critério de partilha, então nós estamos aqui com recurso de
688 hoje, a gente está pagando oitenta por cinco meses, certo? Então nós temos que
689 manter pelo menos no orçamento esse valor para 2014, e mais o impacto.
690 **ROBERTA:** Deixa eu só te pedir para gente raciocinar melhor, é o seguinte, esquece
691 cinco meses, porque aquilo que fica pactuado e deliberado que a gente implanta
692 automaticamente ele incorpora, que ai fica melhor da gente fazer conta. **LÚCIA:** Eu
693 só estou explicando porque eles vão estranhar o valor, porque ontem nós erramos
694 aqui ao fazer as contas, depois que a gente percebeu, então na verdade a gente
695 estaria propondo no mínimo para 2015 cento e sessenta municípios recebendo R\$ 4,
696 000.00 por mês. **ROBERTA:** É a expansão de cento e sessenta? **LÚCIA:** Não,
697 expansão de oitenta, e ai a gente chega em 50% dos elegíveis pelos critérios de
698 partilha. **VINÍCUIS:** Só para lembrar 50% são cento e setenta e três municípios,
699 então cento e sessenta é quase 50%. **LÚCIA:** É quase 50%, é porque na hora de
700 apresentar isso em discussões não dá para gente ficar falando em números
701 absolutos, você tem que falar em percentuais, porque é o impacto que você vai gerar
702 na política, então assim, são oitenta que estão sendo cofinanciados, se a gente
703 coloca cento e sessenta nós estamos dobrando a meta que está sendo atendida
704 esse ano, está certo? E nós estamos atingindo aproximadamente 50% dos
705 municípios elegíveis, porque ontem, eu não sei se história do CREAS estava muito
706 clara na cabeça da Isabela, porque ela falou Lúcia eu acho que é em torno de
707 trezentos e quarenta e seis, foi isso que eu anotei, agora se a SUBAS entender que
708 é o melhor 50%, para nós... você entendeu o raciocínio? Era aumento de 100% de
709 cobertura, porque eu acho que é um argumento de peso para disputar. Alguma
710 dúvida dos conselheiros que não estavam ontem aqui presentes? **MILA:** Lúcia eu
711 não entendi, qual foi a sua proposta? **ROBERTA:** Ela está só clareando. **LÚCIA:** Eu
712 estou só esclarecendo. **MILLA:** Entendi, eu achei que você estava propondo passar
713 a metade para poder cobrir todos os trezentos. **LÚCIA:** Eu estou esclarecendo para

714 os conselheiros que não estavam aqui ontem, porque tem muitos conselheiros que
715 não participaram da discussão. **ROBERTA:** Eu queria dizer Lúcia é o seguinte, que
716 eu fiquei muito encantada com as discussões que vocês fizeram ontem em relação a
717 proteção especial, e nessa linha ai eu acho que é possível a gente criar um
718 referencial de identidade do financiamento para proteção especial para os
719 municípios, e quando a gente trabalhou no critério de partilha com a CIB toda essa
720 discussão de que a gente pegaria esses trezentos e quarenta e seis municípios que
721 recebem até R\$ 2.000.00 de fato eu acho que a gente vai dar um impacto para eles,
722 para eles compreender a questão da proteção especial no próprio município, e a
723 gente mais uma vez ter cautela com a questão da regionalização, ter muita cautela
724 com a questão da regionalização, nós estamos na maior expectativa em relação aos
725 seminários que foram propostos pelo COGEMAS, para gente de fato aprofundar isso
726 com o sistema de garantia de direitos, com a promotoria, como é que o SUAS
727 especificamente em Minas Gerais está pensando em desenhar proteção especial de
728 forma regionalizada, que de fato garanta o mínimo de possibilidade de vínculo
729 familiar e o De volta para casa para esse usuário de assistência, para gente não
730 trabalhar naquela perspectiva de futuramente nós vamos estar aqui debatendo e
731 coçando a cabeça de como é que a gente faz de institucionalização dos serviços que
732 nós estaríamos criando nesse desenho de regionalização do SUAS, e penso que vai
733 ser... por isso que eu falei da perspectiva da gente concentrar as nossas bandeiras,
734 porque vai ser uma disputa forte, porque de fato ali na proteção especial nós
735 estamos colocando R\$7,000.000,00 incorporando um milhão e pouco do orçamento
736 da emenda que veio e ela está vindo incorporada, e quase que quadruplicada, vamos
737 supor assim, quase que mais que dobrada, então isso de fato nós vamos que fazer
738 uma justificativa muito grande para essa questão desse valor ter aumentado, e que
739 acho que é uma justificativa que ela não está difícil de ser feita e não está difícil de
740 ser demonstrada do ponto de vista da necessidade concreta dos municípios. Não
741 que a outra não seja, a discussão da outra é que eu teria que fazer um levantamento
742 muito na ponta do lápis para justificar, para dizer assim, eu preciso aumentar porque
743 disso aqui tem um pacto na questão da folha de pessoal dos municípios, e ainda eu
744 enfrentar uma outra discussão em relação a essa questão de folha de pessoal, ainda
745 que a lei do SUAS me faculta isso né? Mas também tem uma corrente muito forte de
746 que discute a questão do orçamento que fala que com o recurso de transferência
747 sem estar a vinculação você tem uma certa fragilidade nisso, então são tudo
748 discussões que a gente disputa lá no orçamento e que o povo também vem com
749 argumentos encima da gente, então não dá para gente falar muito, que são vários,
750 eu tenho que apresentar na ponta do lápis, e ai no caso da proteção especial eu
751 acho que se a gente conseguisse isso, eu acho que vai gente vai dar um impacto
752 muito grande no nosso orçamento para o ano que vem, e com a perspectiva na hora
753 da gente criar o PPAG para quatro anos que a gente já vai começar a trabalhar com
754 ele agora lá na SEPLAG, lá na SEDESE a gente já vai fazer essa distribuição de
755 quatro anos. Talvez esse aumento que você está falando vai distribuir ele ao longo
756 do PPAG, que talvez seja isso que a Isabela queria falar, eu não sei, mais no PPAG
757 a gente já vai trabalhar esses aumentos de metas para os quatro anos dentro do
758 PPAG ok? Mais alguém inscrito? **LÚCIA:** Eu só queria deixar registro aqui em ata
759 que eu não vejo nesse momento... porque assim, esse mês não foi possível realizar
760 a reunião do COGEMAS, e tem um questionamento do COGEMAS que já foi
761 colocado aqui pela Roberta, essa discussão do orçamento deveria ter sido em março
762 no conselho, não aconteceu, então nós estamos uma discussão fragilizada com a
763 base dos municípios, porque o orçamento não foi levado na reunião do COGEMAS,
764 então nós estamos discutindo aqui um modelo a partir do que foi pactuado na CIB,

765 mais pode ser que quando a gente realize o seminários os municípios venham com
766 outras proposta, está certo? Agora, o que é importante é a gente deixar no
767 orçamento um valor para a especial, que pode manter isso que estar pactuado hoje
768 na CIB ou que a CIB faça uma nova pactuação a partir do orçamento garantido,
769 porque sem orçamento a gente não vai fazer nada mesmo tá? Então só para deixar
770 claro que nós vamos fazer os seminários regionais e os municípios podem até
771 questionar as decisões que foram tomadas aqui, mais eu acho que o importante é
772 existir um orçamento, e o item seguinte vai tratar da regionalização também na
773 mesma perspectiva. **ROBERTA:** E ai Lúcia eu acho que o COGEMAS vai ter que
774 assumir também porque que ele não discutiu isso antes, porque ele também tem o
775 papel de discutir o orçamento, se os municípios estão discutindo orçamento, o
776 COGEMAS também poderia ter discutido que orçamento queremos para a
777 assistência, para hora que viesse aqui para o conselho a sua representação trazer.
778 Eu acho que a gente tem que separar essas coisas, se os municípios questionaram,
779 beleza, então porque nós não demos conta de discutir isso no COGEMAS? Nada
780 impedia que o COGEMAS pautasse, eu vou pautar uma reunião do COGEMAS para
781 discutir orçamento de 2015, pode na hora que for discutir aqui no conselho o
782 COGEMAS já tenha uma posição, agora se o COGEMAS deixou para discutir depois
783 que nós discutimos aqui também, ai também gente... entendeu? o fluxo de
784 orçamento ele está dito há muitos anos, todos os gestores municipais sabem disse
785 né? Chega junho, julho, setembro, já tem o período certo de discutir orçamento, e ai
786 eu queria inclusive chamar atenção aqui da comissão de apoio de conselho, nós
787 vamos ter o telepresencial, a SEDESE está chamando atenção dos municípios para o
788 orçamento, nós vamos discutir sobre orçamento, e chamar atenção dos municípios
789 para colocarem nos seus orçamentos a conferência do ano que vem e outras, coisas
790 que eles quiserem, tem que ser uma coisa que é sistêmica, os municípios minimante
791 devem estar discutindo os seus orçamentos, agora, o COGEMAS podia ter chamado
792 essa pauta, com certeza, até antes de março, não chamou porque não quis. Aqui nós
793 estamos conseguindo fazer agora em julho né? E de fato se o desenho sair diferente
794 e requerer o orçamento maior do que isso, vamos embora para a disputa gente,
795 entendeu? A CIB vai pactuar, o critério de partilha que vai aparecer na CIB é dentro
796 do orçamento aprovado, agora se querem mais... o ano que vem tem conferência,
797 vamos para conferência, vamos disputar, vamos discutir isso na conferência, que o
798 orçamento queremos para a assistência na conferência. O ano que vem vai ser
799 ótimo, porque tem conferência, entendeu? agora não dá é para gente também
800 colocar essas questões, e os municípios tem que compreender isso claro, eles estão
801 no ciclo de orçamento, fazendo orçamento, o Estado está fazendo tanto que nós
802 estamos aqui aprovando, e que se a gente não está atento a essas discussões antes
803 infelizmente... pergunto aos conselheiros se tem mais alguma dúvida em relação a
804 proposta do que foi apresentado do orçamento aqui, podemos passar para a leitura
805 da resolução e deliberação da resolução? **MILA:** Bom, a resolução 470 de 2014
806 aprova a proposta orçamentária do fundo estadual de assistência social referente ao
807 exercício 2015. O conselho estadual de assistência social de Minas Gerais no uso de
808 suas atribuições conferidas pelo artigo treze da lei estadual 2.662 de 23 de julho de
809 1996 pela lei orgânica de assistência social e pela norma operacional básica da
810 assistência social de 2012 e considerando a deliberação da... não consigo falar isso,
811 192 plenária organizada realizada no dia 18 de julho de 2014 resolve: artigo primeiro
812 aprovar a proposta orçamentária do fundo estadual de assistência social referente ao
813 exercício de 2015, planilha anexa, e artigo segundo: essa resolução entra em vigora
814 partir da data da sua publicação, ok? **ROBERTA:** Ok gente? Nenhum destaque? Os
815 conselheiros que são a favor da aprovação da proposta de orçamento para 2015 se

816 manifestem por favor, você não está votando não Tereza? Abstenção? Contrário?
817 aprovado a proposta. **MILA:** Tem mais algum ponto da comissão? Ontem foi feito
818 também a apresentação do material que a gente já tinha encaminhado para a
819 plenária sobre a capacitação de orçamento, a Isabela fez as considerações
820 colocando o orçamento da assistência social em foco, e aí a gente fez essa
821 apresentação aqui ontem, alguns conselheiros fizeram contribuições também. Eu
822 acho que ficou definido que a apresentação ela tem que ser um pouco reduzida para
823 poder ser possível apresentar, porque está muito grande, eu acho que as comissões
824 chegaram em um acordo que a apresentação deveria ser aprovada, com alguns
825 ajustes visando facilitar o entendimento dos conselhos municipais. É isso mesmo?
826 Alguma consideração? **CONSOLAÇÃO:** Só para complementar, ficou da secretaria
827 executiva fazer essa proposta e já encaminhar para todo mundo, e aí quem tiver
828 mais contribuição ou alguma coisa... **MILA:** Ok **ROBERTA:** Eu queria só reforçar,
829 porque nós estamos na comissão de orçamento aqui, queria reforçar mais uma vez
830 para todos os conselheiros, queria pedir os conselheiros que ajudassem na
831 mobilização, que o telepresencial vai tratar da questão de orçamento gente, então
832 assim, é muito importante que a gente ajude a mobilizar os municípios, os
833 conselheiros aqui presente estão todos convidados para a capacitação do
834 telepresencial, já mandamos para cá a grade do telepresencial, então por favor, é
835 importante que os conselheiros também se organizem para participarem dessas
836 capacitações e tem os polos nas regionais, que não é daqui pode participar dos
837 polos das regionais, agora é muito importante também que os conselheiros
838 participem dessas capacitações, porque nós já mandamos para cá o Capacita SUAS,
839 já mandamos para cá o telepresencial, essa grade do telepresencial com os dias e
840 os temas que vão ser tratados, e agora em agosto a gente vai debater com eles a
841 questão do ciclo orçamentário, e lembrando isso, da importância deles colocarem
842 nos seus orçamentos a questão da conferência, e a outra coisa que a gente vai
843 trabalhar também no telepresencial e vamos trabalhar com a AMM, com os
844 municípios, a questão da adequação da legislação do SUAS do municípios, porque
845 de nada adianta a gente ou muito pouco adianta as questões que a gente delibera
846 aqui se o município não estiver preparado na lógica do SUAS para poder
847 implementar os serviços, porque se ele não estiver com a sua legislação adequada
848 até do ponto de vista do orçamento e do ponto de vista do funcionamento do CPF ele
849 não vai conseguir operacionalizar os seus serviços, então assim, adequar a
850 legislação do SUAS ao molde do que o Estado fez, a União já fez a sua legislação. É
851 muito importante que os municípios façam isso entendeu? e a mesma coisa é que
852 eles preparem o orçamento deles, e o ano que vem é o ano de conferência, então se
853 os municípios não tiverem preparados para realização de conferência do ponto de
854 vista da pauta do SUAS em seus municípios ele fica em segundo plano. **VINÍCIUS:**
855 Eu queria pedir Consolação que pudesse enviar de novo para mim por e-mail o
856 calendário, para eu poder divulgar na união dos conselhos, por favor. **LÚCIA:** Eu
857 queria só sugerir Roberta que nessa discussão da elaboração da lei do SUAS...
858 porque eu acho que quase nenhum tem lei nenhuma, eles tem... partindo lá do meu
859 município, eu cheguei e encontrei uma profusão de leis, é mistura, é uma confusão
860 de coisa sobreposta sabe? E tem algumas ações que já estão definidas na política,
861 por exemplo uma que é bastante delicada, que é a medida sócio educativa. A
862 medida de internação ou de semiliberdade ela está com uma regionalização com
863 distâncias bem grandes, por exemplo, no sul de Minas a gente ainda não tem um
864 centro socioeducativo, então eu tenho adolescente em Uberlândia, eu tenho
865 adolescente aqui em Belo Horizonte, e aí essa convivência familiar fica
866 absurdamente prejudicada, então uma coisa que qualquer município tem que ter é

867 uma autorização para pagar passagem, seja para família ou seja para o indivíduo,
868 isso tem demanda tanto dentro da política para o adulto para visitas em
869 penitenciárias pela mesma lógica da política de defesa social, você tem hoje, pelo
870 menos falando do hoje, tem uma distribuição dos presos por grau de periculosidade,
871 por número de atos, enfim, então as vezes eles ficam muito longe do seu município
872 de origem, e isso tem dado um problema para nós lá em Poços porque eu não tenho
873 amparo legal, tudo que eu tentei até agora enquanto não passar pela Câmara eu não
874 vou poder fazer. Isso tem prejudicado alguns usuários, então eu acho que nessa
875 revisão não só ter a lei dos SUAS mais olhar esses serviços que já são
876 regionalizados, e criar uma autorização, um embasamento legal para que o
877 município possa depois viabilizar o repasse desses recursos quando necessário para
878 as famílias. **ROBERTA:** Eu acho Lúcia que essa questão é extremamente rica, e
879 queria inclusive te pedir para gente trazer ela para o seminário dos COGEMAS,
880 porque veja bem, nós estamos discutindo regionalização muito no âmbito do Estado,
881 isso que você aponta é de suma importância, porque é um olhar que obviamente os
882 municípios, os gestores municipais, as vezes nem dão conta dessa demanda, as
883 vezes ela não está nem aparecendo na assistência. Eu me lembro quando da
884 primeira vez eu assumi como subsecretária de assistência eu fiz uma discussão
885 muito forte com a defesa social para que em alguns municípios a gente implantasse
886 esse serviço, que era um serviço que a gente tinha do migrante que a gente oferecia
887 passagem, a gente tentou de todo jeito ver se o Estado poderia fazer isso via
888 SUBAS, mas a gente não conseguiu de forma administrativa, até porque a gente
889 com a tipificação acabou com essa oferta de serviço do migrante, entendendo que
890 era uma questão mais municipal, mas que não inviabiliza a gente continuar a
891 discussão, até nessa perspectiva, porque dentro da regionalização nós vamos ter
892 que discutir não é só o que o Estado vai ter que implantar, mais aquilo que o
893 município vai ter que ter de provisão, que é isso o que você está falando, para que o
894 município possa acessar em outro município que seja inclusive de outras políticas
895 que tem haver, por exemplo com a política de defesa social, que acho que isso é de
896 suma importância a gente se ater nisso, e eu falo com muita tranquilidade Lúcia, a
897 gente está percebendo que o SUAS no município ainda está com uma série de
898 fragilidades que ele não está conseguindo resgatar o vínculo do usuário normal, eu
899 diria assim, aquele usuário que não tem conflito com a lei, aquele que tem conflito
900 com a lei então eu acho que ele não está sendo nem pautado, com muita
901 sinceridade, porque o município ainda está com muita dificuldade, é claro, de todas
902 as ordens que vai de financiamento de recursos humanos e outros para poder dar
903 conta disso, você levanta uma questão que é de suma importância. **LÚCIA:** Roberta
904 a defesa que eu tenho feito muito e discutido muito é que a gente tem que aprender
905 pensar sistemicamente, então eu acho que nas capacitações tentar passar para o
906 pessoal, para os técnicos, sobretudo para eles que vão permanecer na política, os
907 gestores são transitórios, mais eles precisam entender que você não pode pensar de
908 forma fragmentada, você tem que pensar. Na política penitenciária quando o preso
909 vai para a visita para sair da temporária ou para visita de final de semana é
910 obrigação do Estado fornecer para ele o transporte, mas acontecem situações,
911 acontece um acidente qualquer, eles vão bater na porta do município, então não é
912 que eu ache que o município tem que assumir esse custo não, porque ele, não dá
913 conta, mais ele em que ter uma possibilidade de atender as situações emergenciais.
914 Eu recebi um rapaz um dia desesperado, coitado, ele saiu para visita, ele não queria
915 fugir, ele não queria nada, a namorada dele muito prestativa lavou a calça jeans dele
916 com a passagem no bolso, ai a empresa não aceitava entendeu? eu ia deixar o
917 indivíduo perder a progressão de pena dele porque ele não tinha passagem para vim

918 embora? Então eu falei para ele, eu posso te arrumar até Belo Horizonte, paguei
919 como migrante para ele. Eu falei, como é que você vai chegar em Sete Lagoas? Ele
920 falou a pé, porque não tinha jeito, eu só posso comprar passagem, não tinha jeito de
921 comprar a passagem aqui, ele falou a senhora pode ficar tranquila que eu vou a pé,
922 eu não vou é perder a minha progressão de pena. Então eu acho que é nesse
923 sentido, o pessoal pensar um pouco mais de tudo que tem de fenômeno. **ROBERTA:**
924 É essa a questão nossa, que eu acho que no SUAS as vezes a gente perde, é igual
925 você falou, é sistêmico, quer dizer, da mesma forma nós vamos precisar de provisão
926 para usuário no que diz respeito aos serviços da assistência, por exemplo, se eu
927 tenho um acolhimento institucional de forma regional nós vamos ter que fazer esse
928 fluxo da família, se é que a gente quer garantir vínculo, vocês estão entendendo?
929 porque isso tudo no desenho da regionalização nós temos que colocar isso gente,
930 entendeu? até discutir quem paga ou deixa de pagar, nós temos que ter isso como
931 provisão, porque se a gente não tiver isso descrito no desenho da regionalização é
932 óbvio que não vai funcionar, por exemplo, o CREAS regional ele começou... agora
933 que ele está incorporando, mas ele começou dessa forma, com sérios problemas,
934 porque quem é que leva a dona Maria para o CREAS regional? Ela pode até
935 conseguir o transporte, a comidinha dela que ela vai ficar o dia inteiro, tem que ir no
936 sistema de garantia? Como é que ela faz? Porque a saúde ela tem o tratamento fora
937 a domicílio não é isso? Nós vamos ter que pensar isso na assistência. É por isso que
938 é importante esse seminário, e ele tem que ser muito mais profundo do que nós
939 estamos discutindo, do que nós estamos pautando a regionalização, então assim,
940 entrar nessa discussão significa entrar no miúdo mesmo, é saber como é que o
941 indivíduo vai para lá, como é que ele vai acessar a sua família, como é que ele vai
942 retornar daquela oferta de serviço, principalmente no que diz respeito a acolhimento
943 institucional não é isso? **LIZIANE:** Esses dois pontos da lei do telepresencial só para
944 informar para plenária que o CAO já mandou um ofício sobre o telepresencial e sobre
945 aquele calendário do Capacita SUAS para todos os municípios, tanto que a gente
946 tem recebido muitas ligações até direcionadas algumas lá para a Isabela sobre isso,
947 e sobre a questão da lei também como foi falada na última plenária a SUBAS nos
948 passou a minuta que você fizeram, aquela lei do SUAS, na última eu tinha apontado
949 essa importância dos municípios, o CAO também vai fazer uma recomendação para
950 todos os promotores... **ROBERTA:** É a lei de adequação? **LIZIANE:** É a lei de
951 adequação, então o CAO também está fazendo movimento nesse sentido Roberta
952 de repassar para todos os promotores de todos os municípios, para instigar o
953 município a fazer essa lei, da importância no município, a gente já está fazendo a
954 revisão dela no CAO, fazendo algumas ponderações, a gente vai dialogar com a
955 SUBAS e aí a doutora Andreia vai encaminhar para todos os promotores também
956 como recomendação. **ROBERTA:** Lembrar bem que é fazer adequação **LIZIANE:**
957 Sim, adequação **ROBERTA:** Viu gente? Com a lei que existe, até porque de fato isso
958 já é sabido pela nossa diretoria do IGD SUAS cujo a diretora é a Edma, a legislação
959 CPF do município em relação ao SUAS ele está defasado, eu preciso ir longe não, a
960 própria lei do conselho nossa aqui ela precisa ser revista, que a nossa lei do
961 conselho não está adequada a lei do SUAS, estou mentido? Entendeu? a gente
962 precisa rediscutir a lei que criou o conselho para gente ver se ela está adequada, se
963 estiver a mais está perfeito, não tem problema nenhum, o que não pode é estar a
964 menos, porque o dos municípios ela está muito aquém, porque ela foi criada com a
965 primeira perspectiva da LOAS, quando em 1994 nós começamos implantar a LOAS,
966 os municípios criaram sua lei de fundo, lei de conselho, e alguns com a estrutura do
967 gestor mais ela está muito aquém, e agora em 2011 nós fizemos a lei do SUAS, até
968 o reconhecimento de CRAS e CREAS que são os equipamentos públicos da

969 assistência ela tem que estar na legislação, é igual ao DS entendeu? está na
970 legislação do SUS, nós temos que está com CRAS e CREAS, igual escola municipal,
971 está dentro do sistema educacional, nós temos que estar com CRAS e CREAS
972 dentro da lei, reconhecendo que são os dois equipamentos públicos que nós temos.
973 **LIZIANE:** Sim, e aí nesse ponto a doutora Andreia tem feito um esforço para esse
974 mobilização quando esses assuntos passam aqui na plenária e que a gente leva até
975 ela, até para fortalecer nessa divulgação, que a gente consegue alcançar também
976 todos os municípios e os promotores. **ROBERTA:** Fechamos a comissão de
977 orçamento? Os informes? Qual que é o outro informe que eu tenho? Porque a depois
978 eu vou passar o informe da reunião do COGEMAS da Lúcia e o GT de
979 monitoramento. Nós recebemos um convite do primeiro seminário regional em
980 comemoração aos vinte e quatro anos do ECA que é da prefeitura municipal de
981 Carmo do Cajurú, através da secretaria de promoção social e do conselho de direito
982 de defesa da criança e do adolescente, que vai ser no dia vinte e nove de julho das
983 8:30 as 16:00 horas no auditório Semei do município de Carmo do Cajurú, se alguém
984 mora para aquela região ou tem interesse de ir, depois procura com a secretaria
985 executiva aqui para ir. Tem um outro convite que nós recebemos que veio direto aqui
986 para o CEAS que é para o segundo ciclo de apresentação de boas práticas e
987 experiências exitosas, a assistência social construindo com uma nova cidade todos
988 os dias, dia treze de agosto 2014, as 8:30 no auditório da saúde em Várzea Alegre
989 em Ribeirão das Neves, se alguém também tiver interesse de ir, que morar por aqui
990 procure com a Consolação ok? Tem mais algum informe da presidência? Lúcia com
991 a reunião do COGEMAS. **LÚCIA:** Nós não tivemos reunião do COGEMAS em julho
992 em função desse processo todo da discussão, as pessoas foram mobilizadas em
993 outra direção da CIB e a Copa prejudicou um pouquinho os deslocamento do povo, e
994 da gente conciliar as datas, mais a preocupação que continua, eu já coloquei aqui a
995 pergunta ontem na comissão de orçamento, é em relação ao Piso sabe Roberta? Se
996 tem alguma perspectiva, alguma data, alguma premissa do repasse do Piso, porque
997 realmente os municípios estão questionando bastante, estão apreensivos em relação
998 ao que fazem, nós já estamos em julho e não recebemos ainda nenhuma parcela de
999 2014. Eu queria só aproveitar, do COGEMAS seria isso, a reivindicação em relação
1000 ao Piso, eu queria só colocar, eu nem lembrei na hora dos informes aqui, nós
1001 conseguimos no meu município um recurso da secretaria nacional de política para
1002 mulheres, depois de muita luta porque ele está lá desde 2012, a gente conseguiu
1003 renegociar e nós vamos começar agora dia vinte e cinco uma série de atividades que
1004 vão envolver dez municípios da região, a gente assumiu o compromisso com a
1005 secretaria nacional de fazer o evento regionalizado, então nós estamos pegando os
1006 municípios que o deslocamento de ida e volta possa ser no mesmo dia por questão
1007 de custo mesmo, porque o recurso ficou muito defasado, mas é um processo em que
1008 a gente vai trabalhar ao longo desses cinco meses para frente a formação de todos
1009 os atores desses municípios que tem a ver com a política de prevenção a violência
1010 contra a mulher, a divulgação da lei Maria da Penha e tal, porque esse projeto foi
1011 feito no eixo 1. Eu queria deixar aqui uma lembrança que os municípios entrem no
1012 site das secretarias nível federal, da mulher, dá Se dá racial, porque constantemente
1013 tem editais em aberto e os municípios podem se candidatar. Não são políticas ainda
1014 de fundo a fundo, são políticas feitas por meio de convênio, mas nós vamos
1015 conseguir atingir em torno de trezentos à quatrocentos operadores do direito na área
1016 da mulher com esse recurso, não é um recurso muito alto, mas dependendo do
1017 planejamento dá para a gente fazer um atendimento interessante, então a gente tem
1018 dois seminários que trabalham com os dez municípios, nós temos depois formação,
1019 supervisão e uma sequência de oficinas com operadores específicos da polícia

1020 militar, da polícia civil, fomos desenhando dentro das necessidades do município da
1021 região. **ROBERTA:** Eu só queria deixar aqui Lúcia o seguinte, nós discutimos na CIB
1022 e na CIT mês passado; houve uma discussão, nós estamos convidando a secretaria
1023 da mulher para fazer uma discussão conosco lá na CIT e já sentei esta semana com
1024 a subsecretária de direitos humanos do Estado, a Juanita, tinha representante da
1025 coordenação da mulher porquê de fato eu acho extremamente louvável o trabalho
1026 de vocês, eu só acho que vocês esquecem e você mesma colocou a questão
1027 sistêmica, mas na hora da prática isso não é considerado, por exemplo, discutir essa
1028 questão da violência da mulher, capacitação e trabalhar os operadores do SUAS de
1029 forma regional a SUBAS sequer é chamada para esse debate, eu compreendo que é
1030 o seguinte, qualquer desdobramento de debate disso aí que venha para as
1031 perspectivas de serviço para enfrentamento a essa questão aí de fato nós vamos
1032 chamar a assistência estadual, porque agora está na hora né? Porque começa pela
1033 lógica do que nós inclusive desenhamos no SUAS, discussão de regionalização tudo
1034 que afeta a assistência não dá para fazer sem o gestor estadual, pelo menos é isso
1035 que a gente está defendendo o tempo inteiro, por exemplo, nós começamos com a
1036 discussão com o Ministério Público que está fazendo TAC com os municípios, como
1037 é que vocês fazem TAC e vocês não chamam o gestor? De fato essa discussão,
1038 essa capacitação que vocês vão levar e acredito eu ela vai desembocar nos
1039 operadores dessa coisa que é da assistência, que são os CRAS, os CREAS, não é
1040 isso? E sequer a assistência estadual sabe dessa discussão, porque eu estou
1041 dizendo é do âmbito regional, porque se você for fazer no seu município ok, agora o
1042 do âmbito regional não dá para separar gente, até porque a consequência disso ela
1043 vai vir para a gente, qualquer que seja a estratégia, e nós fizemos essa discussão
1044 essa semana com a SUBDH, com a coordenação da mulher e é a mesma
1045 discussão que o FONSEAS, o fórum de secretários estaduais de assistência social,
1046 levou para CIT para que seja chamada a secretaria de direitos humanos, a secretaria
1047 da mulher, para dizer assim, não tem problema nenhum, vocês podem implantar,
1048 capacitar quaisquer questões, agora não dá para esquecer os parceiros, porque os
1049 parceiros não são só para operar aquilo que vocês estão defendendo né? E de fato
1050 aqui nós estamos cometendo a mesma heresia. Então aqui fica para mim... eu acho
1051 que tem toda uma discussão, vocês conseguiram o convênio lá, mais assim, eu
1052 coloco o seguinte, toda vez que vai discutir qualquer questão regional e que está
1053 afeto aos atores da assistência social o gestor estadual não pode deixar de ficar para
1054 fora, a não ser que vai discutir só por discutir, porque você tem uma consequência
1055 disso que você vai operar contra essas violações de direito, e obviamente vai sobrar
1056 para nós. **ROBERTA:** Quer dizer, vocês estão fazendo uma oferta de serviço
1057 regionalizado que é na área da capacitação, mas nessa hora nós não precisamos do
1058 Estado. **LÚCIA:** Eu acho que a sua colocação é muito pertinente Roberta, mais eu
1059 quero só deixar claro aqui o seguinte, em abril nós tivemos muitas dificuldades, os
1060 recursos eram de 2012, e era inexecutável, a proposta que a gestão anterior tinha
1061 feito e ela já incluía os municípios da região era inexecutável. Nós levamos o ano
1062 passado inteiro para conseguir renegociar e não perder os recursos, a gente
1063 trabalhou na perspectiva de não perder, realmente em momento nenhum eu não
1064 envolvi mais ninguém, porque em abril eu estava mandando cópia da licitação para
1065 Brasília porque eu não conseguiria começar a operação do convênio antes do
1066 término da vigência, então foi um assunto inclusive de deliberação da assessoria
1067 jurídica lá da secretaria das mulheres. Assim, eu assumi eu compromisso de não
1068 perder o recurso para região, agora, eu realmente não abri a discussão porque eu
1069 não tinha nenhuma garantia de que ele iria acontecer, eu acho que você faz a crítica
1070 pertinente, inclusive eu acho que a secretaria quando financiar ela tem que colocar

1071 isso como cláusula de discussão e informar ao gestores estaduais de que recursos
1072 que ela está pondo no Estado, agora, nós tivemos o cuidado, porque realmente eu
1073 penso sistemicamente que nós estamos pedindo que eles indiquem as pessoas de
1074 CRAS e CREAS, e o nos assuntos específicos de acolhida ou da PM ou polícia civil,
1075 agora, Poços foi sede de micro conferência da regional da mulher, então o que
1076 estava posto no conselho da mulher é que esse recurso deveria envolver aqueles
1077 municípios que participaram da conferência microrregional. Eu acho que são esses
1078 acertos de discussão intersetorial que precisam de ser feitos mesmos, mais a gente
1079 momento nenhum localizou a ação fora do CREAS ou do CRAS. **ROBERTA:** E ai
1080 Lúcia eu estou dizendo o seguinte, aqui não trata nem de intersetorial, eu acho que é
1081 questão sistêmica entendeu? Não é intersetorial. Eu acho que aqui é o seguinte, que
1082 é exatamente a crítica que nós estamos fazendo, se for todos os seguimentos
1083 implantar serviços e fazer discussão separado e fazer inclusive regionalizar essa
1084 discussão, separar cada seguimento, aí amanhã o seguimento do idoso, o
1085 seguimento da criança, mais lá na ponta é a assistência e o Estado está de fora, o
1086 gestor estadual está de fora, para nós fica muito difícil, porque depois nós vamos
1087 receber só a crítica, a gente não participa da discussão e ai não é intersetorial, é
1088 questão do que está escrito na NOB lá, discussão de regionalização tem que ser
1089 com o Estado gente, seja qual for o assunto, ela é capacitação? Não interessa, o
1090 Estado tem quem estar lá, ou então nós vamos discutir por discutir, porque o
1091 desdobramento disso requer inclusive implantação de serviços, depois se assistência
1092 social estadual não está sabendo ai me vem as contas para pagar, de serviços que
1093 devem ser implantados, acolhimento institucional regional, ai começa os
1094 apontamentos, mais assim, na construção a gente não participa. Então a minha
1095 crítica é nesse aspecto e acho que nada justifica, porque embora foi um convênio
1096 mais na hora de operacionalizar você poderia falar olha Roberta nós vamos discutir
1097 isso aqui, que tal? Como é que a gente pode, e inclusive acredito eu que nessa
1098 discussão de capacitação deveria ter uma mesa da gestão estadual, porque como é
1099 que esses municípios vão operar se eles estão vinculados na área da assistência?
1100 Porque eles vão operar com o convênio que é a crítica que nós estamos falando?
1101 Eles começam a fazer serviço lá com o convênio, depois não tem a sequência do
1102 convênio e o serviço morre. Divulgação da política Lúcia sem você falar que nós
1103 vamos ter que estrategicamente implantar serviços de acolhimento para mulher que
1104 é o que está posto? Ninguém faz capacitação para divulgar só a política, você
1105 divulga a política na perspectiva de implantar serviços e ofertas para aquele
1106 seguimento da onde está tendo violação de direito, isso é óbvio. Mais alguma coisa?
1107 GT de monitoramento de candonga. **VOLNEY:** Até aproveitar e dar dois informes
1108 que acho que deixaram de registrar, na última terça-feira foi aprovado em Brasília o
1109 PL das trintas horas da psicologia, portanto esse mesmo PL ele tem que passar por
1110 cinco comissões, por cinco sessões ordinárias na câmara, para depois ir para veto
1111 ou para sansão da presidência. Houve também na semana passada um encontro
1112 aqui no CRP da comissão da assistência social do CRP juntamente com o CRESS,
1113 para estar discutindo elaboração de documentos inerentes a assistência social ok?
1114 Com relação ao GT do monitoramento de candonga, eu estive no Ministério Público
1115 na última segunda-feira acompanhado pela secretaria executiva, na pessoa da
1116 Consolação, onde nós pegamos o TAC que foi proposto pelo Ministério Público com
1117 o grupo de candonga, e nós fizemos um apontamento em conjunto das ações que
1118 serão desencadeadas e o cumprimento dessas ações, ficando o nosso próximo
1119 encontro para 31 de agosto desse ano. **LIZIANE:** A Lúcia saiu, mais ela colocou
1120 antes uma pergunta sobre a questão do repasse do piso mineiro de 2014, só para
1121 saber se tem alguma pontuação que o COGEMAS colocou. **ROBERTA:** De fato nós

1122 não temos nenhum indicativo de pagamento até agora, inclusive isso eu respondi
1123 para o MP. Nós já vamos passar para as comissões, antecipar as comissões, tem
1124 mais algum informe? Alguém pediu para fazer um informe, quem foi? Tem mais
1125 algum informe gente que os conselheiros gostariam de passar? Então podemos
1126 passar para as comissão de política? Que de repente nós terminamos mais cedo
1127 hoje. **CONSOLAÇÃO:** A comissão de política ela não tem nada para trazer agora na
1128 plenária, primeiro que ela participou conjuntamente das discussões ontem à tarde,
1129 que foram os critérios de partilha, a questão do próprio orçamento, depois como
1130 alguns conselheiros da comissão já haviam saído, permaneceu apenas uma
1131 conselheira até as 17 horas, e ela não se reuniu então, porque ela não ia tratar da
1132 pauta da comissão com uma única pessoa. **ROBERTA:** Eu só queria pedir equipe
1133 técnica do CEAS, porque a equipe do CEAS cada técnico acompanha uma
1134 comissão, essa equipe técnica ela não tem condições de levantar pautas para as
1135 comissões de política? Porque eu não acredito gente, eu vou ser muito sincera e isso
1136 me causa muita angústia dizer que a comissão de política, mesmo que seja uma
1137 pessoa, para dizer assim, olha nós temos isso pautado na comissão, dizer que não
1138 tem nada para pautar para essa plenária... eu vou dizer inclusive o seguinte, tem
1139 uma avaliação do pacto que a comissão de política deveria estar pensando nisso,
1140 avaliar a execução do pacto e ninguém discute entendeu? Eu estou chamando
1141 atenção aqui só para gente ficar atento, e aí a comissão técnica do conselho vai ter
1142 que nos ajudar, porque assim, a mesmo situação da comissão de normas, se tivesse
1143 pautado isso do orçamento em março... estava lá planejado, em março nós tínhamos
1144 discutido, a minha sugestão é o seguinte, revise o planejamento lá e veja o quê que
1145 tem da comissão de política e que está pendente, eu tenho a impressão que nós
1146 temos na comissão de política o seguinte, pacto, relatório de gestão do ano passado,
1147 nem que seja para cobrar gente, nem que seja para me cobrar como gestora, agora
1148 o que não dá é falar que não tem nada para pautar para gente, até para dizer assim,
1149 foi uma pessoa só mais nós temos esse assunto que tem que ser pautado e que está
1150 nos preocupando, porque a gente arruma uma estratégia para poder cumprir essas
1151 coisas. Então eu quero pedir encarecidamente a equipe técnica que ela também
1152 discuta antes, fala vamos reunir e vamos ver o que tem de pauta que possa ser
1153 puxado nas comissões, porque a equipe técnica é para subsidiar os conselheiros.
1154 **CONSOLAÇÃO:** Desculpa! Eu vou refazer então a minha fala, é porque o que vem
1155 para a plenária é para deliberação, para deliberação não tem nada, porque só tinha
1156 uma pessoa então não se tomou determinadas decisões para uma deliberação, ela
1157 tomou ciência da pauta e inclusive na parte da manhã 11 horas reuniu a comissão de
1158 política e a comissão de normas para tratar sobre assuntos de inscrição de
1159 programas, projetos e serviços de entidades que não são preponderantemente de
1160 assistência social, inclusive tratamos até mais das comunidades terapêuticas. Não
1161 tem deliberação para trazer, e ai foi acordado que os informes ou assuntos não
1162 deliberados a gene não apresenta mais na plenária, a gente deixa para a outra
1163 plenária. **ROBERTA:** Pois é gente, só para gente compreender, para gente também
1164 não ir no racha. Eu estou dizendo é o seguinte, não dá para essa plenária ouvir que
1165 uma comissão não tem nada, é essa a minha lógica, segunda lógica, se a gente um
1166 dia pactuou aqui que só viria deliberação, que eu acredito que não, a própria
1167 comissão de orçamento acabou de passar duas coisas que foram para deliberação e
1168 uma não foi para deliberação entendeu? Então eu acho que não é bem por ai,
1169 acabou de acontecer isso aqui agora, duas coisas nós deliberamos e outra não era
1170 para deliberação, então não bem assim, a orientação não é em cima disso. Eu acho
1171 que a gente precisa trazer para cá e ser objetivo é isso, dizer olha, a comissão de
1172 política ou de apoio está com essa pauta, isso aqui é para deliberar e isso aqui ainda

1173 está... até para gente compreender que o colegiado e a equipe técnica estão atentos
1174 as questões, porque esse exemplo da comissão de política ela foi fatídica, a gente
1175 comeu mosca, não revisitou planejamento, ai fica trabalhando encima da demanda
1176 que aparece na hora, ai da impressão que de fato não tem pauta, nenhuma
1177 comissão tem pauta para ser discutida o ano todo. **RODRIGO:** Licença presidente,
1178 está faltando ainda acrescentar as deliberações de conferência. **ROBERTA:** Você
1179 está entendendo? **RODRIGO:** Política poderia já estar trazendo para o nosso crivo
1180 aqui, uma vez que ano que vem já está ai batendo na porta. **CONSOLAÇÃO:** Está
1181 na comissão de política, já está fazendo o levantamento do cumprimento dela, então
1182 foi isso, houve uma falha de comunicação, foi um entendimento equivocado de que a
1183 gente traria aqui apenas aquilo que seria deliberado, e ai o que está sendo
1184 trabalhado são todas essas questões, só que como não se chegou a algum
1185 posicionamento, não se chegou ao final para poder apresentar aqui para o conselho
1186 é que não teve essa súmula de reunião. **ROBERTA:** Eu vou voltar a insistir porque
1187 ele lembrou bem dessa deliberação de conferência, veja bem o quê que acabou de
1188 acontecer nessa plenária aqui, nós aprovamos o orçamento de 2015 sem sequer ver
1189 deliberação de conferência, é isso mesmo gente? Vocês estão entendendo o que eu
1190 estou colocando? Quer dizer, inclusive o que é sempre cobrado de mim entendeu? O
1191 próprio COGEMAS levantou a questão da regionalização querendo as deliberações
1192 da conferência, agora, o conselho está discutindo ainda deliberação de conferência e
1193 nós acabamos de apresentar a proposta, significa o que? Que nós fizemos discussão
1194 separado, é isso que eu estou dizendo gente, pelo menos é o que está acontecendo.
1195 Para fazer o orçamento nós não temos que ver deliberação de conferência? Ou não
1196 precisamos? Pelo menos para ler e falar assim, a última conferência deliberou
1197 alguma coisa que está fora disso aqui? A gente nem revisitou as deliberações da
1198 conferência. Nós aprovamos o orçamento da comissão de política e é isso que eu
1199 estou dizendo, eu estou chamando atenção é para esse aspecto, é preciso que as
1200 comissões tenham pauta, além do que seja demandado, eu digo o varejo do
1201 conselho, que são esses ofícios, denúncias que chegam, ele tem que ter pauta, as
1202 comissões tem que ter pauta, vamos discutir o que está sendo executado e o que
1203 está a curto, médio e a longo prazo, porquê? Porque o orçamento vai ser discutido,
1204 quer dizer, nós fizemos coisas que são assim separadas, nós estamos fazendo
1205 coisas separadas. Se chegarmos à conclusão que tem coisa que não está sendo
1206 executada, da deliberação da conferência e que vai ser projetado para o próximo ano
1207 ou para os próximos, nós já comemos mosca aqui, se a gente não viu entendeu? Eu
1208 estou chamando a atenção é nesse aspecto. Comissão de Normas. **RODRIGO:** Eu
1209 gostaria de fazer uma proposta de avaliar a nossa discussão na parte da tarde, em
1210 respeito aos convidados que viram. **ROBERTA:** Então podemos passar a sua
1211 comissão para a tarde. **RODRIGO:** Por gentileza **ROBERTA:** Beleza! Comissão de
1212 apoio. **RONALDO:** Tem alguns pontos aqui, eu gostaria primeiro de parabenizar
1213 esse colegiado no sentido de deliberar o fortalecimento das URCMAS, e eu não vi
1214 outra forma em atingir os nossos 853 municípios se não fosse através das uniões
1215 regionais de conselhos municipais de assistência social. Gostaria de contar com o
1216 apoio de vocês, nós discutimos ontem, eu e o Hermellis pela comissão, nós vamos
1217 levar e contar com os conselheiros que já deram os nomes para participação das
1218 capacitações das URCMAS, que inclusive nós já temos o calendário pronto, no mês
1219 de agosto nós temos os dias 12 em Montes Claros, sou eu, vou estar presente, e dia
1220 13 em Salinas, vou estar em Salinas também, inclusive parabenizar também a
1221 capacitação ontem a respeito do orçamento, nós vamos reforçar isso com os
1222 municípios e claro com muito mais propriedades que tínhamos antes dessa
1223 apresentação, parabéns por quem apresentou. **ROBERTOU:** Ronaldo deixa eu só

1224 perguntar, essa mobilização dos conselhos com a presença do conselho estadual na
1225 URCMAS, quem está fazendo? São os presidentes lá das URCMAS? **RONALDO:**
1226 Olha, a mobilização a gente está atendendo Roberta as solicitações e o anseio vindo
1227 dos conselhos, e essa mobilização elas estão sendo feitas através dos seus
1228 presidentes e de quem está tentando mobilizar, até porque me parece que em Salinas
1229 vai haver eleição durante essa reunião, então nós vamos dar apoio também logístico
1230 na composição das URCMAS, mostrando ser um espaço de troca de experiência e
1231 fortalecimento da política de assistência social. **LÚCIA:** Ronaldo posso fazer uma
1232 pergunta? **RONALDO:** Pode, fique à vontade. **LÚCIA:** Quando tem as reuniões das
1233 URCMAS, a secretaria executiva desse conselho ajuda nessa mobilização dos
1234 municípios? Tem ajudado? Não, é só porque eu fiquei sabendo que teve lá na região
1235 sul, mais Poços não foi convocado, sabe? Acho que outros municípios da região
1236 também não, então eu só queria saber como é que é feito esse processo de
1237 convocação, quem se envolve nele. **PAULA:** Esse de Poços foi até um pouquinho
1238 diferente, porque eles já haviam demandando várias vezes pela capacitação mais
1239 ainda não estava deliberado aqui pela plenária do CEAS, ai foi uma iniciativa da
1240 Elina, que é a diretora regional de lá que solicitou autorização para fazer, então foi
1241 uma iniciativa mais dos municípios, a articulação com a regional SEDESE de lá,
1242 então ela solicitou o material e nós só fornecemos. **LÚCIA:** Eu só estou perguntando
1243 porque eu acho que esse conselho poderia sem envolver de encaminhar a
1244 convocação sabe porquê? A nossa presidente lá do conselho, que é da sociedade
1245 civil, ela veio aqui na capacitação do Estado entendeu? e ai na plenária passada eu
1246 fiquei sabendo que tinha acontecido, ai eu falei para ela, você foi, você não me
1247 contou, o quê que aconteceu? Como é que foi? Ela falou não, eu não recebi
1248 convocação nenhuma, convite nenhum, e ela que foi questionar lá na regional sabe?
1249 E ai eu fiquei de dar uma devolutiva para ela de que como é que são feitas essas
1250 convocações e porque que ela como presidente do conselho do Poços não foi
1251 convidada. **PAULA:** A gente faz articulação com a secretaria executiva do município
1252 organizador, que normalmente é o de referência da presidência da URCMAS, ou
1253 quando não tem, então é do município que vai sediar essa reunião, então eles fazem
1254 uma pauta, me encaminham, eles já repassam mais eu também replico tudo, então
1255 todas as informações, todos os chamamentos de local, como já estou fazendo
1256 nesses agora. **ROBERTA:** Veja bem, é só separar Lúcia, nós não temos poder de
1257 convocação, porque essa é uma iniciativa da regional, por isso que essa organização
1258 de URCMAS ela é uma iniciativa da regional, dos conselhos municipais, das
1259 regionais, a gente simplesmente apoia, mais poder de convocação nós não temos e
1260 é aquilo que ela falou, quando o presidente que estar sediando esses encontros
1261 pede para gente, a gente faz toda a mobilização para avisar. O que eu gostaria de
1262 fazer é o seguinte, quando tiver conselheiro estadual presente isso a gente pode
1263 divulgar dizendo assim, por exemplo, lá em Salinas a gente pode soltar aqui para
1264 todas as regionais dos municípios que vão participar dizendo o conselheiro Ronaldo
1265 vai estar presente nessa URCMAS, com essa temática, porque o conselho estadual
1266 vai estar lá, então ai a gente ajuda mobilizar, agora, nós não temos nenhum poder de
1267 convocação. **LÚCIA:** Não, eu nem estava usando a expressão convocação não
1268 Roberta, era ajudar divulgar sabe? **ROBERTA:** É porque você usou a convocação,
1269 por isso que eu estou retratando. **LÚCIA:** Ainda mais que a presidência do conselho
1270 é da sociedade civil, ai eles ficam muitos bravos e vem em cima da gente, quer dizer,
1271 porque que o gestor não me contou? Eu falei eu também não recebi nada, eu não
1272 estou sabendo, isso é do conselho. Ela foi nessa capacitação regional, depois ela
1273 ficou sabendo que teve eleição e ela não foi chamada para eleição, é isso.
1274 **ROBERTA:** Ai eu vou insistir de novo, é só para gente clarear, quando o conselho

1275 estadual vai nas URCMAS é essa programação ai que a comissão de apoio está
1276 prevendo, a demais é autonomia de qualquer URCMAS, eles fazem o que eles
1277 acharem que devem fazer, quando ele pedi apoio para gente ajudar a mobilizar a
1278 gente mobiliza, mais assim, é só isso que nós fazemos, porque cada união tem
1279 autonomia total de fazer o que ele quer do ponto de vista e chamar quem ele achar
1280 que deve, a gente não tem que entrar nisso não. **ROBSON:** Eu sou o presidente da
1281 URCMAS de Serra Verde no sul de Minas, a iniciativa partiu da Elina que deu total
1282 apoio para a gente estar montando essa associação, vamos dizer assim dos
1283 municípios lá, inicialmente ela pensou em estar montando duas, como a regional
1284 dela tem trinta e seis municípios ela pensou estar montando uma com quatorze
1285 municípios, que seriam devido a distância dos municípios ela achou mais viável,
1286 então foi montado a primeira que ficou com quatorze municípios na qual fui eleito
1287 presidente, e posteriormente ela pensou em estar montando outra com dezesseis
1288 municípios que incluía os mais pertos de Poços de Caldas, onde está a sede lá hoje
1289 que ela trabalha, mas parece que não procedeu a montagem da segunda URCMAS,
1290 está em processo, ela não sabe se vai ser montada a segunda, ou então a gente
1291 está estudando a ideia de unir os trinta e seis municípios em uma única URCMAS, na
1292 qual eu estou presidindo atualmente foi montada muito recente, está fazendo
1293 sessenta dias, então ainda está em processo de conhecer um pouco melhor como é
1294 que funciona, a gente está entrando e contato com a secretaria do CEAS para
1295 buscar mais informações e a Elina tem dado total apoio lá para gente nesse sentido.
1296 **ROBERTA:** Só para gente fechar aqui, fica definido que essa agenda que o
1297 conselheiro estadual está presente na URCMAS vai um convite assinado aqui pela
1298 presidente, endossando e valorando a presença do conselheiro estadual nessa
1299 reunião da URCMAS ok? E lembrando a todos os conselheiros, é uma iniciativa da
1300 região, a gente apenas apoia a decisões lá. **RONALDO:** Dando continuidade Lúcia,
1301 até para elucidar mais os conselheiros, eu estive presente na URCMAS regional
1302 SEDESE, a gente procura a regional SEDESE Juiz de Fora, apesar de não ter
1303 subordinação a gente procura o vínculo para melhor apoio. A gente até já contou um
1304 tempo com os próprios técnicos, hoje não mais da SEDESE, para capacitação, mas
1305 por não ser uma instância e ter um fórum isso é iniciativa própria, lá eu acredito que
1306 seja a maior URCMAS, nós temos oitenta e novo municípios na zona da mata e até
1307 por questão geográfica eu enquanto presidente nós dividimos por microrregiões onde
1308 nós temos cinco microrregiões, e acontecia capacitações simultâneas nessas
1309 microrregiões, na verdade a pauta ela é simultânea, quando a gente trata de
1310 orçamento ela é proposta na macrorregião sediada em Juiz de Fora, a logística é
1311 contada as vezes com a própria secretaria executiva do conselho municipal ou com a
1312 secretária, porque a mesa ela é composta de presidente, vice, primeiro e segundo
1313 secretário, nada impede de se ter secretária e ela deter esses documentos que são
1314 as atas da própria união de conselhos. Eu tive contato em alguns anos atrás com o
1315 núcleo me parece que de Poços de caldas não sei, eu sei que é do sul de Minas,
1316 onde foi solicitado até um apoio logístico, eu encaminhei também o regimento interno
1317 proposto para operacionalização das uniões de conselhos, desse caso aqui nós
1318 fomos solicitados, fomos demandados a necessidade de grande maioria é
1319 rearticulação das uniões de conselhos, a maioria estão desarticuladas, algumas
1320 buscando um apoio em eleição e outros na articulação mesmo, então é por isso que
1321 foi ao conselho estadual, e o conselho se propôs a dar apoio à essas uniões de
1322 conselhos, mais a iniciativa ela é própria, o calendário ele é próprio, então isso é
1323 construído dentro dos municípios tá? Então nós temos em setembro Divinópolis, o
1324 conselheiro Volney, e a micro Divinópolis também no dia 23 o Volney, no dia 09/10
1325 Timóteo o conselheiro Júlio, e 10 Governador Valadares também o Júlio, e em

1326 novembro dia 11 Volney e dia 12 reativação também das URCMAS o Volney, então
1327 esse apoio que o conselho estadual vai dar. **ROBERTA:** O volney vai sair de
1328 Paracatu para ir para Patos de Minas? É pertinho? Então tá! **RONALDO:** Montes
1329 Claros fica a 3 horas e meia. **ROBERTA:** Eu sei, eu estou falando só o fluxo.
1330 **RONALDO:** Na verdade a gente levou em consideração a logística também de uma
1331 rota lógica para que se fosse cumprido. **ROBERTA:** Eu não entendi aquela de
1332 setembro, o que é micro? **VOLNEY:** Abaeté **ROBERTA:** Então por favor, põe Abaeté
1333 para nós. **RONALDO:** Nós vamos até a pedido que foi colocado inicialmente pela
1334 presidente, nós vamos reafirmar também nessas reuniões tão logo essas iniciais
1335 buscar a participação, reafirmar participação dos conselhos nos telepresenciais.
1336 **ROBERTA:** Só uma dúvida ainda, Consolação em ajuda aqui, qual é o tema que
1337 vocês levar para essas discussões? **RONALDO:** Orçamento, em verdade nós vamos
1338 passar por orçamento, inscrição e devida demanda, porque muitas vezes Roberta é
1339 você está no local, nós vamos precisar dar apoio primeiro também por exemplo em
1340 Montes Claros em uma eleição, a gente vai ter que ter esse preparo para dar esse
1341 apoio. **ROBERTA:** Eu sei, mais eu estou pensando é só assim na organização do
1342 dia, porque veja bem, o papel do conselheiro eu fico imaginando que normalmente
1343 acontece, eles ficam em uma ânsia que tem que ter uma fala do conselho estadual,
1344 porque você vai estar lá como conselheiro estadual não é isso? **RONALDO:** Isso
1345 **ROBERTA:** A pergunta minha é essa, a preparação dessa fala, porque se você for
1346 falar em novembro de orçamento o bicho já pegou, aí você vai ficar falando
1347 bobagem. **RONALDO:** A que está prevista agora para Montes Claros e Salinas é
1348 essa apresentação que nós vimos aqui, vai ser enxugado, eu vou falar de orçamento,
1349 vamos falar da legislação do SUAS e perpassando pela alteração muito pouco que
1350 teve da resolução 14 para inscrição. **ROBERTA:** Qual que é a minha sugestão, a
1351 proposta de apoiar a gente tem que ser muito concreto, não adianta a gente ir lá,
1352 fazer fala, se a gente não leva inclusive instrumental entendeu? porque se não a fala
1353 se perde ali naquele debate, a minha sugestão é o seguinte, vocês levarem a
1354 proposta de orçamento como sugestão, leva uma estrutura de proposta, você vai
1355 falar da importância do orçamento, leva uma proposta, pega pontos que você possa
1356 afirmar, chama atenção para questão da conferência para o ano que vem, da
1357 importância deles colocarem recurso no orçamento para conferência, da questão da
1358 adequação da lei preciso também levar uma proposta de lei que a gente está
1359 sugerindo, isso inclusive a diretoria da Edma já tem essa proposta entendeu? o que
1360 nós mandamos para o MP e o MP está divulgando, é só para gente qualificar essa
1361 participação do conselheiro estadual, porque senão ele vai, faz uma fala de uma hora
1362 e essa fala assim de fato a gente não está instrumentalizando a união de conselho
1363 para que ele possa chegar no seu conselho municipal e partir de alguma referência,
1364 porque a fala só em si ele vai chegar só no seu município e não vai ajudar muito não,
1365 agora se ele sai de lá com modelinhos prontos ele já ajuda, ele fala trouxe o modelo
1366 aqui que a gente pode encaminhar para ele, aí montar uma pasta para vocês
1367 conselheiros que estão indo, a equipe técnica tem que montar essa pasta mais ou
1368 menos para vocês saírem daqui instrumentalizados, porque isso já ajuda para o
1369 apoio lá, porque se fosse só a fala Ronaldo, é isso que eu estou falando, ela se
1370 perde. Vocês vão fazer um esforço enorme, porque eu acho que a programação
1371 ficou muito legal, sair daqui para ir para Paracatu é um esforço enorme, e que nós
1372 vamos chegar e isso vai se perder, aí chegar nas outras lá de setembro e outubro,
1373 novembro eu não sei, já não vale mais falar de orçamento mais vale a pena falar da
1374 legislação, mais ainda sim vale a pena de chamar a atenção para eles que o ano que
1375 vem é ano de conferência, então o papel do conselho é de suma importância, é de
1376 suma importância que o conselho esteja funcionando no momento da conferência,

1377 porque o que a gente percebe aqui no conselho estadual que muitos conselhos eles
1378 são reativados no momento da conferência, a gente vê isso até na hora de inscrição
1379 de conselheiros para a conferência estadual, então eu acho que de fato se a gente
1380 fazer essa fala mais simples no cotidiano e levantando algumas bandeiras para eles
1381 eu acho que de fato a gente vai inclusive carregar uma pauta para eles que tenham
1382 mais praticidade do que as vezes a gente sair daqui e só falar uma hora por
1383 exemplo, e isso se perde, então a necessidade de levar instrumentos, ferramentas
1384 que a gente deixa lá para eles isso ajuda muito, e aí comissão técnica tem a
1385 obrigação de preparar essas pastas para vocês. **ROBSON:** Gostaria de fazer uma
1386 sugestão para o Ronaldo e para o Volney, se for possível incluir nessa programação
1387 a URCMAS lá do sul de Minas Serras Verdes, gostaria de ter o apoio de vocês lá
1388 também para gente está discutindo essa questão do orçamento ou então que se
1389 vocês me passassem o material para mim poder estar apresentando lá. **ROBERTA:**
1390 O que a gente pode fazer é incluir você no calendário, incluir a sua região no
1391 calendário que é do apoio da comissão de apoio, isso posto, que aí você acerta isso
1392 com a secretaria executiva, ela vai municiar você de documento, você é conselheiro
1393 estadual entendeu? **RONALDO:** Roberta está acatado, a secretaria já vai
1394 providenciar isso, eu entendo que tem que ter um caderno, até porque precisa ter
1395 uma metodologia de trabalho. A gente tirou como ponto principal hoje foi orçamento,
1396 inclusive muito bem elaborado, acredito de quem esteja presente vai sair pronto ali
1397 quase com o orçamento só para preencher os dados. Hoje o foco é esse, além da
1398 legislação, isso a gente vai apanhar com a técnica responsável, a Paula, que nós
1399 apoia e muito bem, há tempo inclusive de se construir isso para os próximos, é como
1400 eu disse na última mesa diretora, são ocasiões, cada ocasião te traz um assunto que
1401 é de extrema importância, hoje nós estamos tratando de orçamento. Nós tivemos a
1402 mudança de inscrição, e sabemos que vários conselhos estão órfãos no
1403 entendimento inclusive da nova resolução 14 de 2014 que trata de inscrição de
1404 entidade. **ROBERTA:** Ronaldo eu quero inclusive aqui colocar à disposição da
1405 secretaria executiva a diretoria da Edma e a diretoria nossa de capacitação para
1406 preparar essa pasta para os conselheiros, é inadmissível que vocês saiam daqui sem
1407 estar instrumentalizados, estarem preparados para enfrentar essas discussões,
1408 entendendo que o nosso papel se é de fortalecer e contribuir de fato eu tenho que
1409 contribuir, então está à disposição, vocês vão lá para a cidade administrativa, a gente
1410 ajuda construir isso, tirar xerox, já saem daqui com a pasta, cada conselheiro
1411 estadual tem que sair daqui com a pasta prontinha. Não justifica vocês saírem para
1412 viajar só com saliva, vocês tem que sair daqui instrumentalizados entendeu? para
1413 poder chegar lá e distribuir isso para os conselheiros a apresentação de vocês, se
1414 precisarem de pendrive lá tem, grava no pendrive, entrega tudo prontinho para
1415 vocês, para isso eu estou deixando as duas diretorias à disposição, marca, vai lá um
1416 dia, sai de lá com tudo pronto de todo esse calendário que vocês vão cumprir, não
1417 tem necessidade de sofrer por aqui sozinho. **RONALDO:** Ok, ainda ontem na
1418 apresentação foi afirmando isso, nós tínhamos um material anexo a apresentação,
1419 para complementar e inclusive tirar dúvidas no local, porque querendo ou não ele é
1420 bem complexo e bastante técnico. **DIEGO:** Bom dia, só fazer uma pergunta, essas
1421 capacitações o ciclo dela está iniciando? Ou essa é a finalização desse cronograma
1422 seu Ronaldo? É a finalização das capacitações ou é o início? Só uma dúvida.
1423 **RONALDO:** Talvez eu não me tenha feito entender, na verdade hoje a gente está
1424 indo a esses como pedido de socorro dos municípios, a iniciativa se dar através dos
1425 municípios, foram criadas demandas para esse conselho estadual como um pedido
1426 de socorro de rearticulação, porque a maior parte das uniões de conselhos, me
1427 parece que são dezenove no Estado, elas estão desarticuladas, então assim o

1428 conselho está dando todo apoio para que recupere essas uniões de conselhos, e
1429 essas sendo compostas pelos conselhos municipais da região possa ter o acesso
1430 que nós temos aqui, as informações, as capacitações, que inclusive elas podem ser
1431 até regionais de próprio conselheiro, no conselho de Juiz de Fora nós tivemos
1432 capacitação através da comissão de formação do próprio conselho. **ROBERTA:** É o
1433 que ele falou, é demanda da união dos conselhos, nós não fazemos programação de
1434 ir lá, eles é quem mandam a demanda para gente, porque nós não temos pernas
1435 para ficar capacitando, um fluxo para capacitar as dezenove, essas foram demandas,
1436 nós estamos cumprindo demanda, então de fato nós não estamos nem iniciando e
1437 nem acabando, é o que tem para esse semestre. **RONALDO:** Mais estamos a inteira
1438 disposição para dar continuidade nesse apoio. Finalizando, eu gostaria de contar
1439 com o apoio dos presentes. **LÚCIA:** Eu tinha feito uma inscrição **RONALDO:**
1440 Desculpa **LÚCIA:** Imagina. É só para deixar aqui uma sugestão aproveitando que a
1441 Liziane está ai, a gente recebe muita demanda, obviamente do Ministério Público em
1442 relação a todas as violações e a todos os direitos que a gente tem que garantir. Eu
1443 tive uma experiência aqui em Belo Horizonte que o Ministério Público acompanhava
1444 os conselhos, em todas as reuniões do conselho a gente tinha presente, eles
1445 escalonavam lá entre eles sobretudo na área da infância, mais ele ficavam tanto no
1446 conselho da criança quanto no conselho da assistência, exatamente porque nós é
1447 que temos o financiamento para dar resposta aos serviços, no caso das URCMAS
1448 talvez fosse um momento interessante para os promotores se mobilizarem e
1449 acompanharem as dificuldades também dos conselhos, porque eu acho que não
1450 adianta só cobrar que exista o serviço, os conselhos que tem que deliberar... eu
1451 estou colocando isso gente porque na conferência um município que eu não vou
1452 declinar o nome, uma conselheira me disse, e não é um município tão pequeno não,
1453 que as atas do conselho são redigidas no gabinete do prefeito e que o prefeito
1454 manda a ata na casa para o cidadão assinar entendeu? é um município que eu
1455 conheço, não é um município pequeno, não é desprovido, então eu acho que em
1456 alguns momentos nessa formação, no fortalecimento dos conselhos não tem
1457 coragem não, falou com a gente mais não tem coragem, e a gente fala, então assim,
1458 eu acho na medida em que talvez não dê para o promotor da região ir, da comarca,
1459 na região de cada conselho né, mais quando tiver reunião das URCMAS quem sabe
1460 ele se aproxima para saber o quê que está acontecendo dentro da comarca quais
1461 são as dificuldades, quais são os desafios, fica ai a sugestão tá Ronaldo?
1462 **RONALDO:** Muito obrigado **ROBERTA:** Mas a sugestão é para quem? É para a
1463 comissão de apoio ou para o Ministério Público? Eu não entendi a sugestão. **LÚCIA:**
1464 Para os dois, a comissão de apoio vê a viabilidade de fazer esse convite, então,
1465 aproveitando aqui para que o Ministério Público também avalie se isso é pertinente
1466 do ponto de vista do Ministério Público, que eles acompanhe como aqui o Ministério
1467 Público acompanha os conselhos. **ROBERTA:** Deixa eu só entender. Vou pedir a
1468 Liziane para se posicionar porque foi para o MP, depois na comissão de apoio, eu
1469 preciso ficar clara, porque a comissão de apoio ela traz para cá para deliberar, então
1470 eu quero saber o que vocês estão querendo de sugestão para gente poder deliberar
1471 aqui. **LIZIANE:** Bom, na verdade é esse o posicionamento do CAO, que a gente
1472 esteja mais presente nos conselhos, a doutora Andréia tem feito esse esforço mais é
1473 muito individual de cada promotoria de justiça, de cada município, a gente tem feito
1474 esse movimento mais eu penso que é importante, se esse conselho deliberar que é
1475 importante a presença do Ministério Público eu posso fazer a solicitação via e-mail
1476 para o conselho do calendário, da agenda certinha, apesar de que eu fiz a anotação,
1477 mais para ter um documento oficial, e a gente repassa para as PJ de respectivas
1478 regiões, isso não tem problema nenhum viu Lúcia, então como eu disse, a gente já

1479 tem feito esse movimento mesmo, inclusive quando das inspeções, a gente tem uma
1480 inspeção chamada rede SUAS e entra o conselho da criança e o conselho municipal
1481 de assistência social, e realmente a gente percebe essa questão, principalmente nas
1482 atas e tudo, e a gente tem feito esse esforço de fazer uma reunião com o conselho,
1483 com os órgãos de sistema de garantia de direitos para mostrar a importância do
1484 conselho da assistência na deliberação da política. **ROBERTA:** Eu só queria
1485 ressaltar aqui que é o seguinte, nós não temos prerrogativa de deliberação desse
1486 tipo de participação para o Ministério Público, e nem convite para URCMAS, porque
1487 é como nós estamos dizendo, essa organização ela é da região, se a regional
1488 entender que importante o MP, entender que é importante a ajuda da justiça eleitoral,
1489 isso é uma iniciativa deles, nós não podemos daqui fazer nenhum convite por
1490 exemplo para o MP participar da discussão regional de lá, porque é como você falou,
1491 primeiro eu tenho uma discussão que ela é uma autonomia regional dos MPs, e da
1492 mesma lógica nós temos autônomo regionais que são das URCMAS, se em
1493 determinado problema focado individual, a gente necessitar do MP para uma
1494 discussão lá, local, porque a gente percebeu que está tendo um problema que
1495 precisa do MP para poder destravar aquilo ali eu acho que o convite é feito, agora da
1496 sistemática, eu não vejo como esse conselho estadual delibera encima disso, até
1497 porque como o Ronaldo colocou, nós fomos convidados para reunião deles, se nós
1498 fomos convidados nós não podemos deliberar de um convite de uma reunião da qual
1499 eu sou convidado, o conselho estadual é convidado para reunião das URCMAS, ai
1500 nós aqui vamos mandar um convite que nós fomos convidados? Ai paralelo a isso
1501 nós vamos levar o MP, nós fomos convidados na reunião, não faz sentido. **LIZIANE:**
1502 Se a URCMAS quiser convidar o MP ai é uma iniciativa dela. **LÚCIA:** Roberta o que
1503 eu coloquei foi o seguinte, vamos deixar a colocação bem clara, estava falando com
1504 o Ronaldo, que o Ronaldo sugerisse as URCMAS que convidasse aproveitando a
1505 presença da Liziane aqui, porque o que vai de orientação do CAO para os
1506 promotores eles repassam para os gestores, eles repassam, mesmo que eles não
1507 vão lá, que eles não participam entendeu? eles dão a notícia receberam, isso eles
1508 fazem, então o que eu estava dizendo para o Ronaldo obviamente que nós não
1509 vamos interferir na gestão da URCMAS, que sugira, porque como o MP faz muitas
1510 cobranças ao município, que a URCMAS traga ele para perto. A sugestão não é de
1511 que a gente delibere, quando você falou a gente tem que deliberar, eu estou
1512 escutando para ver o que não dá, não é deliberação. **ROBERTA:** Lúcia eu inclusive
1513 que você ouvisse a gravação, porque você usou a palavra deliberação, igual você
1514 usou aquela outra palavra, convocação, porque você usa a palavra e eu vou encima
1515 da palavra que você usa, ai depois quando você refaz, você refaz como sugestão,
1516 porque você colocou gostaria que fosse deliberado, entendeu? e ai nós estamos
1517 clareando encima disso. A minha sugestão é que o MP tenha esses calendários que
1518 vocês já estão sabendo, o MP descarta para as regionais dizendo o conselho
1519 estadual vai estar presente nesse discussão, vai ter esse calendário da URCMAS
1520 que é importante se o promotor puder estar presente eu acho que muito vai
1521 contribuir. Nesse aspecto eu acho que você aqui pode fazer esse encaminhamento,
1522 e ai só clareando viu Lúcia, com certeza eu estou colocando encima das palavras que
1523 você está usando, se é uma sugestão a minha sugestão de encaminhamento é que
1524 vá direto para o MP junto desse calendário, o que a gente pode fazer é mandar esse
1525 calendário para você encima disso e vocês descartam lá. **LIZIANE:** Como eu falei
1526 daqueles outros pontos da questão da lei e algumas questões aqui, toda as
1527 pontuações dessa plenária eu discuto sempre com a doutora Andréia depois, e tudo
1528 que a gente sente que é pertinente encaminhar um ofício e quando é público igual os
1529 dois eventos que foram citados aqui sobre a assistência, todas essas datas são

1530 repassadas para a coordenadora do CAO IJ, doutora Andréia, e a gente tem feito e
1531 muito movimentos assim de fazer um ofício, e realmente os promotores mesmo que
1532 eles não estejam presentes, mais eles fortalecem ali na ponta, o que a Lúcia falou
1533 realmente acontece, nem que seja um ofício para o gestor eles encaminham e tem
1534 feito um esforços para eles estarem presentes quando é demanda pontual, então
1535 isso a gente já tem feito, eu só vou realmente pedir o calendário por e-mail, porque
1536 uma coisa é as anotações que eu faço , outra coisa é vim um ofício com as datas
1537 igual veio do Capacita SUAS e tudo, porque fica mais fácil a gente oficializar lá, mais
1538 isso a gente já tem feito esse movimento. **ROBERTA:** Então só para gente ver se
1539 atende, nós vamos mandar um ofício aqui meu com esse calendário que está sendo
1540 proposto, com as datas, o local, o horário certinho, pedindo que vocês divulguem
1541 com os regionais, está bom assim Lúcia? **LIZIANE:** Podem ficar tranquilos, porque o
1542 CAO tem realmente esse papel, obrigada gente. **RONALDO:** E só colaborando
1543 também Lúcia, quando você traz é uma grande preocupação, e reforçando, a
1544 URCMAS é um espaço livre, os conselhos ele não tem participar, nós inclusive
1545 fizemos uma enquete em algum tempo solicitando resposta ao gestor e aos
1546 conselheiros, se entende que as URCMAS são espaços de fortalecimento da política
1547 de assistência social, e tomar cuidado com o esvaziamento, mais a preocupação nas
1548 URCMAS é que a gente haja como por atacado sim, o maior número de conselhos
1549 possíveis, e entendo que o que você traz... Conselheiro né? De não aceitar assinar
1550 uma ata, enfim, saber qual o valor dele enquanto conselheiro e de preferência a
1551 gente solicita muito, porque vão muitos gestores, que o gestores que disponibilizam
1552 veículos dentro do seu raio de atuação, os seus vizinhos, levem outros conselheiros
1553 e também da sociedade civil para que se apoderem dessas capacitações.
1554 **ROBERTA:** Eu queria só chamar atenção viu Ronaldo, só um minutinho com essa
1555 mobilização, porque assim, carro oficial não tem essa autonomia, só para lembrar
1556 isso porque o carro oficial é seguinte o cara não pode ficar carregando muito não,
1557 porque se tem uma zebra, um acidente... carro oficial inclusive é proibido, é só para
1558 chamar a atenção porque na hora que a gente sugerir não achar que a gente está
1559 dando informação que é quase que obrigatório, só lembrando isso para você.
1560 **RONALDO:** Retiro aqui a representatividade do CEAS, mas essa mobilização deu
1561 muito resultado em Juiz de Fora, porque tem município que tem um carro só para
1562 ambulância, para o CRAS, enfim, ele não tem essa disponibilidade de participação.
1563 **ROBERTA:** E ai é isso que inclusive a gente está cheio de denúncia, você imagina
1564 uma ambulância cheia de gente... **RONALDO:** Eu não estou dizendo ambulância.
1565 **ROBERTA:** Você que acabou de falar ambulância **RONALDO:** Não, muito pelo
1566 contrário, ele utiliza o veículo de passeio como ambulância muitas vezes, e dando
1567 prosseguimento solicitar aos presentes, a todos na verdade conselheiros e não que
1568 foi prorrogado, nós vamos levar essa informação também que foi prorrogado o prazo
1569 do aceite de expansão dos serviço do MDS para 31 de julho, e sobre o plano de
1570 ação do SUAS WEB que o prazo de preenchimento e aprovação pelo conselho de
1571 assistência social encerra também dia 31 de julho, e nós temos 242 municípios que
1572 não cumpriram com isso, também papel do conselho exercer controle social, ele
1573 precisa cobrar do seu gestor o preenchimento e a aprovação desse conselho. Nós
1574 temos a relação dos municípios e está de posse da secretaria executiva. **ROBERTA:**
1575 Eu estou colocando muita fé nesse trabalho seus com a união de conselho, agora eu
1576 queria acrescentar porque vocês trouxeram duas informações importantes para os
1577 conselhos municipais ficarem atentos, agora eu quero colocar a superintendência da
1578 Tereza para ela relacionar todos os serviços que estão pendentes e de preferência
1579 tirar por região para vocês levarem, porque isso para os conselhos municipais vocês
1580 vão exercer o controle social eles precisam de informação gente, então assim o que

1581 a gente faz quando a gente via para os municípios que a gente leva as informações
1582 nós precisamos colocar na mão dos conselhos municipais, porque como é que ele
1583 vai fazer controle social se ele não tem informação? Por exemplo, ali você colocou
1584 bolsa família, a condicionalidade, tudo isso nós temos que colocar de informação na
1585 mão deles, é claro que vocês não precisam ficar passando essas informações,
1586 entrega lá e eles ficam sedento porque eles ficam doidos para saber se o município
1587 dele está na lista, então se vocês chegarem lá por exemplo em uma união de
1588 conselho tem 30 municípios, você chegar com a informação dos 30 municípios o que
1589 que eles estão devendo de condicionalidade, o que eles estão devendo de aceite nos
1590 planos, o que eles estão devendo de plano de ação, é essa as informações que os
1591 conselhos municipais precisam para exercer o controle social, porque caso contrário
1592 não adianta, ele vai ficar lá na frente discutindo sem ter informação nenhuma, então
1593 eu acho que o nosso papel aqui enquanto conselho estadual é levar essas
1594 informações para os conselhos municipais e essa é uma oportunidade ínfima,
1595 portanto eu estou carregando na SUBAS toda essa obrigação de subsidiar vocês, e
1596 vou falar de novo, os técnicos daqui vão lá para a cidade administrativa, entra no
1597 sistema nossos, separa, por exemplo, vai para Divinópolis, quais são as relações dos
1598 municípios? Vai lá no sistema recorta todos os municípios, recorta todas as
1599 informações, entrega para o conselheiro a pasta certinha, conselheiro deixa na mão
1600 do presidente fala assim, está aqui as informações de todos os municípios que os
1601 seus conselhos tem que correr atrás do SUAS, agora, se não for assim nós não
1602 vamos apoiar essa união de conselho não, nós vamos ficar só na saliva tá? Então
1603 Consolação organiza com a sua turma para ir para lá, fica lá o dia inteiro, pegar
1604 todas as informações, já sai de lá com o xerox, já sai de lá com tudo no pendrive e
1605 põe na pasta para os conselheiros estaduais saírem daqui com tudo arrumadinho,
1606 que ai de fato nós vamos apoiar os conselhos porque senão nós vamos ficar só na
1607 saliva. **RONALDO:** Mais uma vez eu gostaria de parabenizar esse colegiado e agora
1608 de forma pessoal a presidente, fico muito feliz, eu sou um defensor ferrenho das
1609 URCMAS, fui presidente por alguns anos, carregando nas costas porque outros
1610 municípios não assumiram, são 89 e fico maravilhado com as palavras da
1611 presidente, com o apoio que ela traz, nós sabemos a luta que foi para que
1612 deliberássemos esse apoio as URCMAS e muito obrigado de forma pessoal
1613 presidente Roberta e contribuiu e muito, superou as minhas expectativas no
1614 fortalecimento das URCMAS, e com certeza nós vamos atingir praticamente esses
1615 853 municípios do Estado de Minas Gerais, é o que eu espero, e gostaria da última
1616 pergunta se haveria agora com o gestor em estudar a possibilidade das diretorias
1617 regionais da SEDESE em dar apoio a essa URCMAS. Eu contei em algum tempo
1618 atrás com a diretora lá de Juiz de Fora, nós estivemos presente eu a convidei, ela
1619 participou de algumas, se fez presente e é muito bom que o Estado também se faça
1620 presente nisso, eu gostaria de saber dessa possibilidade em mobilização e
1621 participação, não precisa ficar ativa. **ROBERTA:** Nós fizemos uma discussão muito
1622 forte Ronaldo uma vez aqui como é que seria o limite dessa participação nos
1623 conselhos tá? A SEDESE sempre orienta e as próprias regionais tem essa iniciativa
1624 de apoiar, agora, a gente não passa como diretoria formal, porque a gente tem um
1625 limite de atuação dessas diretorias regionais entendeu? É claro que dentro do SUAS
1626 elas teriam que trabalhar o CPF como um todo não é isso? Que vai do gestor
1627 municipal e vai obviamente dos conselhos né? Mais de fato assim, nós vamos estar
1628 com as diretorias regionais provavelmente em setembro em reunião a gente pode
1629 chamar atenção no âmbito da assistência qual que é a expectativa de trabalho que a
1630 gente tem deles e no sentido da orientação deles apoiarem. O que a gente sabe é
1631 que todas as uniões de conselho que demanda para as regionais elas tem apoiado, e

1632 o limite de apoio inclusive eu mesma fiz essa discussão porque geralmente em
1633 algumas regionais e ai diga-se de passagem a maioria o apoio era só assim espaço
1634 físico, do ponto de vista da participação efetiva inclusive de interferência falava
1635 assim, espera ai, não é bem assim, ai qual que é o apoio que quer do Estado? Ah
1636 não, nós queremos só sala e caneta mas eu falei não mais ai... entendeu? Se a
1637 SEDESE, a SUBAS tem obrigação e a regional ela é da SEDESE e não só da
1638 SUBAS mais ela tem o papel da SUBAS ela tem o papel de trabalhar o SUAS como
1639 um todo, ai fica para gente depois futuramente discutir o que está se entendendo de
1640 apoio, mas a gente está super aberto e eles tem dado respostas sem nenhum
1641 problema está bom? **RONALDO:** Ok muito obrigado **ROBERTA:** Fechamos então a
1642 comissão de apoio. Agora nós ficamos só com a comissão de normas para parte da
1643 tarde, nós já estamos aqui no calor de 12:10 não é isso? Podemos marcar para às
1644 13:30? Ou 14:00? Mais cedo? 13:30? Então eu queria pedir que quem está na
1645 comissão de normas que fizesse contato com os convidados que 13:30 a gente vai
1646 iniciar para ela não ter nenhum prejuízo, que ai ficou só a comissão de normas para
1647 parte da tarde. Muito obrigado aos senhores. Nós ficamos com nossa pauta bem
1648 adiantada, nós ficamos agora só com a comissão de normas não é isso?
1649 **RODRIGO:** Boa tarde a todos! Vamos para revisão da resolução 317 a qual á
1650 comissão de normas vem trazer a essa plenária. Antes de iniciar queria registrar
1651 presidente e agradecer a secretaria executiva, os convidados Marcelo Armando e o
1652 Márcio Caldeira que não pôde estar aqui neste momento, e a todos aqueles
1653 conselheiros que puderam contribuir conosco, afinal de contas essa resolução ela
1654 não é da comissão de normas, ela é do povo de Minas Gerais que hora ou outra pelo
1655 território recebe essas propostas de implantação de barragem, pequenas usinas e
1656 são atingidos com esses empreendimentos, então é uma proposta da comissão e de
1657 todos os outros parceiros e a todos que contribuíram para tentar melhorar a vida do
1658 nosso povo no interior e aqui na capital também. **ROBERTA:** Só um minutinho, eu
1659 queria que a equipe de apoio do conselho chamassem os conselheiros, por exemplo,
1660 a Adriana, e tem uma porção de conselheiros por aí, eu vou registrar ou então a
1661 gente até dá uma paradinha, porque é como você mesmo colocou, essa resolução
1662 para nós vira e mexe nós estamos tendo muita polêmica na aprovação desses
1663 planos, a gente tem tido vários problemas na execução dos planos de barragem e
1664 inclusive a necessidade de rever essa resolução foi encima de todas essas decisões
1665 e maturação que a gente já fez em relação essa matéria, agora se a gente vai
1666 discutir a resolução e nós estamos com a presença de poucos conselheiros, porque
1667 a gente sabe que tem muitos na casa, ai na hora que a gente começa trabalhar a luz
1668 dessa resolução nós começamos a ter problema porque os conselheiros
1669 desconhecem a normativa. **PAUSA** Rodrigo pode começar então. **RODRIGO:** Antes
1670 de começar eu queria perguntar a presidente e a esse colegiado se eu posso
1671 convidar o Marcelo para sentar conosco aqui a mesa, é possível? **ROBERTA:** Pode
1672 **RODRIGO:** Marcelo por gentileza. A resolução dispõe sobre os planos de assistência
1673 social para a população de áreas inundadas por reservatórios PAS/BARRAGEM. O
1674 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais/CEAS usa as atribuições
1675 conferidas nas leis estaduais 12.262 de 26 de julho de 96 e 12.812 de 28 de abril de
1676 98 alterada pela lei 15.002 de 15 de janeiro de 2004 conforme deliberação de sua
1677 plenária ordinária ocorrida no dia, seria hoje, de 2014. **ROBERTA:** Só para gente
1678 entender, nós vamos continuar na mesma lógica, faz a leitura e quem quiser pede
1679 destaque. Só para facilitar o entendimento, talvez a gente vai comparar o que estava
1680 original e o que vocês estão propondo? É isso o tempo inteiro? Fica mais fácil? Só
1681 para entender. **VOLNEY:** Gente eu queria propor que nós fossemos lendo artigo por
1682 artigo, porque a resolução é muito grande e complexa. Eu acho que nós vamos ter

1683 um rendimento muito melhor artigo por artigo, a gente faz o destaque, entendeu
1684 Roberta? Essa é a minha sugestão. **ROBERTA:** Mas é exatamente o que eu falei,
1685 ele vai ler tudo, agora não dá para gente parar artigo por artigo e ir destacando
1686 senão nós não saímos daqui hoje não, ele tem que ler tudo, e a minha proposta é ler
1687 e as pessoas vão falando destaque, depois a gente volta no destaque, porque se ler
1688 o primeiro, ai fazer o destaque do primeiro, a gente for o primeiro, para passar para o
1689 segundo, a minha opinião é que nós vamos demorar horas, mas se também for dos
1690 conselheiros ai... **VOLNEY:** Roberta eu discordo, porque em cada artigo tem o artigo
1691 original e a proposta, então não dá para gente avançar muito. **CONSOLAÇÃO:**
1692 Conforme deliberação que a gente teve inclusive na plenária passada e a própria
1693 orientação que a gente teve na época que a gente conversou na mesa diretora, nós
1694 encaminhamos essa resolução que foi trabalhada pela comissão de normas
1695 juntamente com os convidados e a secretaria executiva para todos os conselheiros
1696 com o prazo de leitura e de contribuição, então hoje a gente até iria direto para os
1697 destaques como foi uma primeira orientação, só que ai viu-se melhor na mesa
1698 diretora pela matéria que a gente passasse toda a resolução, minha proposta é que a
1699 gente passe a nova redação, porque a redação antiga pressuponha-se não só que
1700 que tenha uma leitura já anterior, porque tem conselheiros que já foram até relatores
1701 de processo, então se a gente for na nova redação se ela não estiver clara, se ela
1702 não estiver contemplada eu acredito que as emendas ou alterações devam ser feitas
1703 naquilo que já foi trabalhado, porque foi um grupo grande inclusive legitimando o
1704 trabalho desse grupo, então a gente passaria a redação, como eles trocaram,
1705 quando dos artigos, os artigos inteiros ou por uma palavra, ou mais de uma, ou
1706 trocando termos de lugar inclusive para uma melhor definição, eu acredito que seria
1707 melhor a gente ler o que for trabalhado, então não leria a original, leria agora a
1708 resolução como ela está proposta pela comissão de normas inteira, e a onde teve
1709 contribuição de mais um conselheiro ai sim merece que seja avaliado porque a
1710 conselheira aqui que foi a Denise tem algumas questões que são diferentes do que
1711 foi trabalhado pela comissão de normas. Essa é a minha sugestão. **ROBERTA:** Eu
1712 vou clarear aqui, até por questão de encaminhamento, é o seguinte, deixa eu só
1713 entender aqui, porque eu estou entendendo o que o Volney está falando, que é o
1714 seguinte, foi mandado para os conselheiros, os conselheiros deram sugestões, ai
1715 voltou para comissão para trabalhar essa sugestão ou está aqui? **CONSOLAÇÃO:**
1716 Está aqui **ROBERTA:** Então vai ter que ler tudo, vou dizer porque, porque por
1717 exemplo, a comissão mandou dizendo que o artigo primeiro era azul, ai sugestões
1718 vieram que fosse verde, se não voltou para comissão para comissão estar fazendo a
1719 proposta reafirmando o azul nós vamos ter que discutir entre o azul e o verde aqui.
1720 **CONSOLAÇÃO:** Quero dizer que não teve mais de uma proposta de alteração, que
1721 foi mantido, que não teve nenhum questionamento naquilo que foi proposto pela
1722 comissão é que eu estou sugerindo, nesses artigos ler-se só o que a comissão
1723 propôs, os que tem divergência... Não são todos os artigos, a Denise foi a única que
1724 mandou alguma coisa escrito, nem todos os artigos tem contribuições dela, então
1725 esses artigos que tem a contribuição sim leria de normas e a proposta dela para ver
1726 qual que é a melhor, se é a primeira, se é a segunda ou até uma terceira, é esse
1727 sentido que eu estou falando. **ROBERTA:** Ai nesse aspecto eu acho que eles vão
1728 trazer essa proposta, não é não? Qual é a proposta que vocês estão trazendo
1729 Rodrigo para gente poder compreender para saber se é a mesma que o Volney está
1730 falando. **RODRIGO:** A que tem o cabeçalho proposta comissão de normas CEAS.
1731 **ROBERTA:** Mas dentro dos artigos vocês estão trazendo para deliberar aqui na
1732 plenária as sugestões que foram coletadas? **RODRIGO:** Então, a primeira sugestão
1733 da comissão ela está no cabeçalho, as outras sugestões que vieram depois estão

1734 com o nome de quem fez a mudança. **ROBERTA:** Esta aí? **RODRIGO:** Isso
1735 **ROBERTA:** Então, é isso que eu estou falando, então vocês estão trazendo?
1736 **RODRIGO:** Isso **ROBERTA:** Então vocês estão trazendo. Então vamos fazer o
1737 seguinte, se a gente pegar os artigos que tem a proposta da comissão e a sugestão
1738 de um conselheiro a gente vota ele e elimina o artigo, aquele que tiver só um a gente
1739 passa para o destaque se alguém destacar entendeu? É o que ela está dizendo,
1740 aonde a gente tiver duas propostas, que significa da comissão de normas e de quem
1741 sugeriu a gente... porque os conselheiros vão ter que votar, porque senão ele vai
1742 falar eu destaco, mais você destaca o que? A proposta A ou a proposta B? Você está
1743 entendendo o que eu estou falando? **RODRIGO:** Sim **ROBERTA:** Então tá. Vamos
1744 artigo por artigo naqueles casos que tem mais de uma proposta tá? **RODRIGO:**
1745 Nessa lógica proposta artigo dois... **ROBERTA:** Artigo um tem duas propostas
1746 **RODRIGO:** Entendi. Proposta um, artigo um: determinar conteúdo dos planos de
1747 assistência social as populações de áreas atingidas por PAS/BARRAGEM previsto
1748 na lei 12.812 de 98. A segunda proposta é revogar o artigo um **ROBERTA:** Essa
1749 segunda foi feita por quem? Pela própria comissão? **MARCELO ARMANDO:**
1750 Roberta é porque houve duas posições dentro da comissão de normas. Bom gente
1751 primeiro boa tarde é um prazer estar aqui neste conselho, houveram duas propostas,
1752 a primeira foi uma proposta da equipe técnica, todos os pontos que estão aqui foram
1753 através da equipe técnica que construiu, e nós encima do trabalho da equipe técnica
1754 a gente foi também tentando colaborar de alguma forma. Quando eu fiz a proposta
1755 de revogação foi por entender que como a ementa da resolução já dispõe sobre os
1756 planos de assistência social, e o artigo primeiro ele vai determinar conteúdo dos
1757 planos, o artigo segundo ele já dá a resposta para tudo isso, então por isso que no
1758 meu entendimento o artigo segundo já poderia ser o artigo primeiro, já iniciaria, artigo
1759 primeiro: O PAS/BARRAGEM é um instrumento de planejamento que organiza,
1760 regula e norteia execuções das ações, ao invés de ter esse artigo primeiro para
1761 dizer: determinar conteúdo dos planos de assistência social. Eu achei que não
1762 haveria necessidade de ter esse artigo primeiro, determinar conteúdo dos planos,
1763 que foi aí que a gente trouxe para discussão aqui nesse momento. **ROBERTA:** Então
1764 vamos lá, porque na verdade tem três propostas apresentadas ali. Eu queria que a
1765 gente partisse assim, a original não nos interessa entendeu? Porque se elas estão
1766 idênticas gente qual que seria a proposta no artigo um? Simplesmente revogar,
1767 vocês estão entendendo o que eu estou falando? Só para gente entender.
1768 **MARCELO ARMANDO:** No artigo primeiro original fala definir conteúdos e a
1769 elaboração dos planos **ROBERTA:** O outro é determinar? **MARCELO ARMANDO:** O
1770 outro determina **ROBERTA:** O que mudou de uma proposta para outra é que um
1771 chama de definir e o outro determinar ok, na original está definir, na outra está
1772 determinar, e tem uma terceira que é de revogar concorda? **MARCELO ARMANDO:**
1773 Isso. **ROBERTA:** Então de fato tem três propostas. Eu tenho a original que fala de
1774 definir, tem a segunda que é da comissão que fala de determinar, ô gente por favor!
1775 Ai terceira proposta, revogar tudo, vocês concordam que são três? Gente pelo amor
1776 de Deus! Eu quero pedir a comissão de apoio que se atente ao que eu estou falando,
1777 nós estamos entendendo que são três propostas ali, em vez da segunda proposta
1778 revogar é terceira proposta revogar, porque eu posso manter a original, votar na
1779 segunda que troca definir por determinar, e a terceira revogar. **ADRIANA:** Eu estou
1780 entendendo, eu só quero acrescentar o seguinte da primeira para a segunda não
1781 troca só definir por determinar, na primeira fala de definição de conteúdo e
1782 elaboração, na segunda fala de determinar só o conteúdo, só isso. Eu estou falando
1783 que não é só definir por determinar, mas são três propostas, a primeira original e
1784 duas propostas da comissão, é isso mesmo. **VINÍCIUS:** Já que o Marcelo fez a

1785 defesa da proposta de revogar, que a comissão técnica que fez a proposta da
1786 alteração do texto fizesse a defesa também, para a gente poder ter esse parâmetro.
1787 **ROBERTA:** Está bom, então vamos lá, na defesa da proposta de revogar já foi feita,
1788 quem gostaria de fazer a proposta de alterar? Eu vou ver se eu fui clara aqui, alterar
1789 o conteúdo do texto, algumas palavras do texto da proposta original.
1790 **CONSOLAÇÃO:** A gente entendeu o seguinte, quando você fala que você vai definir
1791 nos conteúdos em verdade para o empreendedor a gente está determinando
1792 conteúdo que tem que ter nos planos de assistência social, e a gente entende
1793 logicamente, não é uma perspectiva de advogado, foi uma perspectiva nossa de
1794 assistente social, de quem compõe a equipe da secretaria executiva, e ai determinar
1795 o conteúdo para gente seria importante a gente iniciar que essa resolução em que
1796 pese já fala na ementa dela que ela dispõe sobre os planos, a gente acredita que
1797 iniciar a resolução falando que aqui nós estamos determinando conteúdo dos planos
1798 previsto nessa lei, chamando essa lei, a gente achou que como introdução e falando
1799 que isso vai ser em um decorrer do plano seria importante de ter esse artigo aqui, e
1800 mais ainda do que definir os conteúdos a determinação desses conteúdos como foi
1801 também discutido na própria comissão, agora eu vejo assim, se for para outra
1802 pessoa que leia isso talvez que seja leiga, não seja da área, eu não acho que fique
1803 muito claro como o Marcelo falou isso já está subtendido, eu não consigo entender,
1804 eu até falei isso no dia da comissão, eu não consigo entender que isso está
1805 contemplado, por ser já resolução sobre isso é como se fosse uma redundância, eu
1806 não consigo perceber essa redundância, então na hora da discussão a comissão
1807 teve alguns conselheiros eu não sei se eles querem manifestar, mas concordaram
1808 com o que a gente estava falando e falou realmente eu levaria esses dois
1809 posicionamentos. **LÚCIA:** Eu não encaminhei nenhuma sugestão porque eu domino
1810 muito pouco, eu estou conhecendo esse assunto agora, mais eu tendo a concordar
1811 aqui com os argumentos da Consolação, porque eu até falei para ela aqui que os
1812 advogados costumam repetir a exaustam que a bunda não atrapalha, então como eu
1813 entendo que essa é uma matéria que deve ser na prática, na execução muito
1814 controversa, porque a gente sabe que é uma área polêmica, é uma área sensível, é
1815 uma área que os interesses são muitas vezes antagônicos eu realmente não vejo
1816 problema, quando você fala em um artigo de determinar o conteúdo do plano, e no
1817 segundo artigo você vai dizer manter a execução, quer dizer uma coisa você vai
1818 normatizar o quê que deve conter na estruturação desse plano, é que eu estou
1819 entendendo que esse artigo primeiro coloca, e o segundo ele vem complementando
1820 para dizer do processo de execução. Eu não vejo problema de manter os dois para
1821 que a gente consiga realmente ter todo o amparo e anteparo, não ficar à mercê
1822 depois de interpretações semânticas. **ROBERTA:** Eu queria partir para um
1823 encaminhamento aqui, até para depois se for o caso a gente melhorar o texto dessa
1824 proposta também, a gente pode abrir primeiro tá? O quê que eu queria encaminhar,
1825 se os conselheiros estiverem esclarecidos a gente faz a votação de qual a proposta
1826 que a gente quer definir nesse momento, e depois se tiver de acrescentar alguma
1827 coisa que inclusive eu também gostaria de acrescentar no texto a gente faz a
1828 sugestão para acrescentar ok? Pode ser? **ADRIANA:** Eu queria só conferir com os
1829 conselheiros se não seria possível então refazer se fosse o caso de aproveitar o
1830 artigo segundo? Refazer acrescentando, porque o artigo segundo ele fala de formas
1831 de monitoramento e avaliação, mais assim se não seria possível da gente fazer e
1832 colocar. **ROBERTA:** Não vamos partir para o artigo segundo **ADRIANA:** Não, é só
1833 porque a pauta para revogar o primeiro colocado pelo conselheiro foi que o segundo
1834 já dizia. **ROBERTA:** Sim gente mais veja bem, é porque senão depois nós vamos
1835 achar no artigo segundo, terceiro alguma coisa que emenda com o segundo, então

1836 assim é só para gente poder entender, se a gente entender da revogação ela vai
1837 revogar, indiferente seu eu vou emendar no artigo segundo. A outra defesa que foi
1838 feita de manter a proposta de um artigo seja determinar com mais alguma coisa é na
1839 perspectiva que nessa questão da lei ela não atrapalha, é contrapondo o seguinte,
1840 para nós não é necessário revogar porque ela também não está atrapalhando, pelo
1841 contrário, ela está reafirmando, essa foi a fala que a Consolação fez ok? Podemos
1842 partir para votação? Estão claros? Então vamos lá, existem três propostas...
1843 **MARCELO ARMANDO:** Roberta considerando os argumentos que Consolação
1844 trouxe, e encima de outras contribuições, quando eu sugeri a revogação foi
1845 justamente dentro de norma técnica, mais da forma que está aqui também ela é
1846 redundante mais não atrapalha, não é? Ela vai clarear mais, já nós estamos
1847 pensando em uma resolução para leigos que a maioria dos leigos que vão ler e vão
1848 construir, então eu retiro essa proposta, a não ser que alguém queira manter a
1849 revogação **ROBERTA:** Ai eu pergunto Marcelo então o seguinte, porquê da
1850 perspectiva que você é um convidado então eu pergunto a comissão, porque a
1851 comissão quer que retira essa proposta? **RODRIGO:** Perfeito **ROBERTA:** Pode ser?
1852 Então eu vou fazer um encaminhamento aqui de uma proposta que agrega inclusive
1853 o que a Adriana havia levantado da proposta original com essa proposta, poderia ser
1854 acrescentado determinar conteúdo para elaboração do plano de assistência social
1855 para elaboração, que ai a gente acrescenta a palavra elaboração lá em cima pode
1856 ser? Então equipe de apoio por favor deleta aquelas partes lá de cima. Bom então
1857 artigo primeiro ficou: determinar conteúdo para elaboração dos planos de assistência
1858 social as populações de área atingida por barragem PAS/BARRAGEM, não é
1859 previsto na lei é conforme, nós estamos falando lá determinar conteúdo para
1860 elaboração, conforme a lei, você está entendendo? É previsto na lei, porque o
1861 conteúdo que nós vamos determinar não está na lei. **MARCELO ARMANDO:**
1862 Roberta perdão, eu penso que não precisa nem de colocar previsto na lei, porque se
1863 lá no início o conselho estadual no uso de suas atribuições... nos termos da lei 828
1864 ela está dizendo lá encima de quais as normas que a gente está tratando, não
1865 precisaria no meu ponto de vista **ROBERTA:** Então eu vou ler de novo com essa
1866 sugestão do Marcelo, olha lá ela vai tirar PAS/BARRRAGEM, minha nossa senhora!
1867 Alguém tem um Rivotril ai gente? Determinar conteúdo para elaboração dos planos
1868 de assistência social as populações de área de atingido PAS/BARRAGEM ok? Artigo
1869 segundo **RODRIGO:** Artigo segundo parágrafo primeiro **ROBERTA:** Ai Rodrigo se
1870 atente, no artigo segundo a proposta é de mexer no parágrafo primeiro ou no artigo
1871 todo? **RODRIGO:** A comissão faz uma proposta no artigo segundo e recebe
1872 sugestão no parágrafo primeiro. Mantém a leitura do segundo? **ROBERTA:** Então
1873 vamos ver o que vocês estão sugerindo **RODRIGO:** Artigo segundo: O
1874 PAS/BARRAGEM é o instrumento de planejamento que organiza, regula e norteia a
1875 execução de ações de proteção social voltados a garantia de direitos e de condições
1876 dignas de vida para população direta e indiretamente atingida pela construção de
1877 barragens bem como determina a forma de seu monitoramento e sua avaliação, a
1878 palavra estratégia a gente suprime **ROBERTA:** Eu não entendi sinceramente. Fala
1879 para nós o que que é que está sendo proposto para alterar, retirar a palavra
1880 estratégia e? **RODRIGO:** Suprime a palavra estratégico, e incluem e/o. **ROBERTA:**
1881 Ok **LÚCIA:** Tira o "ou" e fica só o "e" Rodrigo **ROBERTA:** Entenderam conselheiros?
1882 Então na redação do artigo segundo a comissão está propondo tirar a palavra
1883 estratégico ali logo em seguida de planejamento, e está pedindo para tirar "ou" e
1884 colocar população direta e indiretamente é isso Rodrigo? **RODRIGO:** Isso.
1885 **ROBERTA:** Ai eu vou perguntar aos conselheiros, tem alguém que defenda a
1886 manutenção do texto original? Aprovado então a proposta da comissão. **RODRIGO:**

1887 Parágrafo primeiro: a elaboração e execução do PAS/BARRAGEM são obrigações
1888 do empreendedor e a sua aprovação prerrogativa do CEAS. Proposta da comissão
1889 de normas parágrafo primeiro: a elaboração e implantação do PAS/BARRAGEM são
1890 obrigações do empreendedor, a sua avaliação, aprovação e monitoramento
1891 prerrogativa do CEAS. Proposta da Denise conselheira parágrafo primeiro: a
1892 elaboração, implantação e execução do PAS/BARRAGEM são obrigações do
1893 empreendedor e a sua avaliação, aprovação e monitoramento prerrogativa do CEAS.
1894 **ROBERTA:** Se eu estou entendendo ela acrescentou “e sua”. **RODRIGO:** “E
1895 execução” **ROBERTA:** Mais o que que é implantar e executar? Alguém sabe a
1896 diferença por favor? Eu estou entendendo que implantação e execução é a mesma
1897 coisa, pega o microfone por favor **ADRIANA:** Será que na questão de implantar um
1898 equipamento... **ROBERTA:** A palavra não é implantar, ela vai construir, porque o
1899 empreendedor não implanta CRAS né gente? Me ajuda ai, o máximo que ela vai
1900 fazer é construir. Na verdade ali não vai na ação, ele fez um plano e tem que
1901 implantar esse plano, ele fez um plano e vai executar o plano. **ADRIANA:** Executar é
1902 melhor que implantação gente, eu acho que é elaborar e executar, e tirar a palavra
1903 implantação, eu acho que é execução. **ROBERTA:** Vejam bem ou nós tiramos uma
1904 ou outra, porque o que não dá é para ficar as duas juntos, ai eu acho que é muito
1905 redundância entendeu? **ADRIANA:** Eu acho que executar plano é mais lógica, quer
1906 dizer ele tem várias ações que ele apresenta no plano e a responsabilidade dele é a
1907 execução de cada ação, é igual ao que ela falou, ele não vai implantar um CRAS, ele
1908 faz um plano que apresenta várias propostas de ações mitigadoras para os efeitos
1909 provocados e tudo mais, então eu acho que é mais interessante manter executar no
1910 caso. **ROBERTA:** Gente por favor pega o microfone, não adianta ficar discutindo ai.
1911 Nilce: Só uma observação, a gente estava conversando aqui eu e Rosa, na verdade
1912 é comum o empreendedor contratar uma empresa para executar entendeu?
1913 **ROBERTA:** Mas isso não tem nada a ver aqui, eu acho que não tem nada a ver com
1914 essa discussão, para nós pouco interessa. Veja bem, nós não estamos discutindo
1915 aqui se ele vai executar direta ou indiretamente, essa não é discussão aqui, a
1916 discussão é ele elabora e implanta, ou elabora e executa? **RONALDO:** A elaboração
1917 de um plano eu entendo que ele redigia, ele vai elaborar um plano, depois desse
1918 plano elaborado ele vai executar esse plano, eu entendo execução, e que
1919 obviamente pode ser direta ou indiretamente. **VINÍCIUS:** Eu entendo que
1920 implantação é algo tem um limite, um início e um fim, melhor dizendo, a coisa é mais
1921 curta, então eu acho que quando ela tentou dar o exemplo do CRAS eu acho que
1922 não seria só um CRAS, seria qualquer coisa, pronto implantei, está implantado,
1923 agora quem vai executar as ações? Quem vai dar seguimento da continuidade
1924 aquela execução, aquele planejamento? Então eu penso que não tem impedimento
1925 ter as três palavras não. **ROBERTA:** Ai que eu acho que talvez a gente está
1926 agarrando nessas duas palavrinhas, porque na verdade quando você coloca isso por
1927 exemplo, de fato o empreendedor ele pode construir um CRAS mais ele não precisa
1928 executar um CRAS não, a execução do CRAS é competência dele não, você está
1929 entendendo? **ADRIANA:** Espera ai gente, eu acho que está tendo uma coisa
1930 também, nós estamos falando do plano de assistência social, então eu acho o
1931 seguinte, você elabora um plano, é uma coisa, elaborou, o que que vai acontecer?
1932 Esse plano precisa ser implementado, porque um plano ou ele é implementado ou
1933 ele precisa ser executado, que daí eu acho que seria igual, mais implantação eu
1934 acho que é um verbo que não cabe quando você está falando de ações do plano, ela
1935 precisa ser executada. **CONSOLAÇÃO:** Gente vamos buscar no dicionário,
1936 implantar significa iniciar, realizar, executar. Implementar é que significa dar
1937 prosseguimento a algo, então ali do jeito que está a intenção talvez seja essa de dar

1938 prosseguimento, então seria implantar ou implementar, mais execução e
1939 implementação é a mesma coisa, se quiser dar essa continuidade ai é implementar.
1940 **ROBERTA:** Então vamos lá gente, mantemos a palavra implantação? Que ai não
1941 precisa acrescentar “e execução”. **RONALDO:** Outra sugestão, se foi colocado
1942 anteriormente que é para leigos eu entendo que a executar ela fica melhor do que
1943 implantar, ainda que sejam palavras sinônimas de acordo com o dicionário.
1944 **ROBERTA:** Então vamos lá, vamos para votação aqui, porque ai não tem problema,
1945 quem é a favor da palavra implantação no caso ali levanta o crachá. Quem é a favor
1946 da palavra execução levanta o crachá, pronto então fica execução. **RODRIGO:**
1947 Parágrafo segundo: O PAS/BARRAGEM aprovado ainda poderá sofrer alterações
1948 desde que autorizadas pelo CEAS. Proposta da comissão de normas, parágrafo
1949 segundo: O PAS/BARRAGEM aprovado poderá ser alterado desde que previamente
1950 autorizado pelo CEAS para garantir os direitos socioassistenciais. Proposta da
1951 conselheira Denise, parágrafo segundo: O PAS/BARRAGEM aprovado poderá ser
1952 alterado desde que previamente autorizado pelo CEAS para garantir os direitos
1953 socioassistenciais, propõe a retirada já que dá entender que é a autorização que
1954 garante, sua retirada não altera o sentido da preposição, que é fazer entender que é
1955 prerrogativa do CEAS autorizar a modificação ou não. **ROBERTA:** Qual que é a
1956 proposta? **RODRIGO:** “Para garantir os direitos socioassistenciais” **LÚCIA:** Eu acho
1957 que a proposta aqui da comissão de normas ela coloca... **ROBERTA:** Só um
1958 minutinho Lúcia, Rodrigo passa esse microfone para cá, porque vocês estão com
1959 dois microfones ai, e a turma de cá está sem microfone. **LÚCIA:** Eu acho que tem
1960 uma palavrinha ali que a comissão de normas colocou que é fundamental nesse tipo
1961 de situação que é o previamente, porque se não tem um monte de coisa que não
1962 acontece, ou acontece de um outro jeito ai vai chegar aqui para esse conselho
1963 referendar. Eu estou discutindo é a proposta da Denise entendeu? Para garantir os
1964 direitos socioassistenciais... Ah tá! Entendi! Desculpa! O previamente eu acho que
1965 tem que estar de todo jeito **ROBERTA:** O previamente ela manteve lá, podemos tirar
1966 então para “garantir os direitos socioassistencias”? **MARCELO ARMANDO:** Roberta
1967 eu não sei se vai atrapalhar deixar garantir os direitos socioassistenciais, porque na
1968 verdade se uma proposta que vier que não for para garantir direito socioassistencial,
1969 para que ele vai ser alterado? Então se a finalidade da alteração é garantir direito
1970 socioassistencial se não houver garantia do direito socioassistencial, não justifica
1971 alteração não é? Então essa foi a discussão que nós fizemos lá, ao constar direito
1972 socioassistencial a gente pensa vamos alterar sim, desde que essa alteração venha
1973 garantir direito socioassistencial, senão não tem fundamento, senão não justifica
1974 qualquer alteração. **ADRIANA:** Eu queria reforçar a fala dele dizendo aqui o
1975 seguinte, a gente tem um plano que foi elaborado com a participação de um grupo,
1976 quer dizer tem todo um processo para elaboração desse plano, eu acho que se a
1977 gente não reforça que o plano para vim aqui para pedir alteração ele tem que ter
1978 como argumento justificativa para pedir para alterar questões que seja garantia de
1979 direito socioassistencial, quer dizer você faz um plano todo, muito bacana que é
1980 aprovado e que depois durante o processo você dá abertura para todo momento o
1981 cara está mudando do verde para o azul, do azul para o amarelo, eu não achei
1982 amarelo, então eu quis comprar o azul né? Eu acho que você perde o valor do plano
1983 que foi elaborado, então reforçando assim, colocar ali para garantir direito
1984 socioassistencial talvez a gente possa melhor na escrita mas é dizer o seguinte, o
1985 plano pode vim aqui para pedir alteração desde que o argumento seja pautando a
1986 garantia de algum direito socioassistencial. **ROBERTA:** A conselheira fez a mesma
1987 defesa do nosso convidado que por sinal está exemplar nessa plenária, e ai eu vou
1988 jogar para os conselheiros, vamos manter “para garantia dos direitos

1989 socioassistenciais”? quem é a favor para manutenção dessa frase que se manifeste
1990 a favor gente, abstenção, então manteve. Então ficou a proposta original, beleza,
1991 então tá! **RODRIGO:** Artigo três proposta da comissão de normas, a gente faz uma
1992 inclusão de artigos. O artigo três o empreendedor deverá protocolar no CEAS o
1993 PAS/BARRAGEM objeto de análise para aprovação, impresso e digitalizado e anexar
1994 o documento de arrecadação estadual DAE quitado relativo a taxa de expediente
1995 previsto na lei 15. 102 de 2004. O artigo quatro caberá ao empreendedor promover
1996 audiência pública com a presença do CEAS por meio do conselheiro relator e da
1997 população atingida para apresentação do PAS/BARRAGEM. Parágrafo único: a
1998 audiência pública ocorrerá concomitantemente a visita técnica ser agendada após 45
1999 dias a partir do protocolo do PAS/BARRAGEM no CEAS. **ROBERTA:** Eu quero fazer
2000 um destaque nesse artigo, porque eu vou dizer para os senhores que do jeito que
2001 está colocado ai o CEAS não vai conseguir aprovar um PAS, olha ali o que está lá,
2002 caberá ao empreendedor promover audiência pública com a presença do CEAS por
2003 meio do conselheiro relator e da população atingida, olha o que que nós estamos
2004 jogando aqui, e pelo planejamento nosso em atividade nós não temos a mínima
2005 condição de cumprir isso aqui gente, porque uma coisa é a gente trabalhar todo o
2006 processo nosso de monitoramento em relação a implantação desses planos, a outra
2007 é no momento do plano o empreendedor dizer assim então marquei audiência
2008 pública para dia tal e eu preciso do conselho aqui e preciso do relator do processo,
2009 sendo que antes dele entrar aqui com o processo a gente não sabe nem quem vai
2010 ser o relator entendeu? Então isso ai nós estamos colocando condições que nós
2011 mesmos não vamos cumprir. **LÚCIA:** Roberta eu queria só um esclarecimento, essa
2012 audiência pública porque eu estou lendo ali para apresentação, é uma audiência
2013 após a aprovação? Como é que tem sido a pratica hoje? **ROBERTA:** Então vamos
2014 lá, nós estamos lembrando que estamos regulando uma resolução para elaboração,
2015 nós acabamos de falar dos artigos, então ele está em processo de elaboração, e ai
2016 aqui nós estamos dizendo artigo quarto cabe ao empreendedor... Ele está
2017 elaborando o plano lá, então ele fala assim, agora eu já estou com o meu plano todo
2018 pronto, eu vou fazer uma audiência pública lá no município, ai nós vamos receber um
2019 calendário aqui de audiências públicas para gente participar, isso aqui é impossível
2020 gente, para elaboração isso é impossível entendeu? Acredito que no processo de
2021 monitoramento a gente vem cumprindo aqui é isso, a gente participa das audiências
2022 públicas, eles convidam a gente na hora da EIA/RIMA que eles vão apresentar lá
2023 eles convidam o CEAS, por exemplo, eu participei agora em Salto da Divisa de uma
2024 audiência pública que teve lá, por uma série de motivos que provoca audiência
2025 pública o CEAS participa, agora nós temos que separar muito em que momento nós
2026 queremos e muito menos dizer que tem que ser o relator do processo, não estou
2027 entendendo , é isso que eu estou dizendo, não cabe ali não **MARCELO ARMANDO:**
2028 Eu gostaria só de esclarecer os motivos desse artigo, lembrando que há uns anos
2029 atrás a gente sempre discutia em que momento que o CEAS deveria entrar nesse
2030 debate, e a gente já fez várias discussões inclusive essa, da gente desde o momento
2031 que o empreendedor pensar em ir em um determinado território e falar aqui eu vou
2032 montar um empreendimento hídrico então nesse momento a discussão que a gente
2033 fez foi de que a expectativa que se cria a população não é quando o empreendedor
2034 chega e fala eu vou montar uma usina hidrelétrica aqui a expectativa que se cria
2035 tanto da indenização que o cidadão vai receber até aquela situação em quê que eu
2036 vou fazer ou deixar de fazer da minha vida a partir de então, então quando a gente
2037 fez essa discussão era de que isso não foi só nessa reunião, a gente já fez isso no
2038 conselho estadual em momentos anteriores. Então você quer montar uma usina
2039 hidrelétrica em determinado território? Então que você convide o conselho estadual,

2040 porque nessa audiência pública que eles fazem eles chegam, falam o que vão fazer,
2041 propõe determinadas situações e o cidadão fica aguardando a posição dele, e ai ele
2042 vai ver se ele vai conseguir lá na frente as licenças, essas licenças costumam
2043 demorar dois, três anos, e o cidadão está lá esperando, deixando de produzir,
2044 deixando de fazer as coisas inclusive se ele tiver uma plantaçaõ ela para de mexer
2045 com a plantaçaõ porque o que que eu vou fazer com essa plantaçaõ agora já que eu
2046 vou ter que sair daqui? Isso pode demorar seis meses, um ano, como também tem
2047 essas situações de não conseguir a licença por mais de dois anos, e ai os
2048 empreendedores costumam até desistir daquele empreendimento né? Então quando
2049 a gente pensou do conselho estadual estar nesta reunião é para dizer isso para eles,
2050 falar olha gente a vida continua, o empreendedor está querendo fazer isso aqui, vai
2051 fazer, tudo bem, mais essa aqui é a proposta que eles está fazendo, a sua vida vai
2052 continuar, você vai continuar fazendo aquilo que você tem que fazer, e encima
2053 dessas propostas que estão sendo feitas aqui vocês podem analisar com o
2054 empreendedor para ver se isso que ele está propondo enquanto açãõ, enquanto
2055 projeto vai estar no plano se ele ateuve a você, porque eu acredito que empreendedor
2056 quando chega para conversar lá com a populaçaõ ele não vai mostrar para eles os
2057 contras, ele vai mostrar o que ele tem para faze né? Então essa foi a discussãõ que
2058 nós colocamos lá, agora concordo com você que colocar relator não tem jeito,
2059 porque ainda o plano não foi entregue. **ROBERTA:** Eu continuo defendendo Marcelo,
2060 tudo o que você está trazendo é um argumento bom, mais eu continuo defendendo
2061 dizendo o seguinte, que esse conselho não vai ter pernas para fazer isso, e ai é que
2062 a gente precisa compreender, porque nós estamos amarrando isso na apresentaçaõ
2063 do PAS, então significa que nós vamos ter um calendário de audiências públicas,
2064 porque a audiência pública ela já acontece, por lei ele tem que fazer, toda vez que
2065 ele chega em um municipio para fazer um empreendimento ele tem que fazer
2066 audiência pública, agora colocar isso na condiçaõ do PAS eu sou contra. Segundo,
2067 esses argumentos que você colocou que é só isso que a gente vem discutindo,
2068 acredito que não é nós estarmos nessa audiência pública que vai garantir essas
2069 questões não, pelo contrário, eu acho que a gente vai ter que ter um desdobramento
2070 é no monitoramento desse processo na implantaçaõ do plano, que eu acho que isso
2071 que é frágil para gente, porque o fato de estarmos lá na primeira audiência pública
2072 inclusive a primeira audiência pública quando vai implantar empreendimento ela é
2073 extremamente confusa, ela é confusa para todos nós inclusive, nós já participamos
2074 de audiência pública no início e a gente teve muitas dúvidas também, não é a
2075 presença do CEAS que vai dizer que inibe determinadas coisas, agora acredito eu
2076 que é o monitoramento que é a fragilidade que nós temos do acompanhamento
2077 daquilo que é proposto aqui, que é da competência do CEAS, e daquilo que a gente
2078 acompanha, agora volto a dizer, se a gente entender que isso tem que ficar na nossa
2079 resoluçaõ, com certeza esse conselho não vai conseguir cumprir, nós vamos
2080 inviabilizar a apresentaçaõ de PAS aqui, porque chega um calendário de
2081 apresentaçaõ do PAS e ele vai marcar a audiência pública não é conforme o CEAS
2082 não, ele vai marcar audiência pública conforme ele consegue marcar na própria
2083 Câmara dos legislativos lá, e ai nós vamos recebe aqui as chamadas para audiência
2084 pública que nós temos, que ir ou então ele vai apresentar um PAS aqui do que o
2085 CEAS não participou, ai eu sou absolutamente contra. **LÚCIA:** Eu queria mais um
2086 esclarecimento de quem está acostumado fazer a análise, eu estou entendendo que
2087 como o nosso colaborador aqui colocou que vai lá, faz uma audiência como a
2088 Roberta está dizendo, em alguns momentos e algumas regiões e acredito que a
2089 populaçaõ fica muito passiva, muito acuada, até por uma questãõ mesmo do poder
2090 econômico, agora, vem um plano para cá, como que a gente sabe a realidade de um

2091 ponto de vista da população? A gente fica sabendo como? Porque eu estava
2092 entendendo essa participação nessa lógica de ouvir a população entendeu?
2093 **ROBERTA:** Deixa eu te explicar como é que funciona. Ele tem que ouvir, a
2094 orientação você vai ver nos outros artigos lá, porque o que nós estamos discutido
2095 aqui não é ouvir a população, nós estamos discutido é a participação do conselho
2096 estadual na audiência públicas. As diretrizes para ouvir a população o plano é
2097 construído todo nesse aspecto, agora, ele vem para cá, vai para a equipe técnica, a
2098 equipe técnica vai no município e checa tudo aquilo que ele propôs e escuta a
2099 população, a equipe técnica nossa vai lá e apresenta para o relator para o relator dar
2100 o parecer se aprova ou não aprova, e o conselheiro ainda pode pedir diligência se
2101 ele falar assim não concordo com isso não, eu quero esse documento, eu quero ir lá
2102 para ver se de repente isso o que vocês estão falando é verdade, ele tem todo o
2103 direito antes de vim para plenária para sugerir aprovação, deferir ou indeferir, agora o
2104 que nós estamos discutindo ali é a participação do conselho estadual nessas
2105 audiências públicas que antecede a apresentação do PAS aqui gente, é isso que nós
2106 estamos discutindo, não estou discutindo se nós vamos ouvir ou não, porque isso as
2107 diretrizes vem mais para frente para ver como é que vai fazer entendeu? E no meu
2108 entendimento o que eu estou dizendo é isso, eles vão fazer um calendário de
2109 audiência pública que já tem que fazer, eles já fazem essa audiência, e vai chegar
2110 aqui e nós não vamos cumprir, não vamos ter conselheiros para cumprir essas
2111 audiências públicas lá, e ai a minha pergunta é eles vão apresentar aqui e dizer o
2112 conselho foi convocado, convidado conforme está na resolução mas não
2113 compareceu. **ADRIANA:** Eu queria ressaltar o seguinte quando a gente fala da
2114 dificuldade do monitoramento ai na frente, vamos ver, tem mais coisas que dizem a
2115 respeito no processo, tudo bem, agora eu entendo enquanto relatora que já fui e
2116 quando o monitoramento e acompanhamento de qualquer tipo de plano de ação o
2117 que facilita ou uma das coisas que facilitam ou dificultam um processo de
2118 monitoramento é a forma que o plano é construído né? Então assim, concordo que
2119 se não tem como a gente enviar o relator se ele não foi indicado ainda, acho que a
2120 gente tem que considerar também claro o que a Roberta está colocando que é a
2121 questão de pernas para cumprir, agora a verdade é que o objetivo aqui é tentar
2122 facilitar o monitoramento lá na frente sim, porque o que a gente está vendo,
2123 acompanhando e monitorando PAS é o seguinte, é o que a Roberta falou de repente
2124 nesse momento fica claro a confusão, existe uma serie de confusões que se mantém
2125 no início da elaboração do PAS que não vai ser lá depois no monitoramento que a
2126 gente vai conseguir só com diligências resolver, porque a s vezes você vai ter que
2127 pedir para se refazer o processo todo de planejamento, e ai fica uma situação
2128 também complicada né? Então assim eu concordo que talvez a melhor forma não
2129 seja participar da audiência pública, não sei se não for, mais tirando esse artigo eu
2130 acho que a gente tem que ver então uma outra forma do CEAS poder participar
2131 dessa fala nas comunidades antes desse outro momento que é quando o PAS já
2132 está pronto para aprovação com o grupo, para esse tipo de esclarecimento, eu acho
2133 que esse esclarecimento é claro com a participação do CEAS. **RONALDO:** Na
2134 verdade a título de esclarecimento até pelo debruçar da comissão de normas se eu
2135 entendi pela colaboração aqui do ex-conselheiro Marcelo, seria no início do processo
2136 que a entrada do PAS que ele se dá, já foi dito aqui através de audiência pública,
2137 seria já o CEAS participar como uma forma de intermediar isso, até mesmo
2138 transformando a linguagem que vem só do empreendedor para os atingido, uma vez
2139 que o nosso papel aqui é cuidar dos atingidos, o nosso papel socioassistencial, ele
2140 até colocou muito bem, ele não coloca os contras ele coloca os prós, então o contra
2141 a gente estaria ali de forma isenta colhendo, filtrando e passando a linguagem para

2142 os atingidos. Se eu entendo é isso, eu não sei em qual o processo se daria isso
2143 antes dessa entrada quando participação na audiência pública. **LÚCIA:** Eu estou
2144 pensando aqui considerando os argumentos e o que eu tinha dito antes que era isso
2145 mesmo, eu estava entendendo que saída era ouvir um pouco e participar um pouco
2146 do processo a partir da logicada população. Eu concordo com a Roberta que talvez a
2147 gente nem sempre tenha disponibilidade e consiga estar em todas, mais se isso já é
2148 percebido aqui pelo conselheiros como importante, talvez o caminho do meio seria
2149 ele dizer que tem que informar ao CEAS e o CEAS delibera em cada caso a
2150 possibilidade de... **ROBERTA:** No início desse processo pode garantir alguma coisa,
2151 não garante não gente, porque nós não podemos nem dizer para ele que a vida dele
2152 pode continuar, dar essa expectativa do ponto de vista do CEAS porque nós nem
2153 sabemos direito, por exemplo, nós vamos mandar um conselheiro para um
2154 empreendimento que vai acontecer, é claro que nós vamos chegar lá, a posição do
2155 CEAS é dizer existe o conselho estadual, nós temos a prerrogativa de lei nesse
2156 aspecto, esse empreendimento vai ter que apresentar lá, e obvio que nós vamos
2157 estar vigilante a garantia de todos os direitos de vocês, agora a garantia de que vida
2158 pode continuar, que pode acontecer ou deixar de acontecer naquele exato momento
2159 tem nenhum conselheiro que pode dar essa garantia, nós podemos dar a garantia de
2160 que o CEAS existe como um órgão que está com a vigilância de garantir na
2161 perspectiva do plano, no aspecto da assistência social, garantir esses direitos né?
2162 Inclusive para aprovação daquele plano, aquele plano ele tem que vim carregado de
2163 todas as possibilidades para esse atingido fora disso esse conselho não pode
2164 garantir nem para mais nem para menos não, ai eu acho que a gente está
2165 confundindo um pouco, é muito importante e a gente sempre debateu aqui quando
2166 eles mandam os convites que a gente tem acesso, que a gente fala vamos lá para a
2167 gente ver como é que é até para saber que tipo de empreendimento a gente
2168 consegue perceber minimante alguns atores muitos conhecidos nessa área que
2169 participam dessas audiências, a gente percebe que vai ser bom, que vai dá conflito,
2170 dependendo da consultoria que eles contratam a gente já fala foi a consultoria tal que
2171 estava lá na audiência, ai a gente já começa a perceber, e claro que a gente tem
2172 uma visão naquela hora do nível de organização das comunidades, isso a gente
2173 mais ou menos tem, agora eu continuo insistindo é o seguinte, que tudo o que está
2174 sendo colocado aqui é de suma importância, o que nós não podemos é fazer uma
2175 resolução aonde nós mesmos não temos condições de cumprir gente entendeu?
2176 Uma coisa é a gente dizer cabe ao empreendedor... porque ai a gente vai pedir para
2177 ele fazer uma audiência pública específica do plano? É isso que está colocado ali?
2178 Se for isso, beleza, então nós vamos pedir o seguinte, se isso que está colocado lá
2179 falar antes que ele apresente ao CEAS cabe ao empreendedor fazer uma audiência
2180 pública e informar como a Lúcia deu sugestão a informação dessa data para
2181 apresentar para a população, ai é óbvio, se a gente tiver condição de ir ok, a gente
2182 se organiza e vai se não... agora dá para colocar que a gente tem que ter a garantia
2183 entendeu? Acho que ali tem que colocar informar o CEAS, pronto, e aqui a gente põe
2184 na discussão do ponto de vista do nosso planejamento o que que é possível a gente
2185 acompanhar ou não, pode ser assim? **MARCELO ARMANDO:** É isso mesmo viu
2186 Roberta, inclusive esse artigo nem existe na resolução atual. Quando a gente propôs
2187 isso é encima dessa linguagem final que você fez de ter essa proposta quando for
2188 apresentar o plano ele apresente o plano para a comunidade porque ele não
2189 apresenta o plano para a comunidade em momento algum, a discussão que se
2190 apresenta é a questão ambiental, quando vai fazer a audiência pública com a questão
2191 ambiental, e ai apresenta também alguns pontos do plano de assistência social, mais
2192 você fazer uma discussão com a comunidade do plano de assistência social que é

2193 no meu ponto de vista que mais interessa a eles, eu acho que algo que seria
2194 enriquecedor, agora se terá pernas ou não ai é uma discussão que o conselho tem
2195 que fazer. **ROBERTA:** Pega o microfone ai por favor. **CONSOLAÇÃO:** Só estou
2196 falando que o período que estava sendo proposto aqui na resolução da audiência já
2197 estava propondo na visita técnica, agora que eu estava lembrando, estava sendo
2198 proposto que quando fosse fazer a visita técnica ela fosse agendar a visita já iria
2199 solicitar audiência, só que colocou aqui até o prazo, que seria mais ou menos isso,
2200 que o prazo que ela tem de análise para marcar essa visita, que ai ela acompanharia
2201 tanto a técnica e talvez o conselheiro. **ROBERTA:** Sim, mais eu volto a insistir o
2202 seguinte os argumentos que nos foi dado para uma audiência pública prévia de
2203 apresentação é para evitar problemas, a gente está entendendo que a população
2204 precisa conhecer o plano que está vindo para cá, agora se for na visita técnica o leite
2205 já está derramado entendeu? Ai eu vou fazer audiência pública na hora da visita
2206 técnica, o plano já foi enviado aqui e está em vias de aprovação, ai o que que nós
2207 vamos fazer? Uma audiência pública e o CEAS é que vai... eles que vão apresentar
2208 lá com a presença do CEAS... sinceramente eu não entendi. **MARCELO**
2209 **ARMANDO:** Roberta o artigo terceiro ele fala que o empreendedor protocola no
2210 CEAS o PAS/BARRAGEM para análise, aprovação, então ele chega protocola aqui o
2211 documento, ao protocolar o documento cabe também a ele marcar uma audiência
2212 pública com a presença do CEAS, seja relator ou não, já está aqui, já é o artigo
2213 quatro, ele protocola aqui no conselho estadual e ao mesmo tempo ao protocolar...
2214 por isso que a gente já vai saber quem é o relator porque protocolou já sabe quem é
2215 o relator. **ROBERTA:** Mais isso está só na sua cabeça Marcelo, porque quando a
2216 pessoa for pegar ali para fazer ela não sabe o que que é, por exemplo, ali pela
2217 redação necessariamente não está nessa ordem que está na sua cabeça, porque ele
2218 pode apresentar o PAS aqui e já vim aqui e falar a minha audiência vai ser tal dia
2219 você está entendendo? É isso que nós estamos dizendo, o que que nós estamos
2220 querendo com essa audiência pública? Porque é isso que gente precisa
2221 compreender, porque a gente está introduzindo essa perspectiva de audiência
2222 pública para o PAS, agora a gente precisa saber o que a gente quer com ela, a gente
2223 quer que a população conheça o plano depois de pronto? ou a gente quer que na
2224 construção? se é na construção tem que ser antes daqui, você está entendendo? Eu
2225 preciso saber o quê que a gente quer com isso, se a gente quiser que essa audiência
2226 pública antecede a apresentação aqui então ela não pode vim nessa ordem,
2227 inclusive essa ordem que você colocou está errada porque ali não está bom não. E
2228 ai? **MARCELO ARMANDO:** Não, eu concordo **ROBERTA:** Pois é! Mas nós temos
2229 que mudar a redação **MARCELO ARMANDO:** Eu enquanto colaborador a ideia foi
2230 essa, antes de ser aprovar que passe pela audiência pública para a comunidade toda
2231 construir coletivamente o plano. **ROBERTA:** Então nós temos que encaixar uma
2232 redação é no artigo terceiro ao dizer assim o empreendedor deverá protocolar o
2233 plano ou após a audiência pública... que apresenta ele protocola, ai vai ter que ser
2234 tudo no artigo terceiro, vocês tem que achar uma redação para isso entendeu
2235 Rodrigo? Nós estamos fazendo a junção, a proposta que eu estou fazendo é de
2236 juntar o artigo terceiro e o artigo quarto, então é manter o artigo terceiro mais de
2237 forma alterada, porque nós vamos juntar o conteúdo. **LÚCIA:** Roberta eu acho assim
2238 o empreendedor poderá protocolar o plano após a realização de audiência pública.
2239 **ROBERTA:** Poderá, a gente não usa não **LÚCIA:** Não? **ROBERTA:** A gente usa
2240 deverá mesmo, porque poderá é pode ou não pode, ele fala assim não quero não, o
2241 verbo poderá em resolução não pode não **LÚCIA:** Não, mais era só para condicionar
2242 a audiência, então tem que ver outra forma mesmo **ROBERTA:** Entenderam?
2243 **ADRIANA:** A gente só perde nessa lógica a garantia de já ter a indicação do relator

2244 que pudesse acompanhar de fato né? Porque quando o Marcelo estava
2245 esclarecendo aqui ele estava falando o seguinte pensando nesse formato, a proposta
2246 era, no momento da audiência já haveria a indicação do relator **ROBERTA:** Eu sei
2247 Adriana, nós estamos sendo mais realista do que um rei **ADRIANA:** Eu sei Roberta,
2248 eu estou querendo ser realista também. O que eu estou querendo dizer é o seguinte,
2249 eu entendo esse ponto como importante Roberta na garantia de condições de
2250 monitoramento depois, é isso que eu estou falando, não é só por dizer que vamos
2251 auxiliar, é na garantia de direitos de monitoramento depois. Eu acho que vale a pena
2252 pensar, debruçar e tentar ver essa escrita se não haveria como esse procedimento
2253 ser de uma forma que garantisse que essa audiência aconteça em uma hora que
2254 você já tem a indicação? Realmente a gente não acha esse formato? **ROBERTA:**
2255 Pois é, eu estou defendendo exatamente por causa disso, primeiro Adriana é o
2256 seguinte, se a gente atrelar muito a questão do relator eu vou te dá dois riscos
2257 seríssimos que nós corremos aqui porque o relator por exemplo a gente sabe se o
2258 conselheiro relator não vem vai ser o suplente, se acontece alguma coisa com o
2259 suplente eu estou presa nessa questão. Eu vou dizer uma outra coisa, eu vou até
2260 sair da gravação tá? Gente é indicação do CEAS, pelo amor de Deus, o que eu estou
2261 querendo chamar a atenção é desagarrar de relato. Gente a Consolação está com
2262 uma sugestão de redação, vamos lá para ver se agrada os conselheiros
2263 **CONSOLAÇÃO:** Artigo terceiro seria um parágrafo único. O PAS/BARRAGEM
2264 deverá ser apresentado a população atingida em audiência pública, comprovado por
2265 meio de ata antes ser protocolado no CEAS. Seria um parágrafo único Marcelo no
2266 artigo terceiro pode ser? **ROBERTA:** Não! Ainda está faltando a participação do
2267 CEAS, precisa de participação do CEAS não? A informação gente, porque então tá,
2268 ele fez uma audiência, isso para eles não é difícil arrumar lista de presença lá...
2269 **VOLNEY:** Gente é obrigatoriedade da presença do CMAS na audiência pública
2270 **MARCELO ARMANDO:** Eu estou dizendo assim, obrigar o conselho municipal a
2271 participar da audiência pública não, mais que ele será convidado sim. **VOLNEY:**
2272 Marcelo eu acho admissível um conselho municipal na instalação de uma barragem
2273 no seu município ele não participar. **MARCELO ARMANDO:** Pois é mais que
2274 competência que o conselho... bom eu não sei, eu não sou conselheiro, mais eu
2275 acho que o conselho estadual ele não tem competência para obrigar um conselho
2276 municipal a participar da determinada coisa. **ROBERTA:** Nós temos que achar uma
2277 palavra, não é obrigar ele a participar não, mais a obrigatoriedade do convite nós
2278 podemos. Nós podemos falar assim, a audiência com a presença do conselho
2279 municipal, pronto. Agora volto a falar novamente, a sugestão que a Lúcia deu é o
2280 seguinte, em determinado momento ele vai ter que me informar que a ideia da
2281 audiência pública, o conselho precisa ser informado que vai ter audiência pública, se
2282 a gente definir que vamos participar ou não é outra discussão não é isso? Mais a
2283 gente precisa encaixar nessa redação que ele tem que apresentar para nós a data
2284 da audiência pública entendeu? **CONSOLAÇÃO:** Então eu fiz o seguinte Marcelo,
2285 parágrafo primeiro ficou o que eu tinha lido, o PAS/BARRAGEM deverá ser
2286 apresentado a população atingida em audiência pública, é comprovado por meio de
2287 ata antes de ser protocolado no CEAS. Parágrafo segundo: o CEAS e o CMAS ai
2288 põe do local do município atingido ou dos municípios atingidos, deverão ser
2289 comunicados vinte dias antes da realização da audiência pública para fins de
2290 participação, e ai entendeu? **ADRIANA:** Não, entendi não! Estou confusa, mais eu
2291 acho que vale a pena romper isso ai com segurança. Eu tinha entendido quando a
2292 gente falou da possibilidade da presença do CEAS eu tinha entendido duas coisas,
2293 que isso não era possível se fosse lá atrás na audiência pública inicial, porque é um
2294 calendário que a gente não ia conseguir acompanhar, e depois tinha entendido que

2295 era inviável já deixar indicado claramente a pessoa participar vinculando relatoria,
2296 esses dois pontos eu tinha entendido, partindo do princípio que não é a audiência
2297 pública inicial, é outra, é audiência pública para apresentação do PAS, então cai o
2298 número né? Então eu achei que essa história da gente não ter pernas era se fosse
2299 tratar da primeira audiência, e tinha entendido que ia manter a indicação do CEAS
2300 mais sem vincular relatoria. **ROBERTA:** Então, você entendeu perfeitamente, agora
2301 vê se você consegue compreender o que nós estamos propondo ali, veja bem, nós
2302 juntamos duas coisas, primeiro a compreensão desse colegiado teve me parece foi
2303 de que é necessário ter uma audiência pública para que apresente o PAS para a
2304 população entendeu? E essa apresentação antecede a apresentação dele aqui,
2305 como que ele vai comprovar? Ele vai comprovar com uma ata dessa audiência
2306 pública que está lá, no parágrafo segundo diz: O PAS/BARRAGEM deverá ser
2307 apresentado para a população atingida em audiência pública comprovada por meio
2308 de ata, depois vocês concertam o português ai. Artigo segundo: O CEAS e o CMAS
2309 dos municípios atingidos deverão ser comunicados com vinte dias antes da
2310 realização da referida audiência pública para fins de participação, entendeu o que
2311 nós juntamos? Entendeu Adriana? Gente então em vez de ser antes protocolar,
2312 porque não põe a palavra previamente? Depois vocês concertam ai **VOLNEY:** Só
2313 para ilustrar gente, eu não sei se vai enriquecer ou não, todas as audiências públicas
2314 normalmente são gravadas, então poderemos pensar na possibilidade que essa
2315 gravação nos seja enviado para depois diluir qualquer dúvida ou não, só para
2316 reflexão, porque todas as audiências são gravadas, então nós podemos também
2317 pedir até mesmo para gente tirar qualquer dúvida. Todas são gravadas, ata e
2318 gravação. **ROBERTA:** Gente eu só queria pedir para gente não exacerba um pouco,
2319 porque nós estamos partindo do princípio da desconfiança geral, então é como a
2320 gente cria-se todos os parâmetros e parágrafos aqui de tudo, sabendo que toda
2321 audiência pública ela é gravada qualquer necessidade que esse conselho tem ele
2322 manifesta da gravação, agora colocar isso na resolução a gente tem que tomar um
2323 pouco de cuidado porque se não daqui a pouco nós vamos revogar todos os artigos
2324 do código penal lá para dizer para o sujeito assim abre seu olho porque nós
2325 estamos... entendeu? Você me manda o xerox, CPF do povo, ai eu acho que a gente
2326 já entra em uma relação um pouco complicada. **ADRIANA:** Você perguntou se eu
2327 tinha entendido a fala, eu entendi a fala, eu só acho que continua frágil a questão da
2328 participação de fato do CEAS nesse momento. **ROBERTA:** Não continua não
2329 **ADRIANA:** Porque quer dizer que vai convidar, mais não vai dizer que a gente tem
2330 que ir não **ROBERTA:** Não, presta atenção. **ADRIANA:** É isso que eu acho que a
2331 gente está perdendo, não está não? **ROBERTA:** Não, pelo contrário, o que nós
2332 estamos incluindo aqui, olha que o nós ganhamos nessa resolução, primeiro não
2333 existia audiência pública, a gente inclui aqui, segundo ai nós estamos dizendo o
2334 seguinte ao incluir que ele tem que fazer para o PAS da assistência ele nos
2335 comunique com vinte dias, a prerrogativa de dizer se vai nós vamos participar ou não
2336 é nossa, o que a gente não quer é colocar isso como condição, nós estamos dizendo
2337 o CEAS e os CMAS dos municípios devem ser comunicados com vinte dias,
2338 comunicado pronto, agora se nós vamos participar ou não nós vamos deliberar aqui.
2339 **ADRIANA:** Pois é, mais não pode colocar isso como condição não? **ROBERTA:**
2340 Como o que? **ADRIANA:** A gente vai ter que deliberar isso aqui sempre?
2341 **ROBERTA:** Que isso! **ADRIANA:** Pois é, é isso que eu estou falando, volto ao
2342 argumento das pernas. O que eu tinha entendido é que a gente não tinha pernas
2343 para participar da audiência que fosse a primeira, porque são várias que não vão a
2344 frente, que não vira PAS, mais as que virão PAS são provavelmente as que a gente
2345 vai acompanhar não é não? **ROBERTA:** Gente é isso mesmo, ela continua mantida,

2346 por isso que a gente não colocou, veja a redação como ela estava no início, no início
2347 ela estava colocando como a condição, aqui encima não é condição, aqui ele só me
2348 comunica, porque se a gente vai participar ou não é outra discussão, porque aqui em
2349 baixo ela está como condição, ela está dizendo assim, que tem que ser inclusive com
2350 o relator entendeu? Para informar a data com a presença do CEAS, ali eu estou
2351 dizendo o CEAS deve ser comunicado, agora eu de fato tiraria para fins de
2352 participação, porque para mim morreria a audiência pública, não tem de fins de
2353 participação não, para que por isso? **RONALDO:** Eu entendi nessa redação, até
2354 lendo o contrário para fins de participação deve ser comunicado com vinte dias,
2355 então isso quer dizer se foi feito a comunicação com vinte dias eles contariam com
2356 essa participação, eu entendo que estaria obrigado. **ROBERTA:** Ok? Então fica ali
2357 que deve ser comunicado com vinte dias a realização da audiência, agora ali, só uma
2358 pergunta tá gente, precisa colocar a comunicação da audiência indicando local, data
2359 e tudo? Não precisa não né? Então tá! Eu posso falar, eu vou fazer a audiência dia
2360 vinte, pronto, vocês estão me pedindo para comunicar entendeu? Eu estou
2361 comunicando, é isso que eu estou falando. **LÚCIA:** Se ele fizer esse tipo de
2362 comunicação ai nós já vamos armados até os dentes para analisar a proposta dele
2363 também. **DIEGO:** É só uma dúvida, em relação a participação do CEAS nessa
2364 audiência se for possível estar lá, o que o CEAS vai se fazer ao estar nessa
2365 audiência? Só como ouvinte? E a outra pergunta é em relação aos protocolos dos
2366 PAS que são protocolados no CEAS, isso está ocorrendo bastante? Outra dúvida.
2367 **ROBERTA:** É porque ele é novato gente, nós temos quantos empreendimentos aqui
2368 por favor? **ROBERTA:** 138 empreendimentos que já entraram com os seus planos
2369 aqui, ai tem uma lei específica Diego que fala sobre isso, então não é todo mundo
2370 que tem que entrar com PAS aqui não, é só quem vai fazer usina hidrelétrica, igual
2371 àquela que eu fui lá na audiência, aquela lá de Salto da Divisa só não entrou aqui
2372 porque ela estava com dois Estados que são Bahia e Minas Gerais, nesse caso essa
2373 obrigação é do IBAMA que é o federal, mais quando é no Estado de Minas Gerais
2374 tem que entrar com o PAS aqui quem vai fazer usina, essa era a primeira pergunta, e
2375 a segunda, a gente não vai como ouvinte porque nós temos uma prerrogativa legal
2376 do papel do CEAS nesse ai, então nós não vamos como ouvinte não. Mais alguma
2377 coisa gente? Então completa aos conselheiros o artigo terceiro e esses dois
2378 parágrafos? **HERMELLIS:** No artigo terceiro eu estou achando meio confuso quando
2379 fala o empreendedor deverá protocolar no CEAS o PAS/BARRAGEM, objeto de
2380 análise para a aprovação impresso e digitalizado e anexar o documento. Esse objeto
2381 de análise não poderia vim no final? **ROBERTA:** Como é que é? **HERMELLIS:** É
2382 porque eu estou achando confuso essa redação **ROBERTA:** É, porque se ele
2383 apresentar aqui para outro objetivo está danado não está meu amigo? É Difícil! Você
2384 tem toda a razão. **ROBERTA:** O empreendedor deverá protocolar no CEAS o
2385 PAS/BARRAGEM, impresso, digitalizado e anexar o documento de arrecadação...
2386 Não gente! É porque ele tem razão, eu também erro nos portugueses da vida, gente
2387 tanto faz, não vamos nos prender em anexar ou em anexo ali não senão a gente vai
2388 ficar aqui também. Porque que eu estou repetindo a lei de novo? É o que Marcelo
2389 falou, pra quê que... **CONSOLAÇÃO:** Essa lei 15. 002 ela alterou a 12.812 e ela que
2390 trouxe a DAE, ali ela fala a unidade, porque na hora que a gente fala tem que pagar
2391 DAE ele vai até a lei, lá fala quantas unidades que tem que ser paga e a forma do
2392 pagamento, é nesse sentido a referência. **ROBERTA:** Ok então deleta o artigo
2393 quarto que sugerido? Contempla a comissão? Pergunto a comissão. **RODRIGO:** Ok
2394 **ROBERTA:** Ok? Então vamos para o artigo cinco agora, o que? **RODRIGO:** Suprimir
2395 o artigo da Denise, mesma redação. O artigo quinto se torna então o artigo quarto, a
2396 proposta de alteração é no parágrafo primeiro. A documentação referida no caput

2397 deverá ser entrega digitalizada e impressa, proposta da comissão de normas
2398 parágrafo primeiro: A documentação referida no caput deverá ser entrega,
2399 digitalizada e impressa ao CMAS em até cinco dias úteis após o protocolo no
2400 CEAS/MG. **CONSOLAÇÃO:** Você vai ter que ler o caput para entender o que se
2401 refere **RODRIGO:** Artigo quinto: O PAS/BARRAGEM bem como os documentos
2402 relativos a ele protocolados no CEAS deverão ter cópias entregues pelo
2403 empreendedor aos CMAS dos municípios atingidos **ROBERTA:** Qual que é a
2404 sugestão gente em relação ao caput? Qual que é a alteração? **ADRIANA:** Na
2405 anterior não tinha o prazo pré-estabelecido, e agora na nova proposta coloca como
2406 prazo cinco dias úteis após protocolar no CEAS, então ele entregou aqui, daqui cinco
2407 dias tem que entregar no conselho municipal de assistência social **RODRIGO:**
2408 Podemos ir? Parágrafo segundo: As observações, contribuições, denúncias e
2409 indagações feitas pelo CMAS com relação aos documentos mencionados no caput
2410 deverão ser por esses encaminhados ao CEAS. **ROBERTA:** Eu continuo achando
2411 confuso, na mesma forma que nós estamos regulando para orientar o empreendedor
2412 em relação ao PAS, nós também já estamos regulando o que CMAS tem que fazer,
2413 nós estamos dizendo lá que o CMAS depois de ter recebido ai ele vai fazer e mandar
2414 para nós, não é isso? Você está entendendo? E o empreendedor por si só a única
2415 referência que ele tem é conosco, é isso que a gente precisa compreender também,
2416 além disso o empreendedor entrega o PAS no conselho estadual, porque a gente
2417 entender fazer controle social tem toda uma relação com o conselho municipal, daqui
2418 a gente manda para lá e que a gente trabalha toda a questão de denúncia, agora eu
2419 não fico pensando se o empreendedor ele tem que mandar para lá, nós estamos
2420 regulando isso, e ai de lá vem todas as observações que aqui também vão passar
2421 por análises e por tudo, porque ele vai ter duas vertentes, ele vai ser analisado lá e
2422 vai ser analisado aqui. **CONSOLAÇÃO:** Isso já é feito, nós só estamos tentando
2423 melhorar a redação do ponto e prazo. Hoje já funciona dessa forma. **ROBERTA:** Não
2424 dá forma da resolução gente **CONSOLAÇÃO:** Essa forma aqui que está lá em
2425 amarelo é o que já estar na resolução, a proposta da comissão vem abaixo, inclusive
2426 que ele nem leu, aquele artigo primeiro, parágrafo primeiro já são da resolução, e os
2427 dois em amarelos seguintes ali parágrafo segundo e terceiro também já constam na
2428 resolução, ai existe a proposta de alteração do primeiro que é a inclusão do prazo,
2429 do segundo e do terceiro melhorando a redação, então já existia. **ROBERTA:** Deixa
2430 eu só compreender, o que está de amarelo é sugestão? Ou que está de amarelo... é
2431 isso que eu também não estou entendendo. **RODRIGO:** É a original o que está de
2432 amarelo **ROBERTA:** Amarelo é a original? **ROBERTA:** E lá em baixo? **RODRIGO:**
2433 Vem a sugestão de alteração. **ROBERTA:** Mais é porque ela acabou de falar o que
2434 estava alterando era o prazo. **GERALDA:** Eu queria um pouquinho de
2435 esclarecimento sobre isso Roberta, porque quando eu recebi a resolução eu li e até
2436 mandei uma sugestão que não está ali, porque eu entendi o seguinte, o
2437 empreendedor após todo o processo vai fazer o protocolo no CEAS, depois de
2438 protocolar no CEAS ele vai lá e protocola no CMAS, depois do CMAS ele vem cá no
2439 CEAS de novo para comprovar, eu até mandei uma sugestão alterando isso, bom no
2440 meu entendimento por isso eu quero esclarecimento se estou entendendo certo,
2441 porque agora eu estou vendo de outra forma depois da sua fala, eu até sugeri que
2442 ele protocolasse no CMAS primeiro e quando ele fosse protocolar aqui ele só
2443 trouxesse um comprovante que protocolou lá entendeu? Porque ele está fazendo
2444 dois caminhos ai, eu queria um esclarecimento sobre isso porque eu estou vendo
2445 agora pela sua fala de outra forma. **RODRIGO:** Vamos fazer de novo para ficar
2446 claro? Porque depende da leitura da original para gente entender o que tem em
2447 baixo, talvez contemple aquilo que está querendo esclarecimento. **CONSOLAÇÃO:**

2448 O que está em amarelo gente é porque foi marcado daquilo que tem mais de uma
2449 contribuição, ou seja, vai ter a proposta da comissão e mais a proposta da
2450 conselheira Denise, é porque no primeiro momento a gente só ia passar por essas,
2451 só isso. **ROBERTA:** Eu sei, eu estou entendendo, mais eu tinha perguntado o que
2452 está de amarelo? Vocês falaram o que está de amarelo é o original entendeu? E na
2453 verdade a legenda é outra, eu não consigo entender. **RODRIGO:** Então vamos lá!
2454 Original, parágrafo segundo: As observações, contribuições, denúncias e indagações
2455 feitas pelo CMAS com relação os documentos mencionados no caput deverão ser
2456 por esses encaminhados ao CEAS. Parágrafo terceiro: O empreendedor deverá
2457 comprovar a entrega do PAS/BARRAGEM no CMAS. **ROBERTA:** Pois é, aí são
2458 coisas bem distintas, vocês estão vendo? Uma coisa é o CMAS mandar as
2459 denúncias e indagações para gente, isso é uma coisa, que é o que já vem
2460 mandando, a outra coisa é o empreendedor ter que entregar o PAS/BARRAGEM lá,
2461 são duas coisas distintas não é isso? **RODRIGO:** Isso **ROBERTA:** Tá, vamos lá!
2462 **RODRIGO:** Proposta da comissão de normas parágrafo segundo: O empreendedor
2463 deverá comprovar a entrega do PAS/BARRAGEM no CMAS e ao CEAS/MG.
2464 Parágrafo terceiro: As observações, contribuições, denúncias e indagações feitas
2465 pelo CMAS com relação aos documentos mencionados no caput deverão ser por
2466 esses encaminhados ao CEAS. Proposta da conselheira Denise, parágrafo
2467 segundo... **ROBERTA:** Pois é, o que que alterou desse parágrafo para o outro?
2468 **RODRIGO:** O parágrafo segundo a gente transferiu ele para o parágrafo terceiro, e o
2469 parágrafo terceiro a gente transferiu ele para o parágrafo segundo, mudando a
2470 ordem da forma de como comprovar a entrega. Proposta da Denise parágrafo
2471 segundo: O empreendedor deverá comprovar ao CEAS/MG a entrega do
2472 PAS/BARRAGEM ao CMAS. Parágrafo terceiro: As observações, contribuições,
2473 denúncias e indagações feitas pelo CMAS com relação aos documentos
2474 mencionados no caput deverão ser por esses encaminhados ao CEAS. Proposta da
2475 Maria Geralda da secretaria de educação: para a agilidade do processo o
2476 empreendedor poderia protocolar no CMAS primeiro e o comprovante fazer parte da
2477 documentação a ser entregue no CEAS, evitando uma volta ao CEAS para
2478 apresentar o protocolo ao CMAS. **MARCELO ARMANDO:** Eu vou fazer uma reflexão
2479 do artigo quinto como um todo, primeira coisa, a sua proposta eu fico pensando aqui
2480 está inviável, porque primeiro ele tem que ser protocolado aqui no conselho estadual,
2481 porque pela lei tem que ser protocolado aqui, por isso eu falei que seria inviável,
2482 primeiro protocola aqui no conselho estadual, depois que protocolou no conselho
2483 estadual na resolução atual a gente já vai pôr observações, contribuições, e no
2484 parágrafo terceiro é que fala da devolução ao conselho municipal, então a gente só
2485 fez essa inversão para dar uma sequência, ou seja, primeiro ele protocola no
2486 conselho estadual, depois ele tem cinco dias úteis para protocolar no CMAS, tem até
2487 cinco dias úteis após protocolo no CEAS, depois ele entrega o PAS no CMAS ao
2488 CEAS e depois ele comprova que ele entregou, olha, artigo quinto: O
2489 PAS/BARRAGEM com os documentos relativos a ele no CEAS deverão ter cópias
2490 entregues pelo empreendedor aos conselhos municipais nos municípios atingidos,
2491 então ele vai entregar as cópias lá para o conselho municipal, a documentação
2492 referida no caput deverão ser entregues, digitalizadas e impressa ao conselho
2493 municipal em cinco dias úteis, ou seja, nós estamos colocando um prazo para que
2494 ele possa entregar, porque ficava muito solto, logo após ele comprovar que ele
2495 entregou em cinco dias úteis ele comprova que ele protocolou no CEAS o
2496 PAS/BARRAGEM ao conselho municipal, para depois disso o conselho municipal
2497 verificar encima das indagações, as observações, contribuições e denúncias para
2498 poder se tiver encaminhar para o CEAS, só houve uma inversão. **ROBERTA:** Eu

2499 entendi, agora ficou claro o seguinte, vocês inverteram os parágrafos por questão de
2500 ordem e estabeleceram um prazo para que ele encaminhe para o conselho
2501 municipal, pronto, essa é a proposta da comissão tá gente? As outras sugestões,
2502 primeiro a da Maria Geralda, supressão, por favor faça a supressão lá da Maria
2503 Geralda, ai ficou a da Denise que fala assim, o empreendedor deverá comprovar ao
2504 CEAS a entrega do PAS no CMAS... então gente, é só acrescentar **VOZES AO**
2505 **FUNDO ROBERTA:** O empreendedor deverá comprovar a entrega do PAS no
2506 CMAS ao CEAS. O empreendedor deverá comprovar ao CEAS a entrega do PAS...
2507 nossa, então tá. **VOZES AO FUNDO ROBERTA:** Então optamos pela redação da
2508 Denise gente? É isso? **VOLNEY:** No parágrafo terceiro, as observações,
2509 contribuições, denúncias e indagações feitas pelo CMAS com relação aos
2510 documentos mencionados no caput deverão ser por esses encaminhadas ao CEAS.
2511 Eu queria sugerir que sejam encaminhadas também ao empreendedor, porquê de
2512 repente um problema que ele já soluciona. **ROBERTA:** Nossa senhora, ai nós vamos
2513 dar um embaralhada nesse trem. A minha sugestão é estabelecer o período ai
2514 também, porque se não vai ficar de... entendeu? Eu estou falando o seguinte, se ela
2515 chegou hoje, eu encaminhei para o CEAS dois meses depois... a minha perspectiva
2516 é nesse aspecto, qualquer que seja o questionamento, uma vez o conselho municipal
2517 tomou conhecimento ele tem prazo de x dias para comunicar ao conselho estadual, a
2518 minha observação é nesse aspecto entendeu? Porque senão nós vamos receber
2519 denúncia aqui que chegou no conselho um mês depois, um ano depois ele resolve
2520 fazer indagação, mais o tão logo é em um período no máximo de vinte dias, trinta
2521 dias. Eu acho que a gente tem que estabelecer um prazo para conselho municipal
2522 enviar para cá em prazo de vinte dias tão logo ele toma conhecimento do assunto
2523 entendeu? **CONSOLAÇÃO:** A contribuição é quando ela ficar pronta, eu não posso
2524 falar que imediatamente, tão logo tome ciência, isso cabe para as denúncias, porque
2525 em verdade indagação e contribuição ele vem em alguns momentos. **ROBERTA:**
2526 Pois é, mais ai que é o relativo nosso, porque por exemplo, vamos supor
2527 Consolação, ele recebeu o plano lá, se ele fala eu tenho vinte dias para eu poder me
2528 pronunciar sobre ele? É um prazo. **CONSOLAÇÃO:** Perfeito, mais o que eu estou
2529 dizendo é se for fazer isso eu vou ter que dividir, a contribuição, indagação é uma
2530 coisa e denúncias imediatas. **ROBERTA:** Não, por exemplo indagação, então ele vai
2531 ficar a vida toda me mandando indagação? **CONSOLAÇÃO:** Isso eu coloco um
2532 prazo igual você falou, recebeu o plano, ele tem um tempo para suas manifestações
2533 quando recebimento dos documentos para ciência e análise, pronto, ai eu teria que
2534 fazer um novo, é isso que eu estou falando, vou ter que fazer um novo parágrafo, as
2535 denúncias eu tenho que separar, porque a denúncia não é um prazo de dez dias,
2536 quinze dias, elas são denúncias, tão logo tenho ciência de uma denúncia de ser
2537 encaminhada imediatamente para o conselho **ROBERTA:** Ai que vem a diferença, eu
2538 posso falar em até vinte dias, em até trinta dias, ai esse diferencial Consolação não é
2539 para cada coisa não, o diferencial que eu quero dizer é o seguinte, todo esse
2540 questionamento para que a gente tenha essa informação você pode falar até trinta
2541 dias, até vinte dias, não interessa, até o dia que ele tomou conhecimento, ele tomou
2542 conhecimento de uma denúncia ele tem até vinte dias para me falar, ele pode falar
2543 no dia seguinte, eu estou falando até. **CONSOLAÇÃO:** Você tem razão, só que
2544 denúncia é tomei conhecimento, contribuição e indagação é elaboração mediante
2545 **ROBERTA:** Não interessa! **ADRIANA:** Licença Roberta, na redação ali a gente fala
2546 de contribuição em relação a documentação que foi entregue. **ROBERTA:** Claro!
2547 **ADRIANA:** Ai eu acho que é uma coisa, mais eu também concordo com a
2548 Consolação que então a gente tem que fazer um outro para falar de denúncia porque
2549 ai não é em relação... a impressão que fica para eu ler do jeito que está colocando é

2550 que eu recebi aquela documentação toda, nem os pareceres, etc. vão ser encima
2551 daquela documentação que eu li, agora no processo vários momentos de denúncias,
2552 de dúvidas podem ocorrer, então a sugestão da Consolação que eu estou
2553 concordando é dividir para ficar bem claro, quanto a apresentação do material e em
2554 relação ao material que foi posto você tem um prazo de vinte dias para dizer olha
2555 esse material aqui está confuso, tem que denunciar, agora um outro parágrafo que
2556 diz denuncia, dúvidas que ocorram no processo ai tem que ser enviado com outro
2557 tratamento. Eu acho que deixar as duas condições no mesmo parágrafo, é isso
2558 Consolação? Eu acho que fica confuso a interpretação, eu acho que seria
2559 enriquecedor separar em dois parágrafos para ficar bem claro, com relação a
2560 documentação recebida o conselho municipal de assistência social tem um prazo de
2561 vinte dias para apresentar parecer, denúncia, etc. agora quanto aos questionamentos
2562 que ocorrem no decorrer do PAS ai a proposta é outra, isso que eu quero saber.
2563 **ROBERTA:** Mais ai você só separou indagação porque você colocou tudo no mesmo
2564 balaio. O que que nós estamos querendo na indagação? O que que é indagação
2565 gente? Olha a palavra que a gente usa também, indagação em documento, o que
2566 que é indagação? Você está entendendo? A gente usa determinadas palavras que
2567 depois nem a gente sabe o que é, a gente não sabe quantificar nem mensurar, nós
2568 estamos falando em relação aos documentos que tem que entregar, contribuição
2569 está claro, o cara vai ler e vai dizer assim minhas contribuições são essas, denúncia
2570 ela vai correr no processo como um todo então eu não posso falar, ai vem
2571 indagações, o que que é indagações pelo amor de Deus? O questionamento em
2572 relação a documentação que entreguei, eu continuo dizendo se eu estou falando em
2573 relação a documentação eu posso dar a ele vinte dias, trinta dias, o que eu quiser
2574 não é isso? **ADRIANA:** Isso está claro, agora o que nós estamos querendo é dividir a
2575 questão das denúncias que podem ocorrer depois desse prazo de entrega, não é
2576 isso Consolação? **ROBERTA:** Mas nós estamos dizendo que é no momento que ele
2577 toma conhecimento, porque inclusive a denúncia gente não está referente a
2578 documentação, porque nós estamos misturando denúncia da documentação e
2579 denúncia que ocorre no processo **ADRIANA:** Mais é só dividir Roberta para ficar
2580 mais fácil **ROBERTA:** Mais ali está falando denúncia da documentação, nós estamos
2581 falando da documentação, denúncia, indagação, ainda fala questionamento e uma
2582 porção de coisas. **ADRIANA:** Mais a sugestão é para a gente dividir
2583 **CONSOLAÇÃO:** Eu tenho uma proposta de redação, permanecer o parágrafo
2584 terceiro das observações, contribuições, indagações feitas pelos conselhos
2585 municipais, ai vai até o final, no prazo de vinte dias. Parágrafo quarto: As denúncias
2586 recebidas no CMAS ou por eles levantadas deverão ser encaminhadas e tão logo
2587 tomam conhecimento. **ROBERTA:** Gente mais volto a insistir isso tem a ver com o
2588 processo da implantação do PAS como um todo, não é da documentação, nós
2589 estamos falando desse parágrafo, tem a ver com a documentação que é o caput, o
2590 parágrafo fala com a essência da documentação pelo amor de Deus! Ou eu crio um
2591 parágrafo dizendo nós casos de denúncias eles devam... por isso é artigo, no meu
2592 entendimento é isso, eu não concordo com essa palavra indagação, o que que
2593 indagação em uma documentação gente? Não sei, eu estou perguntando, se é
2594 contribuições, se é dúvidas, é isso? **RONALDO:** Ainda sim eu entendo que deve ter
2595 o prazo porque tão logo ou imediatamente é muito relativo. **CONSOLAÇÃO:** Vai ter o
2596 prazo **ROBERTA:** E ai fica com o prazo, eu falei vinte dias, mais eu não sei se vinte
2597 dias seriam suficientes Nós estamos falando de documentação que ele entrega para
2598 o CMAS, e a denúncia não é parágrafo, nós vamos ter que criar um artigo sobre
2599 denúncia está entendendo Marcelo? Porque o parágrafo não tem a ver com o caput?
2600 Então é denúncia viu Rosa, não é parágrafo ali, ou a gente cria um artigo para falar

2601 de denúncia que eu acho que até pode ser nas disposições gerais, não precisa
2602 necessariamente ser um artigo solto entendeu? Nas disposições gerais a gente pode
2603 pôr o artigo da denúncia porque senão ele entra solto sem contexto.
2604 **CONSOLAÇÃO:** Então fica um artigo, ai depois a gente vê a ordem dele como a
2605 Roberta bem disse, eu tinha posto aqui quinto mais ela falou que pode ser nas
2606 disposições gerais mais ficariam assim, as denúncias recebidas pelos conselhos
2607 municipais ou por eles levantados relativos ao empreendimento deverão ser
2608 encaminhadas até dias após o conhecimento. **ROBERTA:** A minha sugestão é que
2609 tire empreendimento, é em relativo ao PAS, eu posso ter uma denúncia que não seja
2610 do empreendimento, nós estamos monitorando é o PAS, as denúncias relativas ao
2611 PAS entendeu? Seja de quem for, depois você copia, volta lá só para gente ver como
2612 é que ficou Rodrigo, por favor Rosa você que redigiu pega ai para nós, pedi o
2613 microfone por favor ai gente. **ROSA:** A partir do artigo quinto então, o
2614 PAS/BARRAGEM bem como os documentos relativos a ele protocolados no CEAS
2615 deverão ter cópias entregues pelo empreendedor ao CMAS dos municípios atingidos.
2616 Parágrafo primeiro: A documentação referida no caput deverá ser entregue
2617 digitalizada, impressa ao CMAS em até cinco dias úteis após o protocolo do CEAS.
2618 Parágrafo segundo: O empreendedor deverá comprovar a entrega do
2619 PAS/BARRAGEM no CMAS. Terceiro: As observações, contribuições e dúvidas do
2620 CMAS com relação os documentos mencionados no caput deverão ser por esses
2621 encaminhados ao CEAS no prazo de vinte dias. Eu queria só acrescentar Roberta eu
2622 não sei se tem a ver com essa questão, nós temos uma resolução de denúncia no
2623 CEAS que é interno, não tem a ver só com o PAS/BARRAGEM, que dá o prazo de
2624 vinte dias para qualquer tipo de pronunciamento, aí eu queria sugerir que de vinte
2625 seja trinta para gente começar a apuração. **CONSOLAÇÃO:** Isso é outra coisa Rosa,
2626 nós estamos falando de apresentação da denúncia. **ROSA:** Então eu vou mudar a
2627 minha fala, trinta dias para que o conselho municipal possa ter uma plenária, trinta
2628 dias eu acho que é um prazo mais adequado do que vinte dias. **ROBERTA:** O que
2629 ela fala procede sim, porque se nós temos uma resolução que trata de denúncia ela
2630 entra como um todo, a não ser que nessa resolução tenha dito exceto os casos de
2631 PAS/BARRAGEM. **ROSA:** Não **ROBERTA:** Se não disse, denúncia é denúncia,
2632 então se ela regula denúncia o que nós estamos dizendo aqui é o seguinte... **ROSA:**
2633 Refazendo, eu acho que os trinta dias é um prazo adequado para que o conselho
2634 municipal possa ter uma reunião em plenária e possa encaminhar para gente alguma
2635 coisa, trinta dias eu acho que é um prazo mais adequado, não? **CONSOLAÇÃO:**
2636 Não é isso Rosa, é porque lá é para manifestação do conselho, aqui ele recebe as
2637 vezes uma denúncia, vamos falar que é exploração de uma criança e adolescente,
2638 eu vou esperar trinta dias para o conselho estadual ficar sabendo? É isso, aqui é
2639 para que ele mande a denúncia ao conselho estadual, é isso que nós estamos
2640 falando. **ADRIANA:** Mais não é denúncia Consolação que nós estamos falando
2641 **ROSA:** Não, aqui não é denúncia, são as observações, contribuições e dúvidas
2642 Consolação. **ROBERTA:** Gente estão vendo como é dúvida para nós? Porque o que
2643 nós fizemos ali foi tirar denúncia da documentação, pronto, denúncia saiu fora, mais
2644 ai ela lembrou, ela foi o seguinte, em relação a manifestação do CMAS, em relação
2645 aos documentos que foram entregues lá ele está dizendo vamos passar para trinta
2646 dias, entendendo que pode ser que ele precise fazer uma plenária para ele poder
2647 manifestar? Corretíssimo, então tira vinte e passa para trinta, não tem problema
2648 nenhum ok? É trinta dias após o recebimento lá não é isso? Está subtendido que é
2649 isso né? Veja bem gente, só para clarear para os conselheiros aqui, nós estamos
2650 dizendo que o conselho municipal recebe o PAS lá, o empreendedor vem e protocola
2651 aqui, depois ele tem cinco dias para protocolar lá, ao receber esse PAS ele tem até

2652 trinta dias para se manifestar, é isso que nós estamos dizendo? Manifestar com
2653 contribuição, com dúvidas, com sugestão, ou que ele entender que deva ser
2654 colocado, é isso? Está claro gente? Fechamos? **MARCELO ARMANDO:** A finalidade
2655 do prazo de trinta dias é porque a necessidade da avaliação técnica posteriormente
2656 era trabalhar encima dessas contribuições? É nesse sentido? **ROBERTA:** Deixa eu
2657 defender porque eu que pedi os dias lá, deixa eu falar, o que que eu estou
2658 entendendo Marcelo, ele protocolou o PAS aqui ai nós mandamos para ele lá, de o
2659 conselho ficar dois, três meses com esse PAS lá tanto não pode acontecer nada
2660 como também pode acontecer de tudo correto? Se ele estiver funcionando, ele
2661 tomou posse desse PAS e ela fala assim gente eu gostaria que entra-se isso, ele vai
2662 mandar para nós aqui gente poder agregar essa análise e obviamente a hora que
2663 tiver a análise que a equipe técnica for lá ela pode dizer inclusive nós recebemos
2664 essas sugestões suas, o que a gente pode fazer? Entendeu? Isso é uma forma
2665 inclusive da gente escutar o conselho municipal, porque nós não estamos mandando
2666 o plano para lá? Se a gente também não estabelece isso pouco interessa se ele
2667 recebeu, deixou de receber, se ele engavetou ou se não engavetou, agora o que a
2668 gente está dizendo para ele é que em um prazo de trinta dias ele manifeste sobre
2669 aquilo. **MARCELO ARMANDO:** Legal. Chegou o PAS aqui, a visita técnica é
2670 realizada em qual período? Entendeu? Porque senão o prazo de trinta dias pode ser
2671 muito ou pouco. **ROBERTA:** Não gente, eu continuo insistindo que uma coisa não
2672 inviabiliza a outra **MARCELO ARMANDO:** Se ela contribui **ROBERTA:** Deixa eu só
2673 colocar, eu estou dizendo o seguinte, isso é uma questão de ajuste, por exemplo, se
2674 chegou o PAS aqui nós temos que fazer a visita técnica e ela sabe o conselho tem
2675 trinta dias para manifestar, gente nós estamos dizendo ali, o conselho municipal tem
2676 trinta dias para manifestar, o plano entrou aqui em dez dias, dificilmente a gente
2677 marca para semana seguinte, mais suponhamos que tem a necessidade, por alguma
2678 coisa achou que deveria marcar para semana seguinte, aí é outra estratégia, ela vai
2679 dizer embora vocês estarem nos trinta dias então eu estou indo para ai, gostaria de
2680 até saber se vocês já discutiu... ah, nós vamos fazer a plenária, vai ser dia tal, ela
2681 fala beleza, eu vou até participar da plenária, isso é uma questão de arranjo, o que a
2682 gente quer evitar ali é que mande para lá e ele fica solto, e ai ele fica dois, quatro,
2683 cinco meses e ele nem toma conhecimento, depois na hora que a gente vai ver as
2684 denúncias lá na frente o empreendedor fala eu apresentei lá, está aqui o protocolo, e
2685 o conselho é uma forma de envolve-lo, por isso a ideia do prazo é nessa perspectiva,
2686 o que não significa se em trinta dias ele não manifestar as coisas continuam
2687 ocorrendo aqui normalmente, isso não está atrelado, a manifestação dele e o
2688 procedimento da análise dele aqui, até porque a lei nós jamais podemos inviabilizar
2689 isso porque ele pode entrar com um mandato aqui e dizer não tem nada a ver com o
2690 conselho municipal, tem a ver com vocês, a lei disse que eu tenho que apresentar
2691 aqui agora se vocês fizeram mais arranjos para lá não pode inviabilizar os sessenta
2692 dias que a gente tem que dará resposta para o empreendedor. **MARCELO**
2693 **ARMANDO:** Então tá. Então é por isso que outra preocupação me veio aqui neste
2694 momento, o artigo primeiro fala de conteúdo e elaboração dos planos, o que que
2695 esse tema tem a ver com o conteúdo e elaboração de plano? **ROBERTA:** Eu fiz essa
2696 pergunta no miúdo **MARCELO ARMADO:** Roberta eu estou falando isso é porque na
2697 reunião da nossa comissão no dia que a gente reuniu lá a gente fez uma discussão
2698 nesse sentido, não foi isso companheiro? **ROBERTA:** É muito simples, para atender
2699 isso... **MARCELO ARMANDO:** Não, o argumento até pode ter sido outro, porque as
2700 discussões agora inovaram né? **ROBERTA:** Não, nós não estamos inovando a
2701 discussão, nós estamos discutindo encima do que vocês propuseram ali **MARCELO**
2702 **ARMANDO:** Encima do que nós debatemos na reunião **ROBERTA:** Nós estamos

2703 discutindo encima do que está ai, e nesse aspecto a gente pode simplesmente
2704 acrescentar lá elaboração e diretrizes, pronto, entendeu? Porque se isso para nós é
2705 importante acrescenta a palavra diretriz lá encima, para além de conteúdo põe
2706 conteúdo e diretrizes, ou pode ser determina diretrizes e conteúdo entendeu? ok?
2707 Então continuaremos os barcos ai, voltamos lá. **RODRIGO:** Artigo sexto agora
2708 **ROBERTA:** Conseguiu ai Rosa? Fica bem atenta para gente não perder e na hora
2709 de publicar, publicar errado. Então vamos lá Rodrigo? **RODRIGO:** Artigo sexto
2710 alteração na letra g, informação da destinação gerado pelo empreendimento. A
2711 proposta da comissão é a supressão da letra g. **ROBERTA:** Pois é, mais é só para
2712 gente entender, a letra g está vinculada ao que? Porque assim solto a gente não
2713 consegue entender. **RODRIGO:** Contextualizando então o artigo sexto, o PAS
2714 deverá apresentar estruturalmente os seguintes itens contextualização do
2715 empreendimento contendo: identificação do local, rio, comitê de bacia hidrográfica,
2716 municípios e regional da superintendência regional do meio ambiente SUPRAM e
2717 indicação do empreendedor, nome, endereço, contato telefônico e e-mail, letra c:
2718 caracterização do empreendimento, histórico, potência da obra e valores destinados
2719 a cobrir os impactos gerados, letra d: informação da mão-de-obra necessária, sua
2720 respectiva qualificação e cronograma da obra, letra e: relacionamento da área total a
2721 ser atingida especificando alargamento APP, canteiro de obra, sistema de
2722 transmissão, perímetro e cumprimento do reservatório, altura da barragem, letra f:
2723 informação do número total dos atingidos especificando proprietários, trabalhadores,
2724 outros e famílias residentes na propriedade, número de propriedade atingidas e o
2725 número de pessoas, famílias atingidas diretamente e indiretos, e a letra g que a
2726 gente sugere a supressão é informação da destinação do produto gerado pelo
2727 empreendimento, a comissão faz a proposta se supressão da letra g. **LÚCIA:** Porque
2728 a supressão? **VOLNEY:** Posso falar Rodrigo? **RODRIGO:** Pode **VOLNEY:** É por
2729 exemplo, um produto gerado pela usina muitas vezes é para alimentar uma própria
2730 fábrica, ou muitas vezes ela pode liberar a energia para vender para o município, e
2731 por muitas vezes para realimentar o sistema nacional de energia, eu acho que isso
2732 para gente é um pouco relevante, nós tivemos esse entendimento. **LÚCIA:** Eu acho
2733 que dependendo da destinação, não é irrelevante não, não sei se é porque meu
2734 município gera energia, dá um lucro imenso, então depende entendeu? **VOLNEY:**
2735 Defende mais um pouco para gente **LÚCIA:** Gerar energia é uma das atividades
2736 mais rendosas trabalhar com energia, dependendo da destinação do produto isso
2737 pode ter ou não algum ganho para o município, não? **ROBERTA:** Não no PAS da
2738 assistência social, ai ele tem que definir é na hora que ele está falando assim, eu vou
2739 fazer esse empreendimento para a ANEEL, ou para a Ana lá, sei lá quem é, mais no
2740 PAS aqui tanto faz para nós se ele ganhar muito ou ganhar pouco, pouco nos
2741 interessa esse produto dele, interessa é que ele vai ter que fazer o que ele tem que
2742 fazer para os atingidos, indiferente do que ele vai ganhar, deixou de ganhar ou que
2743 produto ele vai fazer. Isso para nós não tem relevância nenhuma. **VOLNEY:** Para
2744 mim não está muito claro esse relacionamento da área total a ser atingida, você
2745 podia esclarecer Rosa para gente? **ROBERTA:** Eu acho que o Volney toca em uma
2746 questão e ai assim eu queria só pedir os conselheiros um pouco de paciência,
2747 porque essa resolução de fato... você tocou em uma questão que é importante, nós
2748 temos um problema com ela e muitas é pelas palavras que a gente empregou na
2749 primeira resolução, por exemplo, nós empregamos uma palavra lá reativação
2750 econômica, até hoje a gente não consegue saber o que que é isso, a mesma coisa
2751 que a gente pôs lá, indagar, ai você fica assim o que é indagar? Lá na frente você
2752 não sabe o que é indagar, a mesma coisa é relacionamento, se é para definir a área
2753 total porque não põe definição da área, ai cria umas palavras que muitas vezes nós

2754 da assistência não conseguimos saber o que que é entendeu? Então é usar o verbo
2755 certo, até para gente não ter dificuldade, porque os conflitos que a gente tem em
2756 empreendimentos muitas vezes advêm disso aí mesmo, das palavras que a gente
2757 emprega que depois nem a gente sabe o que a gente está chamando. Gente então o
2758 que está posto aí, e eu pergunto aos universitários aí atrás, eles informam é o tipo de
2759 produto que eles vão gerar? **ROSA:** É uma informação que nós nunca utilizamos na
2760 realidade em relação ao PAS, mais ele informam se vai ser energia elétrica, se vai
2761 ser igual da COPASA abastecimento de água. Nós temos dois ou três
2762 empreendimentos aqui de abastecimento de água, é isso, se é energia elétrica ou se
2763 é abastecimento de água, são as duas informações que nós temos, e dentro do
2764 contexto mesmo o PAS essa informação não tem pacto no PAS para nós.
2765 **ROBERTA:** Pois é, mais aí eu estou começando a pensar como a Lúcia, porque
2766 assim, de fato ela não pode ter nenhum impacto, mais claro que a gente quer saber
2767 se é para água, se é para luz, porque na hora que você vai ter uma relação com o
2768 empreendimento... Porque é aquilo que a gente falou, é uma informação que
2769 também não prejudica em nada **ROSA:** O próprio nome da barragem já vem, quando
2770 vem PCH é pequena central de hidrelétrica, agora quando é barragem de
2771 abastecimento, é barragem de abastecimento de Teófilo Otoni, já vem o nome no
2772 próprio empreendimento e na introdução do empreendimento fala: a barragem para
2773 abastecer os bairros de Teófilo Otoni, ou de usina hidrelétrica fala que vai gerar
2774 tantos megawatts de energia **ROBERTA:** Então porque nós vamos tirar? **ROSA:**
2775 Mais é porque já vem, e tem um item só disso, informação destinação do produto,
2776 tem um item sobre isso. **LÚCIA:** Como eu não conheço a lei que embasa como é
2777 que eles tem que fazer o PAS na minha cabeça aqui eu estava imaginando o
2778 seguinte que devolução que esse empreendedor vai fazer para aquela comunidade
2779 que vai perder a sua história? Eu estou aqui imaginando que haveria uma
2780 correspondência dizendo a dimensão do empreendimento e o retorno para o atingido
2781 entendeu? **ROBERTA:** Não. Inclusive é uma coisa que a gente não vincula porque
2782 direito é direito, indiferente se ele vai ganhar muito ou se vai ganhar pouco, aqui nós
2783 defendemos o direito dele, agora, por exemplo, se ele vai fazer um empreendimento
2784 que ele vai ganhar R\$ 10.000 não interessa, se ele violou direito ele vai ter que
2785 resgatar **LÚCIA:** Ok **ROBERTA:** A nossa informação é nesse aspecto, agora ali do
2786 jeito que está e como você mesmo disse se no cabeçalho expõe então manter gente,
2787 qual que é o problema de manter? Para que tirar também? Entendeu? **VOZES AO**
2788 **FUNDO ROBERTA:** A minha sugestão é para manter, porque não interfere.
2789 **ADRIANA:** Eu acho o seguinte, a informação pode estar em outro lugar mais eu
2790 acho que é interessante você ter essa pontuação, porque tem informações que se
2791 você tem elas todas juntas em um mesmo lugar até em um momento de análise de
2792 documentos se já veio aquilo tudo junto do conteúdo, então se é uma informação que
2793 tem lá no cabeçalho e não custa nada constar aí também eu não vejo motivo para
2794 tirar. **ROBERTA:** E outra coisa, a gente que está muito familiarizado Rosa quando
2795 você fala PCH você sabe o que que é, mais nós aqui minha filha... entendeu? É bem
2796 fácil não **RODRIGO:** Dois, no diagnóstico da área atingida, letra a: metodologia e
2797 instrumentos utilizados para elaboração do PAS/BARRAGEM. A comissão faz a
2798 proposta de acrescentar a letra b, informações e suas fontes sobre o município
2799 atingido, tais como população urbana e rural, e principal atividade econômica.
2800 **ROBERTA:** Eu continuo não entendendo. **RODRIGO:** A gente faz a proposta de
2801 informações e fontes sobre o município atingido falando sobre a população rural,
2802 principal atividade econômica e mais tudo aquilo que for interesse da população
2803 local. **ROBERTA:** Na hora que ele vai fazer o PAS? **RODRIGO:** Isso, na hora que
2804 tem o diagnóstico **ROBERTA:** Diagnóstico sócio econômico? É isso? **RODRIGO:**

2805 Bom, a gente colocou aqui na metodologia dos instrumentos de elaboração do PAS
2806 **ROBERTA:** Como que era antes gente? Deixa eu só entender como é que era antes
2807 para vocês estarem propondo. Nós não tínhamos informação no plano do
2808 diagnóstico sócio econômico do município? É isso? Não tem Rosa? **ROSA:** Na
2809 resolução original falava só informações dos municípios da área urbana na questão
2810 de saúde, saneamento básico, abastecimento de água, vários tipos de informações,
2811 o que a gente está propondo hoje é que tenha informações do município mais como
2812 qual é a população urbana e rural, e a principal atividade econômica deles, tinha isso
2813 mais não em um diagnóstico mais amplo e são informações assim quantos hospitais
2814 tem no município, qual que é a área de abastecimento de água e a coleta de lixo,
2815 então tinha várias outras informações, hoje a gente está solicitando que seja
2816 resumido nisso e nos recursos sócio assistenciais do município, que as vezes o
2817 empreendedor apresentava para gente um diagnóstico mais complexo dos
2818 municípios que vão ser atingidos e não nos apresentavam os recursos sócio
2819 assistenciais do município, que é o foco mesmo do plano de assistência social.
2820 **ROBERTA:** Eu tenho divergência nisso porque eu acho que empreendedor ele não é
2821 obrigado a saber disso não **ROSA:** Mais ele pode buscar dentro do próprio
2822 município, tanto que a gente fala colocar as suas fontes **ROBERTA:** Não gente, veja
2823 bem, olha o que nós estamos colocando, porque é o seguinte, essas questões o
2824 próprio conselho municipal tem todas e nós temos que ter, o próprio gestor estadual
2825 nós temos o diagnóstico sócio econômico, isso que vocês estão querendo levantar,
2826 número de população rural e urbana, quantos serviços sócio assistenciais, porque o
2827 empreendedor gente para ter essas informações ele vai ter que solicitar isso de
2828 forma oficial para a prefeitura ou para o Estado dependendo da situação, então eu
2829 não sei se nós e que não temos de buscar essas fontes para fazer a análise desse
2830 plano, porque agora como que o empreendedor vai fazer um plano para atingidos, ai
2831 ele tem que fazer macro, ele pode até buscar os dados do IBGE, isso é o de menos
2832 entendeu? Agora buscar relação de serviços sócio assistenciais eu não sei, eu estou
2833 achando que nós estão colocando uma coisa... **ROSA** Isso já estava **ROBERTA:**
2834 Pois é, isso que eu estou falando **ROSA:** Isso já estava, e muitos deles colocam,
2835 alguns deles colocam só parte das informações e ai a gente pede as
2836 complementações, tanto que na resolução 317 a original tinha até um quadro que ele
2837 ia preenchendo com as informações que eles tinham, os serviços de alta
2838 complexidade, de média, então tinha um quadro que ele já relacionava tudo o que
2839 ele tinha que preencher **ROBERTA:** Sabe o que que é gente? Pelo amor de Deus!
2840 Nós somos um conselho estadual de assistência social, nós temos um órgão gestor
2841 que tem todas as informações, ai nós vamos pedir para a área privada, é óbvio que
2842 ele vai pedir para o órgão gestor municipal porque inclusive ele vai ter que saber o
2843 que que é alta e baixa complexidade, ele tem que saber disso, isso é o mínimo, se lá
2844 tinha e é como você falou, muitos põe, ou se a gente pelo complementação. Nós
2845 estamos perdendo tempo pedindo diligência e complementação com os dados que
2846 nós temos, e deixando de nos concentrar naquilo que é essencialmente da questão
2847 dos atingidos, na questão do empreendimento e a proposta que ele tem que fazer.
2848 Uma coisa é o que é de competência dele, outra coisa é o que que é insistência das
2849 questões públicas dentro do município, e é por isso que a gente está com essa
2850 discussão de reformular a resolução é nesse viés, inclusive de tudo o que a gente já
2851 teve conflito, que a gente sabe, na hora dos conflitos como é que a população
2852 confunde o que que é do empreendimento e o que que é responsabilidade pública
2853 entendeu? Ai eu fico pensando se a gente tem que colocar essas questões no plano,
2854 uma coisa é a gente falar o seguinte nós queremos por exemplo é... população,
2855 porque isso ele encontra nos dados do IBGE se nenhum problema, a outra coisa e

2856 falar assim na área atingida o que que era atividade predominante? isso é óbvio que
2857 nós temos que saber, nós temos que saber tudo da área atingida, agora não do
2858 município como um todo, agora, ele pode até colocar o que se ele quiser, eu não
2859 acho que é obrigação saber inclusive serviços sócio assistenciais de alta e de média
2860 complexidade, se ele tiver um bom assistente social que faça isso e entenda do
2861 SUAS ele faz, se não tiver fica ele vai ficar lá a mercê do gestor público para passar
2862 essas informações para ele. **CONSOLAÇÃO:** O diagnóstico ele tem que existir para
2863 o planejamento, em relação as atividades econômicas a gente fala assim qual que é
2864 a tendência do município? O que que ela tem? O que eu ela faz? Porque, quando ele
2865 for propor inclusive reinserção dessas pessoas, qualificação, eu tenho que saber o
2866 que que o município tem para que eu possa fazer curso, para que eu possa fazer
2867 inclusão, porque senão eu posso pegar só aquele grupo daquela área atingida, se eu
2868 não tem um diagnóstico geral de onde eu estou inserido, se eu não tenho um
2869 contexto maior, eu posso fazer propostas que não vão atingir o objetivo inclusive
2870 para aquelas pessoas que não vão ser realocadas, mais elas vão ser redirecionadas
2871 em uma atividade produtiva e ai não dá para chegar como a gente vê muitas vezes
2872 em determinados empreendimentos que eu coloco direto vai ser informática porque o
2873 município está precisando de outra coisa, o município talvez tem outra atividade que
2874 é preponderante e que poderia ser reforçada, ele tem um outro tipo de missão, um
2875 outro tipo de pré-disposição para um outro tipo de atividade. Então é levantar essas
2876 questões, elas são importantes na hora de definir inclusive os projetos acredito eu
2877 que a gente coloca que são importantes, eu falei agora o exemplo da inclusão
2878 produtiva, mis existe outros que estão aqui que faz necessário a gente estar
2879 sabendo. O posto de assistência social ele ser implantado e para que ele possa ser
2880 efetivo eu preciso ter também dentro desse meu diagnóstico um mapeamento do que
2881 que existe no município de uma rede que seja mínima, lógico que ele não precisa
2882 dominar toda a política nem a tipificação porque ele não vai fazer isso, mais seu eu
2883 tenho um posto de atendimento daquelas pessoas eu tenho que saber aonde
2884 encaminhar, ai são necessárias. **ROBERTA:** Então vamos lá não vamos confundir
2885 funcionamento de PAS com resolução para elaborar plano, só um minutinho gente,
2886 só para gente separar, segunda questão que eu disse aqui eu mantenho, eu estou
2887 dizendo o seguinte uma coisa é você fazer um diagnóstico sócio econômico dizendo
2888 a predominância de atividade econômica nesse município é isso, outra coisa que eu
2889 estou dizendo é serviços sócio assistenciais que tem no município, você está
2890 entendendo? É isso que a gente precisa saber que a gente quer, porque é claro para
2891 fazer um plano que vá inserir esses atingidos de um lugar que ele estava, se ele vai
2892 ser deslocado, se vai ser de uma outra forma dentro da perda que ela está ele tem
2893 que ter um painel disso ai, agora uma coisa é você saber população rural, população
2894 urbana, atividade predominante na população rural, isso é outra coisa, não foi disso
2895 que eu disse, eu disse é quando fala assim relação de atividades de serviços sócio
2896 assistenciais, inclusive como foi colocado aqui de alta complexidade, de média
2897 complexidade, pelo amor de Deus! Ai ele vai ter que saber toda a rede do município
2898 nessas perspectiva entendeu? Essa é a minha questão, outra coisa, quando for fazer
2899 os projetos no plano ele apresenta que vai fazer projeto A, projeto B, o detalhamento
2900 do projeto é outra coisa, não é dentro do plano que vou ver o detalhamento do
2901 projeto, se a gente estiver fazendo projeto dentro de plano nós também estamos
2902 errado porque talvez seja ai que nós estamos errando, porque uma coisa é eu fazer
2903 o plano e dizer assim vai ter um projeto de inclusão produtiva que vai encaminhar
2904 para essa linha ok? Uma coisa é um projeto desenhado, ai eu tenho inclusive saber
2905 se nós queremos é isso, é um plano mais dez projetos ali descritos, se tiver isso
2906 também tudo bem, ai no projeto que ele vai fazer ele vai precisar de mais

2907 informação, eu estou falando é encima do plano. Uma coisa é eu fazer um
2908 diagnóstico sócio econômico, introduzir o plano, a outra coisa é eu dizer meu plano
2909 vai contar com tantas ações, com tantos projetos, e ai descrever os projetos deles
2910 todos escritos para gente saber se aprova ou não os projetos, eu estou dizendo é
2911 nessa linha. **CONSOLAÇÃO:** E é nisso mesmo, claro que ele vai descrever os
2912 projetos, por isso que no diagnóstico nós vamos fazer separados, tipo eu vou
2913 precisar ter informação x no projeto que fala do posto de atendimento, eu vou
2914 precisar de informação y para um outro projeto, então aqui foi reunido dentro deste
2915 diagnóstico o que que ele vai precisar saber de uma forma geral para que quando for
2916 detalhado e já o detalhamento quando ele encaminha o plano de assistência social já
2917 vem lá com esses projetos específicos, e ai ele não ter que repetir o diagnóstico, ele
2918 só vai utilizar dados para a proposta do projeto, então a gente ver que aquele projeto
2919 está em consonância com a realidade do município com aquilo também que há de
2920 carência naquele momento, é isso mesmo, é o que você falou, o raciocínio é esse.
2921 **ROBERTA:** E vamos lembrar que carências tem a ver com atingidos tá gente? Pelo
2922 amor de Deus! **CONSOLAÇÃO:** Com certeza **ROBERTA:** Eu estou colocando isso
2923 porque todo o problema de empreendimento ele passa por outra lógica, dá
2924 impressão que o empreendimento vai ter que chegar lá e suprir todas as carências
2925 inclusive políticas públicas. Essas negociações são feitas com os prefeitos e lá eles
2926 fazem isso mesmo, agora nós temos que concentrar aqui dentro do PAS e dentro
2927 disso tem que tomar cuidado dentro daquilo que nós estamos pedindo para evitar as
2928 confusões lá na frente. **RONALDO:** Roberta talvez sejam até as palavras mais de
2929 qualquer forma a oferta dele para estes atingidos ele vai precisar desse
2930 conhecimento, então ele vai precisar conhecer tudo isso para que ele possa ofertar
2931 aquilo que realmente tem necessidade dos atingidos. **ROBERTA:** Então, o que nós
2932 vamos pedir para eles gente de informação? É um diagnóstico sócio econômico? E a
2933 gente destrinchar o que que é sócio econômico, ou é uma lista de pergunta que está
2934 sendo feita? Informação e suas fontes sobre o município atingido tais como
2935 população urbana, população rural, e principal atividade, isso ai pode deixar, depois
2936 vem recurso sócio assistenciais do município, é isso que eu estou falando, que
2937 recurso é esse? O que que é recursos sócio assistenciais? O que que é gente?
2938 **CONSOLAÇÃO:** De acordo com a resolução anterior nós temos equipamentos,
2939 CRAS, CREAS, algum outro tipo de serviço específico, os conselhos de garantia de
2940 direito, é isso do município. **ROBERTA:** É isso mesmo? Mantém isso gente? Eu
2941 particularmente continuo falando não tem nada ver uma coisa com a outra.
2942 **CONSOLAÇÃO:** Mais eu fico pensando sempre Roberta, eu posso estar
2943 equivocada, e aqui é até bom porque quando a gente está nivelando essas
2944 informações é muito importante, quer dizer, nós estamos em uma lógica que não
2945 está correta, mais eu fico pensando como profissional, se tiver lá na ponta no posto
2946 de atendimento social para fazer todo o atendimento daquela população no mínimo
2947 eu tenho que saber da rede do município para ter esse encaminhamento, não que
2948 tudo caiba, mais até para saber aquilo que eu posso encaminhar mesmo enquanto
2949 política, ou então a gente pode dar orientação que tudo seja encaminhado por
2950 exemplo para prefeitura **ROBERTA:** Gente eu continuo insistindo, a gente mistura
2951 posto de atendimento com o CRAS **CONSOLAÇÃO:** Ele é um projeto dentro do PAS
2952 **ROBERTA:** Eu sei gente, mais vamos lá, ele vai listar tudo que existe lá, ai você está
2953 justificando dentro da necessidade do profissional no posto de atendimento
2954 entendeu? Ai o que que nós estamos falando? A população chove lá no posto de
2955 atendimento, se a assistente social não estiver preparada para ir o que que a gente
2956 fala? O posto de atendimento inclusive ele é provisório, está ali para atender as
2957 questões da barragem, o que não e da barragem, não é problema desse posto, é

2958 problema de quem? Das políticas públicas locais, pura e simplesmente, agora a
2959 nossa confusão é o que vem inclusive... candonga é o caso explicito, o cara
2960 encaminha para cá que eles quando tinham não sei o que o próprio empreendedor
2961 encaminhou a pessoa denunciando que o idoso... coisas que é da política pública,
2962 inclusive da assistência, ai eles misturam, porque o posto ele é montado para
2963 atender as questões do empreendimento, o que foi acordado, o que não está sendo
2964 acordado dentro do escopo do empreendimento, tanto é que depois eles saem fora ,
2965 ele deixa de existir por um determinado período, então porque que eu vou justificar
2966 que o cara tem que ter todas as informações da rede para poder encaminhar todo
2967 mundo? Pelo contrário, a assistência que trata de ir atrás dessa população,
2968 reconhecer essa população e saber o que que ela precisa, do que que ela não
2969 precisa, agora não podemos delegar isso para o posto de atendimento porque ele foi
2970 criado para atender as questões das negociações dos atingidos, isso ai a gente não
2971 pode negar não, porque se não vai virar outro CRAS também. **VOLNEY:** Roberta
2972 agora eu te pergunto, e você acha que a assistência ela tem ido atrás dos usuários
2973 nos diversos municípios? Eu vou te dar um exemplo, eu fui em uma cidade aqui
2974 muito próxima no ano passado, uma cidade mínima, uma população de moradores
2975 de rua e a política pública desconhecia esses moradores de rua. **ROBERTA:** Agora
2976 se nós não vamos meu filho não vai ser o empreendimento que vai, a lei determina
2977 que a gente que vai, agora não há de ser o empreendimento não, ele vai dizer “ema,
2978 ema, ema cada um com seus problemas”, eu tenho problema é com os atingidos da
2979 qual eu estou instalando o empreendimento, agora se a assistência, a saúde vai ou
2980 não vai ele fala vocês se viram, cada um com as suas políticas públicas, eu não
2981 tenho nada a ver com isso não. **ADRIANA:** Eu concordo que é difícil a gente fazer
2982 essa distinção, é necessário, é importante e tem hora que fica difícil a gente fazer
2983 essa distinção, são populações carentes e por conta disso também, as vezes você
2984 chega no município que a assistência não recebeu isso tudo, agora eu não sei se o
2985 caminho é esse, eu estou querendo ver com a Consolação se é por ai, mais eu
2986 acredito que ajuda, ajuda sim ao instrumento que vai ficar lá, mesmo
2987 temporariamente agir com um mínimo de coerência com o que já está posto, eu não
2988 atuo na área da assistência social e entendo que em certos municípios é muito
2989 complicado, na minha área que é agrária eu tenho lá um grupo de assistência técnica
2990 que já atua naquele município com um monte de ações, ai de repente cai de
2991 paraquedas uma outra entidade que vai trabalhar com o mesmo público e que
2992 também atua na mesma área minha técnica, então assim, o mínimo de entendimento
2993 do todo que é o município também para que eles também não dê com os pés com as
2994 mãos na hora de dar encaminhamento ou não, porquê do mesmo jeito que é difícil
2995 para gente Roberta para eles também, então eu estou dizendo que esse tipo de
2996 levantamento sócio assistencial do que que já acontece no município é o mínimo que
2997 a entidade que está entrando lá para um ação pontual com início e fim tem que ter
2998 para ele realmente poder fazer as ações dele, não que ele vai ter que cumprir com a
2999 função do outro, ele nem tem a obrigação disso, mais para ele agir em sintonia com
3000 o que já está com município e as vezes não provocar um ruído maior, alguma ação
3001 que ele possa fazer para otimizar algo que está sendo feito no município, não é
3002 obrigação e nem é para cobrir a função do outro. Eu falo tirando da minha
3003 experiência com a área agrária, se eu já tenho um trabalho que está sendo
3004 desenvolvido no município quem vai entrar lá e principalmente se for só pontual
3005 tenha o mínimo de conhecimento do que está sendo feito no município para você
3006 pelo menos não atrapalhar, quem não atrapalha já muito ajuda, então eu acho que
3007 esse conhecimento é nesse sentido, não é para cobrir a função nem encaminhar, é
3008 para evitar ruídos e constrangimentos e para ele ter uma inserção, mesmo que é

3009 temporário e pontual, então que seja temporário e pontual. **VOLNEY:** Muitas vezes o
3010 profissional de uma outra cidade, de uma outra região para aquele município ele
3011 precisa de conhecer o que que tem naquela cidade, isso é o mínimo. **ROBERTA:**
3012 Gente eu vou só dar um exemplo aqui como é confuso a gente da área da
3013 assistência social, por exemplo, na área da saúde o empreendimento instala lá
3014 correto? Saúde, educação, ninguém tem dúvida nenhuma de competência e
3015 atribuição naquilo que diz respeito, concordam? O atingido por exemplo teve um
3016 problema de saúde lá, ele sabe tranquilamente que ele não vai para posto que nós
3017 montamos lá não, ele vai para os hospitais concordam? Tem nada disso não, agora
3018 nós da assistência misturamos as coisas, são coisas distintas, o posto é montado
3019 para cuidar dos assuntos relativos ao empreendimento, ai ele não tem que fazer
3020 encaminhamento, ele não tem que fazer nada, a assistência é que tem que dar conta
3021 que existe um posto com tantos advogados, com tantos profissionais que estão
3022 fazendo esse atendimento na relação com os atingidos, inclusive não só a
3023 assistência, como o conselho municipal para saber se essas negociações estão
3024 sendo feitas descentemente, é só para não misturar a ação, porque muitas vezes o
3025 empreendimento confunde, ele costuma dar alguns projetos lá na área social, como
3026 vocês estão falando de otimizar os recursos, e mistura quem está fazendo CREAS,
3027 são coisas distintas gente, nós temos que separar isso, não dá para misturar, não
3028 tem nada que otimizar trabalho nosso da assistência não, por exemplo, o conselho
3029 municipal tem que fazer o controle social de entender que o posto que foi colocado e
3030 o PAS que foi proposto para esses atingidos estão sendo cumpridos, para quê que a
3031 gente criou o posto lá? Vamos fazer essa pergunta, para quê que nós fizemos o
3032 posto lá? O posto era para atender os atingidos, para ver se as negociações estavam
3033 sendo feitas em relação as terras, não foi isso? Inclusive as questões jurídicas, agora
3034 nós estamos confundindo com a atuação na área da assistência, nós temos que
3035 separar isso, agora se a assistência dá conta ou não dá conta é outra discussão,
3036 mais é diferente, uma coisa é você ter o empreendimento e por necessidade
3037 conforme a gente definiu na resolução que a gente precisa de um PAS lá para
3038 acompanhar essas negociações frente ao empreendimento, a outra coisa é a gente
3039 saber como nós fortalecemos a política de assistência social na competência da sua
3040 competência em todos os serviços e que inclusive ela fique vigilante, que essa
3041 população desse território, dessa comunidade está em situação de vulnerabilidade
3042 porque ela está sendo deslocada, ela está sendo mexida por causa desse
3043 empreendimento. A pergunta minha é muito simples, porque na saúde não se otimiza
3044 nada? Todo mundo sabe o que que é, agora nós da assistência misturamos as
3045 coisas, vai fazer um projeto de inclusão produtiva? Vai, para os atingidos? É para os
3046 atingidos ok, então faça sim conforme a atividade econômica, agora não mistura as
3047 coisas não, inclusive para encaminhamento **CONSOLAÇÃO:** Pode ser que no
3048 período em que a gente fez a primeira proposta, falando de uma outra realidade, nós
3049 vamos ter que rever tudo isso aqui, mais o papel do posto vai estar com um papel de
3050 articulação entre atingido e a rede sócio assistencial, com o poder público, com o
3051 empreendimento, então ele tinha o papel de um lugar de referência e era uma ponte
3052 com essas pessoas mesmo que naquele momento em virtude da instalação do
3053 empreendimento se encontra em uma situação de risco, que antes poderia ser em
3054 potencial mais muitos não dependiam da assistência porque tinha inclusive a
3055 questão de trabalho e outras diversas. Dentro disso quando a gente coloca inclusive
3056 atribuições dos profissionais lá dentro porque quando a gente fala disso aqui então
3057 eu acho que depois a gente vai ter que rever todos os outros aspectos que vão ser
3058 em decorrência quando começa um diagnóstico. **ROBERTA:** Só para clarear e
3059 enriquecer isso, nós temos que lembrar porque que nós chamamos para rever essa

3060 resolução? Porquê da época que nós criamos isso aqui inclusive o posto ele foi muito
3061 carregado nas suas atribuições porque não existia nem CRAS e nem CREAS, na
3062 época não existia nem isso, a gente de lá pra cá não revimos essa resolução nesse
3063 aspecto, por isso que eu acho que é importante hoje com a maturação que nós
3064 estamos é possível que a gente trabalhe isso com um outro olhar, porque se a gente
3065 não fizer... a gente está fazendo essa avaliação aqui dos conflitos que a gente teve
3066 que enfrentar e que nós estamos enfrentando desses empreendimentos que deu
3067 conflito isso aí está tudo misturado, está uma misturada danada, como é que o
3068 empreendimento vem subsidiando, pagando recurso, pagando questões na área da
3069 assistência entendendo que ele está limpo na história, Diego viu isso claramente lá
3070 em Salto da Divisa agora, como é que a coisa misturou com o empreendimento que
3071 estava lá, e aí Consolação só lembrando disso, nós fizemos essa resolução lá atrás,
3072 essa é primeira vez que o CEAS está discutindo ela mais afundo, porque de lá para
3073 cá nós passamos por um processo de maturação que nós dá condição suficiente
3074 para dizer o quê que a gente quer ou não quer nessa resolução mais
3075 **CONSOLAÇÃO:** Perfeito **ROBERTA:** Entendeu? Se não for nesse olhar a gente
3076 também vai ficar votando coisa de tudo que nós fizemos lá atrás e que a gente está
3077 percebendo que não está dando. **CONSOLAÇÃO:** Inclusive verificar que nós
3078 colocamos profissionais mínimos aqui dentro, e quando a gente se refere aos
3079 profissionais mínimo quando a gente fala da atuação desse profissional também é
3080 uma definição inclusive no papel do assistente social e do psicólogo, que são os
3081 profissionais mínimos a ter em um posto de atendimento social, e esse profissional
3082 quando a gente descreve também a função dele lá ele vai fazer isso, ele vai fazer
3083 toda essa articulação com CRAS, ele é uma referência com o CRAS, do CREAS, ele
3084 tem visitas também há essas famílias, ele descobre como a gente já teve exemplos
3085 aqui de famílias em que os idosos estão abandonados, eles trabalham a questão de
3086 violação de direitos em relação ao número de funcionários, a questão de exploração
3087 de criança e adolescente, a questão de prostituição, são eles que fazem todo esse
3088 levantamento e quando eles fazem esse levantamento eles tem que... logicamente
3089 não ai ser eles que vão fazer a tratativa deles, mas eles precisam minimamente ter
3090 conhecimento do que eles vão fazer com esse caso, como já aconteceu, teve caso
3091 aqui que depois foi denunciado que um empreendedor viu que tinha uma pessoa
3092 mais não fez nada, a pessoa ficou lá, que dizer ele teve a oportunidade porque a
3093 pessoa vivia em cárcere privado, teve a oportunidade de fazer e não fez, depois em
3094 denúncia descobriu, então alguma coisa de ligação a gente tem que colocar e eu
3095 acho que o posto é para isso **ROBERTA:** A menina do MP está escrita aqui Adriana,
3096 depois você fala, é só para gente separar aqui gente, vamos tentar nos ater ao artigo
3097 aqui porque depois ficou necessário a gente rever a questão do posto e tudo.
3098 **LIZIANE:** É só para reforçar um pouco, acabou que a Roberta até contemplou, mais
3099 realmente a questão ali volta e meia foge um pouco do objeto da resolução, isso
3100 pode dá uma margem bem complicada depois, realmente acaba transferindo uma
3101 questão que é da política pública e não é do empreendedor, então eu acho que tem
3102 que ter um certo cuidado com isso. Eu até comentei aqui com as meninas que eu
3103 não recebi o material antes, se não poderia até ter pedido a doutora Andréia feito
3104 algumas pontuações, eu posso até fazer isso se ainda tiver tempo, mais porque é
3105 bem delicado até algumas colocações ali a margem é um risco muito grande, só para
3106 pontuar e é bem delicado mesmo **ADRIANA:** Posso falar? Eu queria dizer o
3107 seguinte, eu concordo que ações do PAS não tem nada a ver com assumir as ações
3108 especiais do município, mais o que eu estou dizendo, que está em pauta e que tem
3109 que ser visto lá na frente e revisto, se tem que fazer visita, se não tem que fazer
3110 visita, são as ações que vão ser desenvolvidas pelo posto, isso é uma coisa, eu

3111 queria focar no que estar aqui. Eu estou entendendo o seguinte nós estamos
3112 discutindo aqui se a proposta que foi dada pela comissão de normas de que deve
3113 constar na elaboração do PAS/BARRAGEM na hora que ele está construindo o
3114 cenário que ele vai atuar se deve constar ou não indicação é que acrescente
3115 informações sobre o município, é o que a gente está falando, é uma informação mais
3116 sócio assistencial? Que tipo de informação seria? Eu concordo que isso seria outra
3117 coisa, não dizer que vai assumir função, estou falando o seguinte não precisa
3118 misturar, mais ter conhecimento é até ajuda para você não misturar, ter
3119 conhecimento da realidade que você está se inserindo para uma atuação pontual eu
3120 acho que é imprescindível para a sua atuação ali dentro, não estou dizendo de
3121 assumir, estou dizendo que eu defendo a ideia da comissão de normas de que
3122 conste no conteúdo que é apresentado pelo empreendedor na hora que ele está
3123 fazendo o estudo de onde ele vai agir já que ele vai trabalhar atendendo aos
3124 diretamente atingidos que ele tenha uma parada para buscar sim o mínimo de
3125 informação sócio assistencial sobre o que acontece dentro do município e apresente
3126 isso. **ROBERTA:** Eu vou dizer de novo, embora vocês fujam dessa questão, toda a
3127 justificativa vem no que nós estamos falando porque as pessoas que manifestaram a
3128 justificativa de manter isso está nessa coisa que nós estamos confundindo híbrida
3129 entre a função do empreendedor e a função das políticas públicas, nós estamos
3130 dizendo aqui, quando as pessoas se manifestam que é importante ficar ai elas
3131 acabam colocando que é preciso por causa de articulação, já saiu palavra de
3132 articulação, de encaminhamento, já saiu uma porção de palavras aqui, que na hora
3133 que ele materializa essa informação nós falamos para quê que vai ter isso? A
3134 justificativa continua sendo e é o que está confuso e que está misturando, que na
3135 prática inclusive mistura as deliberações nossas aqui. Quando o empreendimento
3136 gera um conflito Adriana isso aqui vira uma bagunça para gente saber o que que é
3137 competência do empreendimento fazer, porque que violou e o quê que é
3138 competência de mazela de política pública, isso a gente ver aqui na cara, então o
3139 que nós estamos dizendo é quando se pede para manter essas informações da rede
3140 sócio assistencial as alegações estão encima disso, eu estou dizendo que manter
3141 isso ai é uma coisa que dificulta porque o empreendedor ele vai ter que pedir isso
3142 para o órgão gestor municipal, ele não tem isso, não tem igual ao IBGE que ele fala
3143 assim IBGE eu sei qual que é a população, eu sei qual que é a predominância da
3144 atividade econômica, isso tudo ele tem dados e sites oficiais, agora o que está se
3145 pedindo ai e com a alegação que vai fazer articulação, articulação eu só faço com
3146 muita informação porque caso o contrário eu não faço articulação nenhuma, se eu
3147 não souber horário de funcionamento, não souber como é que funciona, que tipo de
3148 serviço é ofertado, ai eu não faço articulação nenhuma gente. Eu volto a insistir,
3149 nessa perspectiva eu não sei se os planos que estão vindo para cá estão vindo
3150 carregado dessa informação. **LÚCIA:** Eu estou aqui escutando e estou pensando
3151 aqui que talvez a comissão de normas pudesse focar essa questão quais as
3152 informações seriam fundamentais para gente analisar o plano, focar naquilo que já
3153 foi dito aqui, quais são os direitos que serão violados e de quem, então eu acho que
3154 não dá para vim para cá sem as informações que já estavam até colocadas lá dessa
3155 área a ser desapropriada, um dado que seja, o tipo de propriedade que tem ali, o tipo
3156 de produção, o nível de renda que tem lançado já nos documentos próprios. Essas
3157 informações é que eu acho que nós vamos ter que monitorar de que a vida dessas
3158 pessoas não fique pior depois do empreendimento, eu acho que essa é a proposta
3159 está certo? Então que informações nos interessa para analisar o plano? Que ele
3160 foque nos direitos que saram violados para que a gente tenha como avaliar se eles
3161 estarão sendo garantidos no processo de negociação com a população atingida,

3162 porque outras informações que a equipe técnica necessitar ela tem onde acessar,
3163 inclusive do ponto de vista da gestão estadual porque se a gente restringe, se “a
3164 gente delimita” o âmbito de análise do empreendedor talvez fique mais fácil para
3165 gente também avaliar a natureza da proposta dele, ou a gente vislumbrar aqui quais
3166 são as propostas que devam ser feitas. Eu concordo muito com a Roberta, eu tenho
3167 uma preocupação muito grande da gente não fazer nada que desobrigue o gestor
3168 municipal a assumir o papel dele na implantação das políticas públicas entendeu? Ai
3169 escorrega aqui, escorrega dali, se o prefeito negociar com o empreendedor que ele
3170 vai construir um CRAS, deixa ele negociar lá, se ele vai construir o equipamento do
3171 CREAS, isso é outra história, mais aqui na relação eu fiquei muito encima dessa fala
3172 da Roberta que assim, quais são os direitos que serão violados? Esses nós vamos
3173 ter que garantir que eles sejam ressarcidos. **ROBERTA:** Só para gente conduzir
3174 para ver se a gente melhora, é o seguinte, o quê que nós estamos discutindo? Que
3175 nessas informações que faz parte do diagnóstico para ele fazer o plano dele nós
3176 estamos dizendo e eu até sugiro que se a gente não poderia ter uma plataforma de
3177 todo município que apresenta aqui a proposta de empreendimento, que o próprio
3178 conselho já tenha a plataforma desses dados, não necessariamente, você está
3179 entendendo? Por exemplo, eu vou analisar o empreendimento lá de Divinópolis,
3180 busco uma plataforma que venha todos os dados de Divinópolis do ponto de vista
3181 inclusive da rede sócio assistencial, porque o que eu estou dizendo é isso, a gente
3182 as vezes baixa uma diligência porque não completou esses dados, porque se eu
3183 ponho ai para pedir pressupõe que ele tem que mandar, ele não consegue e nós
3184 vamos baixar uma diligência com quinze dias, vinte dias, para pedir esses dados
3185 sendo que nós temos gente, é isso que eu estou falando, não precisa disso, nós
3186 temos esses dados. A justificativa que vocês estão dando para necessidade dele
3187 aqui ao meu ver ainda está frágil, porque não é isso, e quando a Consolidação fala ele
3188 foi fazer uma visita domiciliar e achou uma mulher em cárcere privado e não
3189 denunciou é por questão de cidadania dele, como ele também poderia ter passado
3190 pela rua, ver uma pessoa atropelada e não ter feito nada, você está entendendo? A
3191 pessoa foi lá visitar, a pessoa está passando mal e ele fala nem sei para onde
3192 mando essa pessoa, é isso que eu estou falando, ai nós ficamos colocando
3193 situações na área da assistência porque a gente mistura tudo, e nós vimos mesmo,
3194 nesse caso que você está falando foi em um momento de conflito, não foi nem no
3195 momento de fazer plano, porque ele pode inclusive ter feito o seu plano, ter colocado
3196 tudo isso e depois lá na frente não fazer nada. Eu acho que isso não garante uma
3197 coisa com a outra, o que garante para gente aqui é ter certeza de quem são os
3198 atingidos e o quê que vai ser feito com eles entendeu? Do ponto de vista que é
3199 responsabilidade do empreendedor, óbvio que para a assistência social ela tem que
3200 tomar conhecimento disso, por isso eu achei legal quando vocês colocaram que o
3201 conselho municipal tem que estar atento a esse plano que ele vai acompanhar
3202 entendeu? Agora se a assistência dar conta ou não ai já é outra discussão
3203 **MARCELO ARMANDO:** Pois é, baseado nessa discussão toda que está sendo
3204 colocada a gente tem que repensar qual que vai ser o papel do posto de atendimento
3205 né? Se há de prevalecer o entendimento que está sendo posto, tem que ver até
3206 mesmo o que esse posto de atendimento vai fazer, porque a lógica até então pelo o
3207 que a gente entende dessa resolução é que o diagnóstico ele vai servir de suporte
3208 para que os profissionais daquele posto de atendimento possam trabalhar com os
3209 atingidos, inclusive se a gente for lá no artigo treze quando fala o posto de
3210 atendimento é o equipamento de atendimento da população direta ou indiretamente
3211 atingida, o quê que ele deverá fazer? E ai vem lá, ser um local de referência, de
3212 articulação do atingido com a rede sócio assistencial existente com o poder público

3213 local e o empreendimento, ter estrutura própria, apresentar localização acessível aos
3214 atingidos, então essas situações todas terão que ser revista considerando aquilo que
3215 está sendo posto aqui nesse momento. **RONALDO:** Então eu entendo Roberta, eu
3216 até já fui contemplado uma parte da fala do Marcelo, inclusive está lá, diagnóstico da
3217 área atingida para a elaboração do PAS, então ele precisa ter esse diagnóstico para
3218 elaboração desse PAS e o que vem abaixo ele vem descrever. A gente não
3219 conseguiu avançar dos subitens a, b, c, e para baixo ele vai estar ali mais
3220 discriminado o que ele deve contemplar, até mesmo através dos anexos da própria
3221 resolução. **ROBERTA:** É por isso mesmo **RONALDO:** Então quando trás o
3222 diagnóstico ele tem que ter esse conhecimento para a elaboração do PAS, se ele
3223 não tiver através das fontes que ele tem as informações sobre o município talvez ali
3224 nem necessita-se dessa redação porque para elaboração do PAS ele precisa de
3225 disso. **ROBERTA:** Veja bem, aqui é consenso que tem que ter diagnóstico, ninguém
3226 está dizendo que não tem que ter, primeira coisa isso é consenso, o que nós
3227 estamos discutindo é a letra c, quando fala assim que no diagnóstico precisa de ter a
3228 relação dos serviços sócio assistenciais do município, eu estou dizendo que essa
3229 informação a área da assistência tem, que ele não precisa colocar isso no seu
3230 diagnóstico, essa é a discussão. **RONALDO:** Isso vai servir de interface até com a
3231 própria rede e com os equipamentos públicos estatais ele precisa disso, os recursos
3232 são esses. **ROBERTA:** Mais a polêmica é exatamente essa, interface, o quê que nós
3233 entendemos dessa interface do posto. **RONALDO:** Mais o objeto da resolução é
3234 esse **ROBERTA:** É isso que eu estou te falando, você caiu direto na polêmica, a
3235 polêmica está aí, porque nós entendemos que o posto do atendimento e as ações
3236 dele indiferente se ele conhece ou não essa rede ele tem que fazer a ação que é
3237 inerente o que ele provocou ao Estado. Elas não entendem nada de assistência
3238 social, do ponto de vista do SUAS, então fazer um encaminhamento para uma
3239 população não compete CRAS e CREAS vocês está entendendo? é isso que eu
3240 estou dizendo, porque ela pode entender a população sim que o encaminhamento
3241 feito pela assistência social garante um atendimento lá que é público, isso que a
3242 gente precisa compreender gente, é bem diferente a gente responsabilizar a
3243 assistência de entender que tipo de violação que teve lá? Teve abuso, teve
3244 exploração sexual, eu quero saber disso porque? Porque foi instalado em uma firma
3245 lá que foram duzentos homens para lá, aí a assistência está tranquila porque o posto
3246 é que tem que ver isso? Não senhores! Isso é coisa da assistência, a assistência tem
3247 que ir lá sim, agora, a posição que nós estamos fazendo é o contrário, nós estamos
3248 fazendo o movimento ao contrário, se a gente fez aqui não significa que nós vamos
3249 continuar fazendo, eu estou chamando a atenção para esse aspecto porque quando
3250 justificou que tem que ter essas informações justificou pautado nisso, e volto a dizer,
3251 quando eu peço uma relação para ele de informação se ele manda para cá o PAS
3252 dele está completo, se ele não me manda eu baixo diligência para ele completar, e é
3253 uma informação que ele vai ter que pedir para o gestor oficialmente, ele vai pedir
3254 assim, me mande a relação dos seus serviços que você tem, porque a não ser que
3255 ele vai sair igual um doido no município contando isso, ele não sabe, e essas
3256 informações nós temos gente, eu estou questionando é isso, não estou contra as
3257 informações sócio econômica e nem que não tem quer diagnóstico, claro que tem
3258 que ter, todo plano tem que ter diagnóstico, agora precisa de eu pedir para ele a
3259 relação de toda a rede sócio assistencial se eu tenho ela aqui? Se é uma plataforma
3260 que eu posso de cara já colocar isso dentro do processo? Para eu saber de inclusive
3261 o quê que ele está propondo? agora, se ele quer fazer alguma coisa e quer contar
3262 com essa rede, ele que se vire para ter a informação lá, agora eu não posso é
3263 inverter as coisas, achar que essa rede é um potencial para ele entendeu? essa rede

3264 ela é um potencial para o próprio atingido, mais cada um cuida do seu pedaço.
3265 **RONALDO:** Roberta agora eu entendo que toda a resolução que nós lemos até
3266 agora e o que foi debatido agora eu entendo que foi um processo administrativo, até
3267 ai foi tudo bem, e ai nós caímos no conceito do objeto, ai que tivemos problemas e ai
3268 que está a essência dessa resolução, então eu estou entendendo que a gente
3269 precisa estender essa discussão para saber o quê que nós queremos para essa
3270 essência desse objeto da resolução. **ADRIANA:** Eu só queria retomar que a minha
3271 justificativa não foi encima da definição das ações dos postos, em hora nenhuma, a
3272 minha justificativa é que o empreendedor apresente sim no seu trabalho as
3273 informações para entender onde que ele está entrando. **ROBERTA:** Gente aqui, só
3274 um minutinho. Marcelo trouxe uma luz para gente, eu vou só chamar atenção dos
3275 conselheiros o seguinte, porque que a gente está trazendo essa resolução para
3276 discutir? Por causa dessa confusão toda e na hora que dá os conflitos gente nos
3277 planos é que a gente perceber, quando a gente busca a resolução a gente fala minha
3278 nossa senhora! Olha o quê que nós fizemos, o quê que nós regulamos e a gente as
3279 vezes faz umas armadilhas que a gente não consegue sair dela. Eu vou ler para os
3280 senhores aqui o que a lei diz que o plano deve ter, para ai a gente depois falar assim,
3281 a partir daí se a gente for acrescentar, quando muito acrescentar dentro de uma
3282 questão que seja dentro daquilo que é devido para gente não misturar as coisas tá?
3283 A lei diz assim artigo sexto: o plano de assistência social de responsabilidade do
3284 empreendedor público ou privado a que se refere o artigo anterior terá como
3285 diretrizes, isso é lei, cadastro de todos os atingidos levando em conta no mínimo as
3286 relações de propriedade, de trabalho e o grau de instrução, levantamento da área
3287 das propriedades atingidas relacionando benfeitorias, máquinas, implementos, outros
3288 bens e valor econômico nelas existentes, a garantia de reposição dos bens
3289 desapropriados em espécie ou bem equivalentes, reassentamento por opção dos
3290 atingidos incluindo aqueles que se dedicam a agricultura familiar mesmo quando
3291 exercida em terrenos de terceiros observados, a localização preferencialmente de
3292 assentamento no mesmo município ou na mesma região do empreendimento, a
3293 participação voluntária de comissão representativa dos atingidos na escolha da área
3294 para o reassentamento, isso é o que deverá constar no plano. **MARCELO**
3295 **ARMANDO:** Eu acho que é no artigo segundo, ou terceiro que vai falar que o CEAS
3296 também tem alguma correlação entre o pró-assiste com o plano de assistência, não
3297 tem um negócio falando mais ou menos isso? **ROBERTA:** Não, ele vai o seguinte,
3298 artigo terceiro inciso três, compatibilizar o pró-assiste com as normas e diretrizes
3299 estabelecidas nessa lei. **MARCELO ARMANDO:** Pois é, quando você pega a diretriz
3300 do plano com mais aquilo que já teria que ter no pró-assiste, ai você tem que
3301 conjugar com os dois para você poder trabalhar. **ROBERTA:** Só para acrescentar
3302 isso que você está falando, ele está dizendo que é ai que é nossa confusão toda
3303 **MARCELO ARMANDO:** Isso **ROBERTA:** Porque que a gente confunde política
3304 pública com o que que empreendedor fala, porque a lei fala que o Estado tem que
3305 criar o pró-assiste, o pró-assiste consiste em dotações consignadas no orçamento do
3306 Estado, por favor pega o microfone Adriana. **ADRIANA:** Eu estou comentando com
3307 ela o seguinte, o pró-assiste não existe, eu só estava querendo validar Roberta a
3308 justificativa minha não é encima do que está disposto no artigo treze, nem do que
3309 são as funções tá? Eu só queria deixar isso claro, a minha justificativa não foi encima
3310 disso tá? **ROBERTA:** Tá, mais veja bem gente, se o pró-assiste não existe é por isso
3311 que a gente faz essas confusões todas nossas aqui, mais ainda assim não existindo
3312 o pró-assiste a gente tem que separar competência de política pública e competência
3313 do empreendedor, é isso que nós estamos querendo separar o tempo inteiro.
3314 **MARCELO ARMANDO:** Se me permite Roberta, por isso que eu quero fazer uma

3315 reflexão da discussão anterior que foi feita lá atrás, se eu estiver equivocado,
3316 aqueles que estavam lá vão contribuir. A gente quis colocar dentro da resolução tudo
3317 o que a gente podia imaginar que pudesse ser algo que seria favorável ao atingido.
3318 **ROBERTA:** Pois é **MARCELO ARMANDO:** E que tivesse dentro da lógica do pró-
3319 assiste, então a gente pegou algumas coisas que eram do pró-assiste, jogou na
3320 resolução, eu lembro da gente fazer essa discussão, inclusive com o ministério
3321 público aqui de algumas coisas que era de pró-assiste que a gente estava colocando
3322 aqui na resolução, não é isso Consolação? **ROBERTA:** Pois é, para ajudar a gente
3323 clarear é o seguinte, se a gente tiver compreensão de que nós estamos regulando
3324 uma proposta para elaboração do plano é uma coisa, se a gente necessita regular na
3325 perspectiva da questão do pró-assiste nós façamos outra resolução nesse aspecto
3326 no que diz respeito a barragem do ponto de vista do pró-assiste, poderia até não ser
3327 pró-assiste, mas no ponto de vista das políticas públicas especificamente no âmbito
3328 da assistência como é que ela se comporta nos municípios que tenham
3329 empreendimento, aí nós vamos separar, porque se não nós vamos ficar eternamente
3330 nessa confusão entendeu? misturando as duas coisas, o que é do empreendimento
3331 que ele tem que fazer, e a onde a gente tem que concentrar e brigar para que seja
3332 feito de fato, que possa atender os atingidos, e a gente começa a misturar com as
3333 coisas de políticas públicas. **MARCELO ARMANDO:** E aí a gente vai verificar, os
3334 projetos obrigatórios que estão aí terão que estar no plano de assistência social?
3335 Não é? Porque se a gente for basear no que está escrito na lei não tem que entrar
3336 projeto obrigatório, não tem que entrar posto de atendimento social, isso tudo não é
3337 coisa da assistência social e sim do pró-assiste. **ROBERTA:** O posto ele está aqui na
3338 lei? Ou está na nossa resolução? Na nossa resolução, exatamente. **MARCELO**
3339 **ARMANDO:** Nós quisemos colocar um posto de atendimento a época porque o pró-
3340 assiste não existia, e não tinha CRAS, não tinha nada **ROBERTA:** Exato, aliais
3341 gente, só para lembrar aqui, o que provocou a gente a discutir essa resolução foi
3342 exatamente o posto, porque veja bem, para que não conhece, o quê que está
3343 acontecendo, o empreendedor vem aqui e apresenta o PAS... **MARCELO**
3344 **ARMANDO:** Roberta com licença, é porque eu vou ter que ir embora, eu queria era
3345 agradecer a vocês por mais um momento de convívio, muito obrigado. **ROBERTA:**
3346 Foi um prazer viu Marcelo. Veja bem, o que está acontecendo, ele vem aqui,
3347 apresenta o plano de assistência social para os atingidos e conforme a nossa
3348 resolução ele tem sessenta dias para implantar o posto correto? Só que a resolução
3349 que aprova o plano é um dos documentos que ele tem que apresentar para as
3350 concessões de licença ambiental, sem essa resolução do PAS ele não consegue a
3351 licença ambiental para a instalação, aí começa o inferno dele, porque ele vem aqui,
3352 aprova o PAS, ele tem sessenta dias para montar o posto, aí ele vai para conseguir a
3353 licença de instalação, a licença de instalação dura um ano, dois anos, e as vezes
3354 nem sai, e ele está lá com o posto aberto, olha a confusão que eles estão, por isso
3355 que a gente quis discutir essa resolução. Essa resolução só começou ser discutida
3356 por causa disso, porque os empreendedores estão mandando para gente aqui ofício
3357 para prorrogação de instalação de PAS, porque a licença dele lá não saiu, ele fica
3358 um ano com o posto aberto, aí volta a nossa discussão toda de novo, com a mistura
3359 que a gente faz com os profissionais lá e nada está acontecendo no
3360 empreendimento, e já aconteceu caso dele ficar com o posto aberto um ano e o
3361 empreendimento ter sido cancelado, ele não ter conseguido a licença de instalação.
3362 Então por isso que a gente parou para discutir isso, e aí a gente resolveu passar por
3363 ele toda, mais a sequência dela a gente ainda não chegou que é essa questão do
3364 posto, e em função disso nós paramos no item c para gente colocar isso e estamos
3365 empacados nela aqui, ela inclusive nos levou a concepção do objeto que é isso,

3366 porque de fato, nós temos muitas confusões nisso aqui, não é pouca não entendeu?
3367 Minha sugestão é, a gente para nesse artigo, vamos vencer esse artigo, e volta para
3368 a comissão de normas para refazer a luz disso para gente continuar na próxima
3369 plenária, pode ser? O quê que vocês acham? **ADRIANA:** Eu não entendi o
3370 encaminhamento não Roberta, eu queria que você fosse mais clara, eu não entendi.
3371 **ROBERTA:** A minha proposta é vencer a votação desse artigo que nós paramos
3372 nessa polêmica, ai votamos esse artigo que a gente parou, que a gente está na letra
3373 c, vencer esse artigo a gente na próxima plenária continua e a comissão de normas
3374 ai tem tempo para poder se refazer isso se ela entender que deva **RODRIGO:** Eu
3375 queria fazer uma contraproposta. **ROBERTA:** Pode **RODRIGO:** Eu queria fazer uma
3376 proposta de criação de um GT, uma vez que nós tivemos dificuldade de
3377 conseguimos, a comissão, trabalhar encima da resolução um grupo nosso aqui de
3378 conselheiros que pudessem contribuir conosco, uma vez que não é específico da
3379 comissão e é um conhecimento para todos que vai ficar para nosso povo de Minas, e
3380 depois a gente voltaria com essa resolução aqui para a plenária, se possível.
3381 **ROBERTA:** Então deixa eu ver se eu posso encaminhar dessa forma, Rosa por favor
3382 fica atenta ai, volta lá no que nós já votamos, volta no artigo cinco por favor, nós
3383 paramos aqui, a gente votou lá atrás e ela está ok, ela não tem nenhuma nenhum
3384 não é isso? Até o quinto está ok, o quinto que obviamente vai virar quarto não é isso
3385 gente? Então por favor, coloca lá quarto para gente saber, daí para baixo põe de
3386 vermelho porque é para onde a gente tem que começar, pode ser? Porque lá para
3387 cima eu acho que está tranquilo. **ADRIANA:** Eu só queria dizer o seguinte, a votação
3388 agora... **ROBERTA:** É lá encima por favor Rosa, acima do artigo quarto, então apaga
3389 essa proposta de comissão também, o que é isso? É por isso que eu não entendi, se
3390 ele estava vencido. **CONSOLAÇÃO:** É só uma pergunta da diretriz do trabalho do
3391 GT viu Rodrigo. **ROBERTA:** Não, primeiro nós vamos votar o GT, gente só um
3392 minutinho para gente encaminhar direitinho, então está claro para a comissão que
3393 acima está ok? A partir dali que a gente vai trabalhar, está claro Rodrigo?
3394 **RODRIGO:** Ok **ROBERTA:** Você está propondo um GT **RODRIGO:** Sim **ROBERTA:**
3395 Todo mundo aqui é de acordo? Ok então quem são os conselheiros que poderiam
3396 estar nesse grupo? **ADRIANA:** Além da comissão de normas? **VOLNEY:** Da
3397 comissão de normas sou eu, Adriana e o Rodrigo **ROBERTA:** É, então...
3398 **RONALDO:** Só uma sugestão, parece que o quinto continuo com dois parágrafos, só
3399 para confirmar **ROBERTA:** É gente, por favor faz isso certinho para não dá polêmica
3400 ok? Então vamos lá, põe assim para nós, comissão GT, escreve ai GT, isso, GT
3401 Rodrigo, Adriana, que é a comissão de normas, Volney **LÚCIA:** Eu posso tentar
3402 contribuir, o problema meu é só de agenda, mais eu posso tentar contribuir, eu não
3403 sou da comissão de normas não mais posso tentar contribuir no GT. **ROBERTA:** Eu
3404 também posso, não tem problema não, a gente pode fazer a reunião na cidade
3405 administrativa ou ver uma forma da gente trabalhar, depois a gente vai soltando para
3406 você também. Eu gostaria por favor primeiro dos conselheiros debruçarem encima
3407 disso sabe porquê? Se a gente sentir a necessidade do Ministério Público a gente
3408 chama entendeu? Aí a gente vai trabalhar primeiro, depois se sentir necessidade a
3409 gente manda. **CONSOLAÇÃO:** É só assim como um diretriz até para a secretaria
3410 executiva começar, como ela fez uma primeira proposta porque eu acho que agora
3411 deu outras diretrizes, eu quero saber se eu estou entendendo, se a gente poderia
3412 encaminhar por ai, que é uma revisão agora diferenciada a gente vai pegar dentro da
3413 lei que tem aqui, retirar aquilo que é específico da política, a gente estava colocando
3414 na conta do empreendedor, não vou retirar daqui não gente, só vou destacar e falar
3415 isso aqui estava, se concordar... para não falarem também que a gente está tirando
3416 aleatoriamente, então fazer um filtro nisso para demonstrar o quê que tem e uma

3417 proposta como ficaria esse texto final. **ROBERTA:** A minha sugestão é o seguinte,
3418 até para gente trabalhar mais rápido, por exemplo, quem está ali na comissão do GT
3419 que trate de ler a resolução como ela era antes, pronto, entendeu? Cada um que
3420 pegue a sua resolução e leia ela, e você faça uma proposta falando nós estamos
3421 propondo isso aqui para o GT, porque na hora que a gente for discutir item por item
3422 que a equipe técnica está propondo ai se necessitar da gente voltar nela a gente está
3423 com ela nas mãos, para não fazer essa confusão estava assim, nós estamos
3424 propondo... entendeu? Faz uma proposta para nós para gente começar como ponto
3425 de partida e cada conselheiro ali pega a resolução antiga e vamos... entendeu? e se
3426 atenha, agarra no capinado ai, mais ai a Consolação pode mandar para todo mundo
3427 Lúcia, manda a resolução antiga para todo mundo, ai Consolação você tem duas
3428 semanas para fazer essa proposta para nós e se você puder mandar para o GT
3429 antes da plenária, e se for possível a gente reúne antes da plenária, ai os
3430 conselheiros do GT que no caso é só a Lúcia, porque o Rodrigo é daqui né? E o
3431 Volney, os dois, você vem, a gente fica meio dia discutindo isso, depois no outro dia
3432 tem mesa diretora e tem plenária, se vocês puderem a gente fica o GT discutindo
3433 meio dia, eu estou sugerindo mais sem saber da minha agenda entendeu?
3434 **RONALDO:** A reunião do GT seria quando? **ROBERTA:** É isso o que eu acabei de
3435 falar aqui, você quer ir? Você quer estar no GT também Ronaldo? **RONALDO:**
3436 Dependendo como vai funcionar, como vai operacionalizar isso. **ROBERTA:** Não, eu
3437 sei, a gente precisa definir isso porque se você vier você vem por sua conta, nós
3438 estamos querendo antes da plenária, meio dia antes da plenária entendeu? então
3439 nós precisamos viabilizar, ver a agenda de todo mundo e viabilizar a vinda dos
3440 conselheiros que estão no GT, aí é só olhar a minha agenda, porque eu não
3441 antemão a gente pode deixar assim, porque qualquer coisa também... entendeu?
3442 Agora, o mais importante disso é isso, os conselheiros da comissão lá do GT
3443 peguem a resolução antiga, pode até pegar essa ai porque essa já foi mais ou
3444 menos trabalhada, e você vai fazer uma proposta à luz do debate da plenária aqui, a
3445 comissão técnica vai fazer essa proposta para nós, e ai na hora de apresentar
3446 defende, se a gente entender que é aquela o GT apresenta para a plenária poder
3447 definir, pode ser? Está bom Rodrigo? **RODRIGO:** Ok **ROBERTA:** Então fechamos,
3448 encerramos nosso trabalho, tem mais alguma questão gente que ficou para trás? sei
3449 como está a minha agenda lá, se eu estiver viajando?Informe? Então até a próxima
3450 plenária se Deus quiser gente.

NOMES	ENTIDADE/ ORGÃO	ASSINATURA
Érica Andrade Rocha	CRP/MG	
Júlio César Oliveira Brum	IMSNS	
Adriane Cristina D.Resende Rosa	CRED/ MG	
Lúcia Elena Santos J. Rodrigues	COGEMAS	
Volney Lopes de Araújo costa	PSIND	
Tereza Cristina D. Gusmão	SEDESE	
Rodrigo dos Santos	ASSPROM	
Robson Marcos Pereira	CMAS/Bueno Brandão	
Odette Pereira de Souza Santos	CMAS/ Três Marias	
Ronaldo Gonçalves de Oliveira	CMAS/Juiz de Fora	
Mila Magalhães Ribeiro	SEPLAG	
Hermellis Messias T.de Campos	CMAS/S.Fco Paula	

Fernanda R. Maia Mendes	SES	
Maria Geralda Vilela	SEE	
Vinícius Quiroga Mendonza	CMAS/BH	
Magda Cristina Meira Bezerra	SEF	
Adriana Rocha	SEAPA	

3451